Plano Estratégico 2021_2026

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro

3º Trimestre de 2024

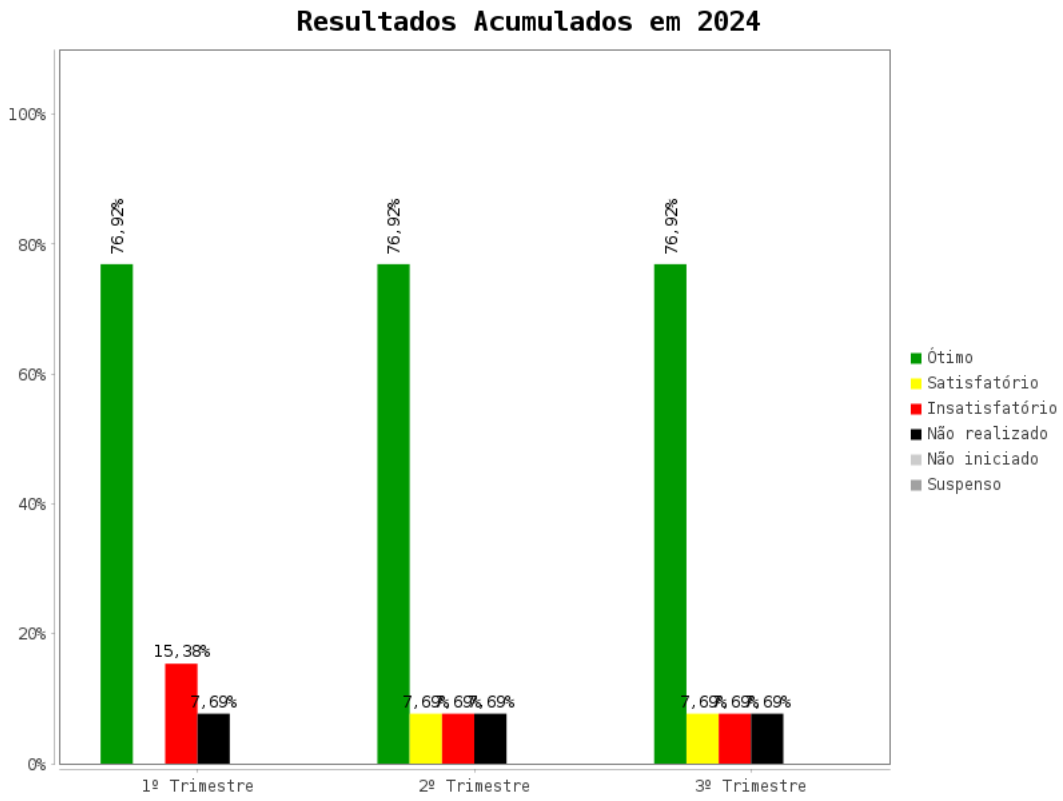
1. Mapa Geral

Ótimo **Plano Estratégico 2021_2026**

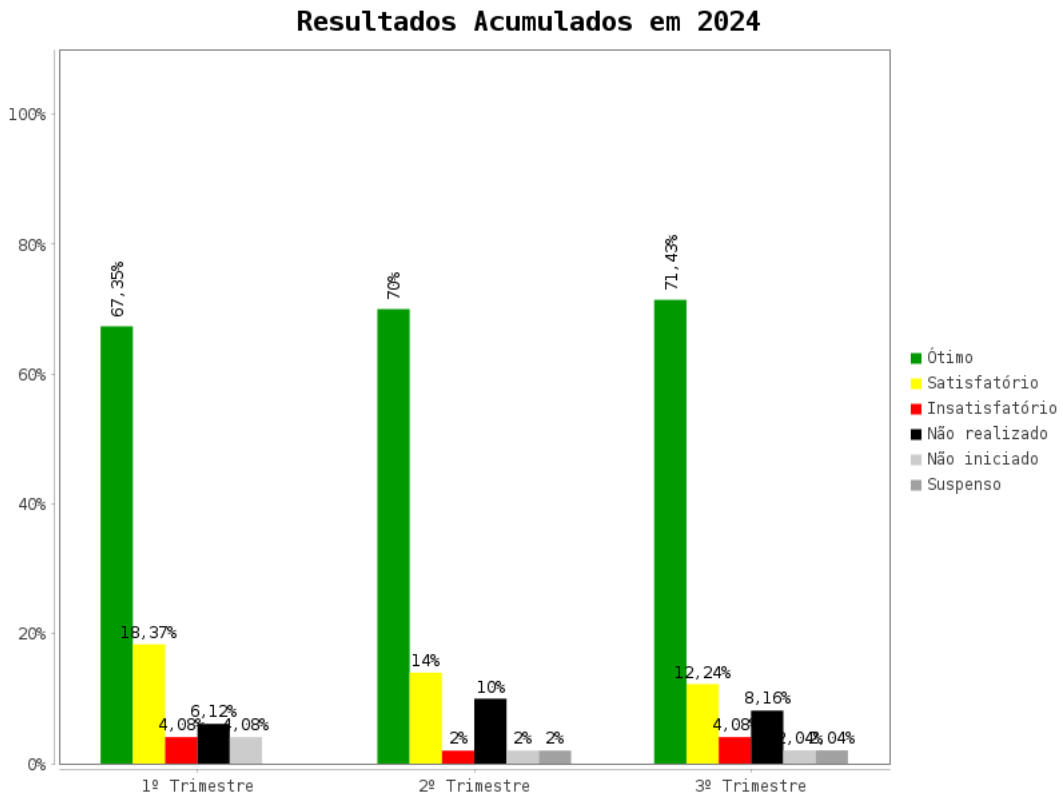
Sociedade	Garantir dos direitos da cidadania 100,00%	Fortalecer a relação institucional com a Sociedade 97,45%				
Processos Internos	Garantir agilidade e efetividade na prestação jurisdicional 86,31%	Combater os ilícitos eleitorais 0,00%	Promover a educação eleitoral e a participação cidadã 92,20%	Aprimorar a gestão da comunicação e do relacionamento institucional 100,00%	Aprimorar a gestão administrativa e a governança institucional 87,32%	Promover a gestão de informações de forma padronizada, segura e transparente 45,08%
Recursos	Aprimorar a gestão de pessoas na era da transformação 66,12%	Aprimorar a gestão orçamentária e financeira 99,16%	Promover a transformação digital 90,28%	Aperfeiçoar a infraestrutura 97,57%		

2. Evolução Qualitativa dos Desempenhos por Trimestre

2.1. Objetivos Estratégicos



2.2. Indicadores Estratégicos



3. Resultados 3º Trimestre de 2024.

Nome	Resultado	Meta	Peso	Percentual de alcance da meta	Situação Desempenho
Plano Estratégico 2021_2026				81,44%	Ótimo
OE 01 - Garantir dos direitos da cidadania				100,00%	Ótimo
IE 01 - Taxa de cumprimento das Metas Nacionais do Poder Judiciário	94,82%	85,00%	1	111,55%	Ótimo
OE 02 - Fortalecer a relação institucional com a Sociedade				97,45%	Ótimo
IE 02 - Taxa de satisfação do cliente externo do tribunal regional eleitoral do rio de janeiro	75,96%	61,25%	1	124,02%	Ótimo
IE 03 - Taxa de satisfação do público externo com os canais de comunicação	90,89%	85,00%	1	106,92%	Ótimo
IE 04 - Taxa de Atendimento no Prazo das Demandas Recebidas da Ouvidoria	89,92%	95,00%	1	94,65%	Ótimo
IE 05 - Índice da Transparência	94,65%	99,48%	1	95,14%	Insatisfatório
OE 03 - Aprimorar a gestão do processo eleitoral				97,18%	Ótimo
IE 06A - Taxa de requerimentos de alistamento eleitoral por meio digital		80,00%			Suspenso
IE 07 - Taxa de zonas eleitorais com padrão mínimo de eficiência	95,76%	70,00%	1	136,80%	Ótimo
IE 08 - Taxa de mesários voluntários	72,57%	50,00%	1	145,14%	Ótimo
IE 09A - Taxa de aperfeiçoamento dos Processos Eleitorais					Não iniciado
IE 11 - Taxa de aderência ao PIE	57,66%	65,00%	1	88,71%	Ótimo
IE 12 - Taxa de eleitores, com cadastro biométrico, habilitados a votar pela biometria	88,46%	87,00%	1	101,68%	Ótimo
OE 04 - Garantir agilidade e efetividade na prestação jurisdicional				86,31%	Ótimo
IE 13 - Taxa de atendimento à demanda – 1º grau	45,22%	100,00%	1	45,22%	Insatisfatório
IE 14 - Taxa de atendimento à demanda – 2º grau	206,87%	100,00%	1	206,87%	Ótimo
IE 15 - Taxa de congestionamento líquida de feitos judiciais – 1º grau	49,61%	58,00%	1	114,47%	Ótimo
IE 16 - Taxa de congestionamento líquida de feitos judiciais - 2º grau	32,08%	55,00%	1	141,67%	Ótimo
OE 05 - Combater os ilícitos eleitorais				0,00%	Não realizado

Nome	Resultado	Meta	Peso	Percentual de alcance da meta	Situação Desempenho
IE 18A - Taxa de julgamento no tempo médio razoável - 2º Grau		65,00%	1		Não realizado
OE 06 - Promover a educação eleitoral e a participação cidadã				92,20%	Ótimo
IE 19 - Taxa de estudantes atendidos em ações socioeducativas	237,15%	140,00%	1	169,39%	Ótimo
IE 20 - Taxa de atendimento a demanda de ações socioeducativas	80,18%	95,00%	1	84,40%	Ótimo
OE 07 - Aprimorar a gestão da comunicação e do relacionamento institucional				100,00%	Ótimo
IE 21 - Taxa de inserções positivas na imprensa	98,03%	95,00%	1	103,19%	Ótimo
IE 23 - Taxa de resposta à imprensa no prazo	76,83%	75,00%	1	102,44%	Ótimo
IE 24 - Taxa de alcance das mídias sociais	59,12%	1,90%	1	3.111,80%	Ótimo
OE 08 - Aprimorar a gestão administrativa e a governança institucional				87,32%	Ótimo
IE 26 - Índice de aprimoramento da governança institucional	64,20%	70,04%	1	91,66%	Satisfatório
IE 27 - Taxa de Maturidade da Execução da Estratégia	34,44%	40,00%	1	86,11%	Ótimo
IE 28A - Taxa de processos com riscos geridos	9,30%	13,00%	1	71,56%	Satisfatório
IE 29 - Taxa de aprimoramento da gestão de riscos e controles internos	57,50%	67,50%	1	85,19%	Ótimo
IE 30 - Taxa de auditorias que alcançaram o padrão mínimo de qualidade	100,00%	100,00%	1	100,00%	Ótimo
IE 32 - Taxa de implementação das recomendações da auditoria interna	69,39%	62,00%	1	111,92%	Ótimo
IE 33 - Índice de gestão e governança das contratações	82,14%	87,50%	1	93,87%	Ótimo
IE 34A - Taxa de aderência das contratações ao Plano de Contratações Anual (PCA)	54,37%	77,50%	1	70,16%	Satisfatório
OE 09 - Promover a gestão de informações de forma padronizada, segura e transparente				45,08%	Insatisfatório
IE 35 - Taxa de ativos de informação avaliados quanto à existência de dados pessoais - LGPD		90,00%	1		Não realizado
IE 36 - Taxa de assentamentos funcionais de servidores ativos e inativos digitalizados	86,87%	90,00%	1	96,52%	Ótimo
IE 37 - Índice de aprimoramento do processo administrativo eletrônico	67,05%	80,00%	1	83,81%	Ótimo

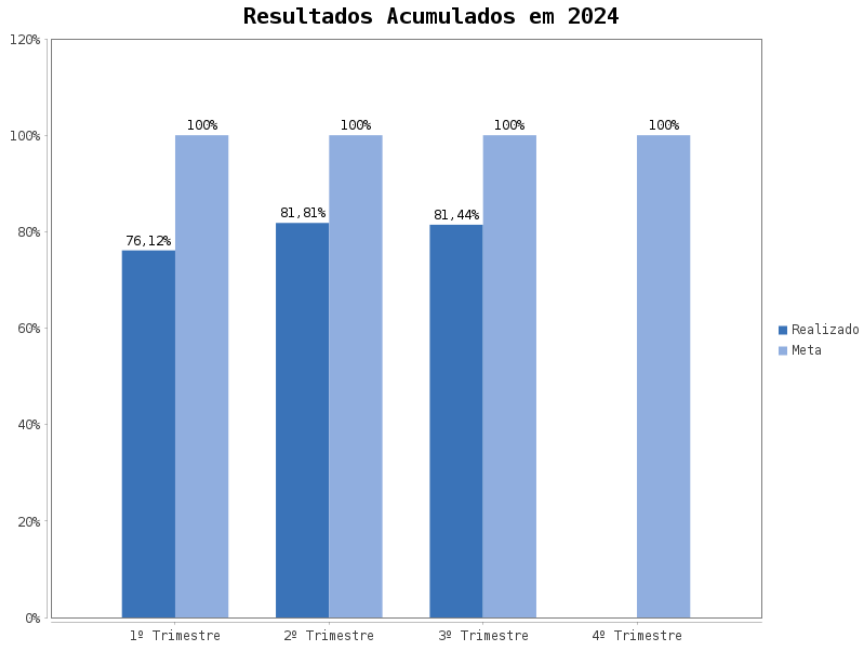
Nome	Resultado	Meta	Peso	Percentual de alcance da meta	Situação Desempenho
IE 38 - Índice de serviços críticos com gestão de risco de segurança da informação		1,00%	1		Não realizado
OE 10 - Aprimorar a gestão de pessoas na era da transformação				66,12%	Satisfatório
IE 40 - Índice de satisfação com o clima organizacional		72,00%	1		Não realizado
IE 41 - Taxa de realização de Exames Periódicos de Saúde (EPS)	5,84%	10,00%	1	58,37%	Satisfatório
IE 42 - Taxa de aderência ao PAC	27,42%	30,00%	1	91,40%	Ótimo
IE 43 - Taxa de unidades avaliadas por competência	36,36%	45,00%	1	80,81%	Ótimo
IE 44 - Taxa de servidores capacitados	31,34%	15,00%	1	208,91%	Ótimo
OE 11 - Aprimorar a gestão orçamentária e financeira				99,16%	Ótimo
IE 46 - Taxa da Execução Planejada de Orçamento de Despesas Discricionárias	77,99%	80,00%	1	97,49%	Ótimo
IE 47 - Taxa de execução do orçamento de despesas discricionárias	81,05%	80,00%	1	101,31%	Ótimo
IE 49 - Taxa de pagamento de empenho	60,47%	59,00%	1	102,49%	Ótimo
OE 12 - Promover a transformação digital				90,28%	Ótimo
IE 50 - Taxa de disponibilidade dos serviços essenciais de TIC	99,53%	99,46%	1	100,07%	Ótimo
IE 51 - Índice de governança de TIC	91,19%	82,00%	1	111,21%	Ótimo
IE 52 - Taxa de satisfação dos usuários de TIC	92,78%	80,00%	1	115,97%	Ótimo
IE 53 - Taxa de adequação dos equipamentos aos padrões	76,74%	100,00%	1	76,74%	Satisfatório
IE 54 - Taxa de entrega de soluções de TI	66,67%	60,00%	1	111,11%	Ótimo
IE 55 - Taxa de atendimento ao Plano de Transformação Digital	50,00%	77,00%	1	64,94%	Satisfatório
OE 13 - Aperfeiçoar a infraestrutura				97,57%	Ótimo
IE 56A - Taxa de unidades com infraestrutura adequada	28,02%	25,28%	1	110,85%	Ótimo
IE 57 - Taxa de unidades com condições adequadas de segurança	78,02%	82,00%	1	95,15%	Ótimo

Obs: Os indicadores do tipo quanto menor melhor terão seus desempenhos limitados em 0 % e os do tipo quanto maior melhor em 100%, para efeito de cálculo dos IEs.

4. Resultados do Período

Plano Estratégico 2021_2026

Ótimo **Desempenho do Período: 81,44%**

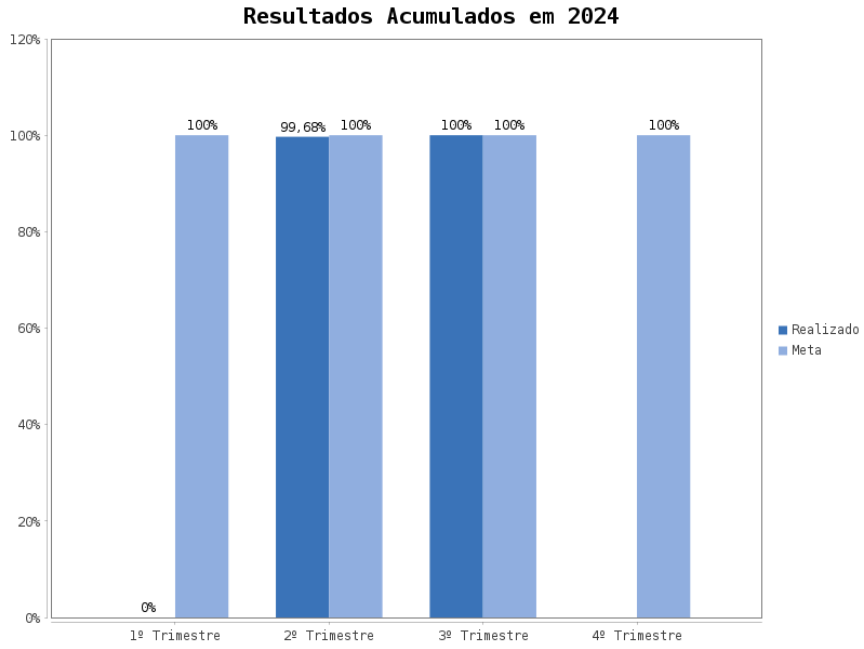


Responsável: SEDEST.

Análise dispensada, Fechamento pela SEDEST.

OE 01 - Garantir dos direitos da cidadania

Ótimo **Desempenho do Período: 100,00%**



Responsável: SGPR.

Análise de contextoFechado pela SEDEST

Ações realizadas no último período e resultados obtidosFechado pela SEDEST

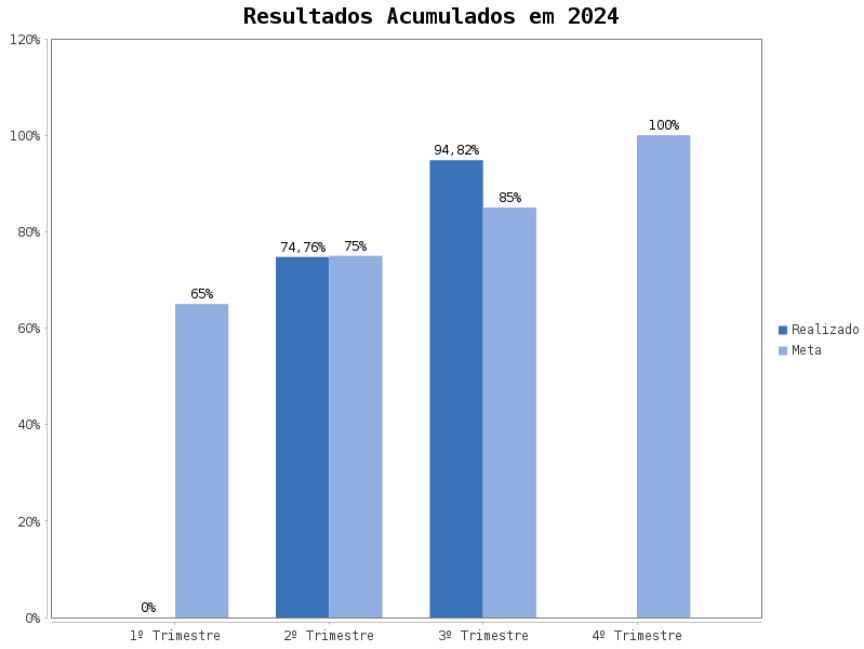
Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)Fechado pela SEDEST

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadasFechado pela SEDEST

Riscos associados ao objetivoFechado pela SEDEST

IE 01 - Taxa de cumprimento das Metas Nacionais do Poder Judiciário

Ótimo **Desempenho do Período: 111,55%**



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: CPLAN.

Análise de contexto

No XVII Encontro Nacional do Poder Judiciário, realizado nos dias 04 e 05 de dezembro de 2023, sob coordenação do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), foram aprovadas 4 metas nacionais para a Justiça Eleitoral para o ano de 2024. São elas:

Meta 1 - Julgar mais processos que os distribuídos.Meta 2 - Julgar processos mais antigos (Justiça Eleitoral: 70% dos processos distribuídos até 31/12/2022 e todos os processos de conhecimento pendentes de julgamento há 6 anos (2018) ou mais).Meta 4 - Priorizar o julgamento dos processos relativos a crimes contra a administração pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais. (Justiça Eleitoral: 100% dos processos referentes às eleições de 2020 e 60% dos processos referentes às eleições de 2022, distribuídos até 31/12/2023, que possam importar na perda de mandato eletivo ou em inelegibilidade)Meta 9 - Estimular a Inovação no Poder Judiciário. (Justiça Eleitoral: Implantar, no ano de 2024, um projeto oriundo do laboratório de inovação, de cujo desenvolvimento tenha participado pelo menos um laboratório de outro tribunal ou órgão da administração pública, com avaliação de benefícios à sociedade e relacionados à Agenda 2030).O resultado de 94,82% do IE 01 no 3º trimestre de 2024 representa a média do percentual de cumprimento das 4 metas nacionais no período, conforme especificação abaixo:

Meta 1 - Julgar mais processos que os distribuídos: 119,49%Meta 2 - Julgar processos mais antigos: 70% dos processos distribuídos até 31/12/2022: 142,54% e todos os processos de conhecimento pendentes de julgamento há 6 anos ou mais: 100%. Meta 4 - Priorizar o julgamento dos processos relativos a crimes contra a administração pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais: Eleições 2020 - 98,57%; Eleições 2022 - 166,67% Meta 9 - Estimular a Inovação no Poder Judiciário: 80% Em relação às metas 1, 2 e 4, os dados foram extraídos do Painel das Metas Nacionais - DataJud (atualizado em 23/10/2024), no entanto, o Painel do CNJ disponibilizou os dados apenas até 31/08/2024. Com relação ao sistema ATENA, até a presente data, os dados das metas processuais referentes ao ano de 2024 não estão disponibilizados no sistema.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Com relação às metas processuais (Metas 1, 2 e 4), as ações realizadas no âmbito do 1° e 2° grau estão registradas nas análises dos indicadores estratégicos vinculados ao OE 04 - Garantir agilidade e efetividade na prestação jurisdicional.

Em relação à Meta 9 - Estimular a Inovação no Poder Judiciário, foram realizadas as seguintes ações:

Cadastramento do projeto na plataforma RenovaJud, dentro do prazo estipulado (31 de maio). (Corresponde a 30% de cumprimento da meta)Foi realizado em colaboração com o TJRJ, o projeto "Simplifica Justiça", concebido conjuntamente pelo

Laboratório de Inovação IdeaRio do TJRJ e pelo LIODS do TRE-RJ. A iniciativa, aprovada pelo CNJ, propõe o enfrentamento do macrodesafio ‘Aperfeiçoar o Atendimento Utilizando a Linguagem Simples’. Assim, o projeto visa a melhoria do atendimento prestado às partes nos balcões de ambos os Tribunais, com foco na utilização da linguagem simples. (Corresponde a 50% de cumprimento da meta)No âmbito do projeto “Simplifica Justiça”, foram realizadas as seguintes ações:

Elaboração do Manual de Atendimento Humanizado em Linguagem Simples: https://www.tre-rj.jus.br/++theme++justica_eleitoral/pdfjs/web/viewer.html?file=https://www.tre-rj.jus.br/institucional/liods-rj/arquivos-liods-rj/manual-de-atendimento-humanizado-em-linguagem-simples-versao-1.0/@@download/file/Manual%20de%20Atendimento%20em%20Linguagem%20Simples.pdf%20%281%29.pdfElaboração do Protocolo de Atendimento em Linguagem Simples: https://www.tre-rj.jus.br/++theme++justica_eleitoral/pdfjs/web/viewer.html?file=https://www.tre-rj.jus.br/institucional/liods-rj/arquivos-liods-rj/protocolo-de-atendimento-humanizado-em-linguagem-simples/@@download/file/Protocolo%20de%20Atendimento%20Humanizado%20-%20TRE-RJ.pdfRealização da Capacitação "Transformando o atendimento com a Linguagem Simples: manuais e práticas para ampliação do Acesso à Justiça". Obs.: A capacitação ocorreu no dia 25/09, de forma presencial, na EMEDI - Escola de Mediação do TJRJ.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Embora os resultados das metas processuais (Metas 1, 2 e 4) até o dia 31 de agosto estejam apresentando bom desempenho, é necessário acompanhamento contínuo pelas áreas envolvidas. Cabe ainda registrar que as atualizações realizadas no Painel do CNJ demonstram ainda certa instabilidade dos dados apresentados, o que será melhor acompanhado quando o TRE-RJ adquirir meios próprios para monitoramento dos dados.

Com relação à meta 9, a tendência é que alcance 100% até o final de 2024.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Em relação à meta 9, está prevista a identificação dos benefícios na execução do projeto "Simplifica Justiça". Com o cumprimento dessa etapa, a meta 9 alcançará 100% de cumprimento.

Com relação às metas processuais, sugere-se a criação no BI - Metabase de painel de acompanhamento das metas 1, 2 e 4 no âmbito do 1° grau, assim como foi realizado o Painel do 2° grau das Metas CNJ, conforme apresentado no encontro de “Letramento em Dados de Processos Judiciais”, realizado no dia 16 de outubro.

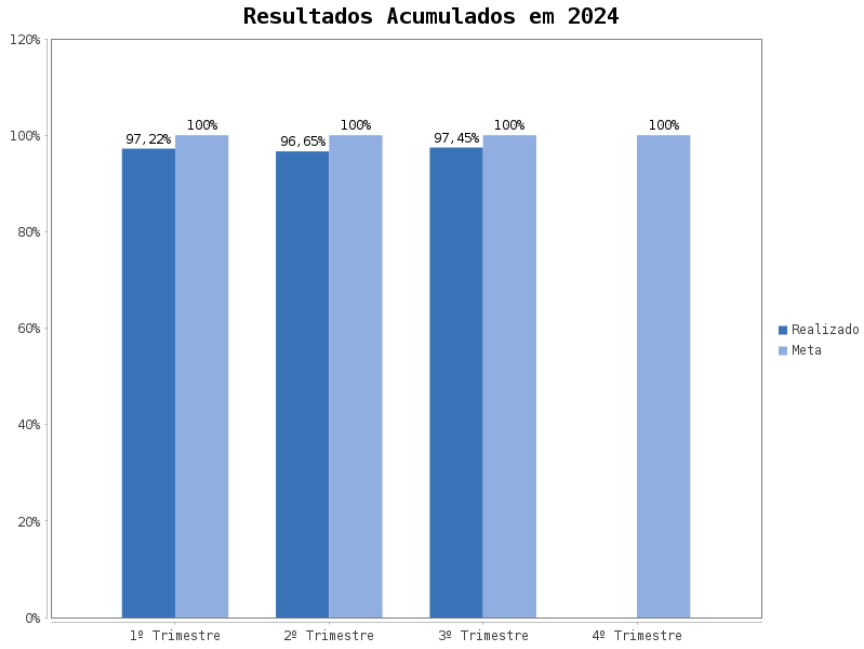
Tendo em vista a publicação da Portaria CNJ Nº 141/2024, o CNJ realizou no dia 07 de agosto, o Webinário sobre o Ciclo de Gestão das Metas Nacionais do Poder Judiciário. Destaca-se que o normativo estabelece que os tribunais deverão elaborar plano de ação quadrimestral para cumprimento das Metas Nacionais 1 e 2.

Riscos associados ao objetivo

O principal risco associado ao objetivo se relaciona ao impacto do desempenho do TRE-RJ no quesito referente às Metas Nacionais no Prêmio CNJ de Qualidade 2025.

OE 02 - Fortalecer a relação institucional com a Sociedade

Ótimo **Desempenho do Período: 97,45%**



Responsável: SGPR.

Análise de contextoFechado pela SEDEST

Ações realizadas no último período e resultados obtidosFechado pela SEDEST

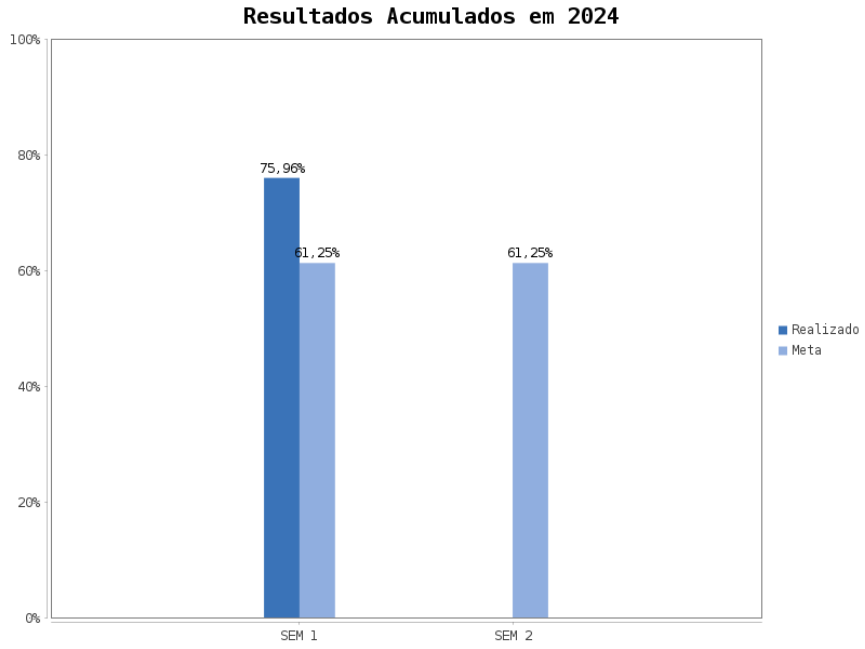
Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)Fechado pela SEDEST

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadasFechado pela SEDEST

Riscos associados ao objetivoFechado pela SEDEST

IE 02 - Taxa de satisfação do cliente externo do tribunal regional eleitoral do rio de janeiro

Ótimo **Desempenho do Período: 124,02%**



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: OUVE.

Análise de contexto

O 1º semestre de 2024 engloba o período do fechamento do cadastro eleitoral, época de grande volume de atendimentos por parte da Justiça Eleitoral. É de notório conhecimento que foram formadas filas de grande extensão e que o tempo de espera para atendimento em alguns cartórios eleitorais se estendeu por horas. Importante ressaltar que a campanha "Vem para a Biometria" impulsionou o comparecimento de muitos eleitores ao atendimento presencial, colaborando para o aumento do volume de pessoas procurando por atendimento. Tendo em vista que o atendimento do cadastramento biométrico por si só é um atendimento mais demorado e o número insuficiente de kits biométricos em relação à população que precisa realizar o cadastramento, é de se esperar que o índice de satisfação dos usuários da Justiça Eleitoral diminua, tendo em vista a insatisfação dos eleitores com o tempo de atendimento ou até mesmo, impossibilidade de atendimento.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Das 503 avaliações realizadas no 1º semestre, 333 obtiveram notas satisfatórias, resultando num índice de satisfação geral de 66%.

Segundo a análise realizada, o quesitos com as piores avaliações foram “instalações físicas” (nota 3,76) “tempo de atendimento”(nota 3,77) e acessibilidade (nota 3,91).

Cabe ressaltar que 96,4% das avaliações recebidas foram realizadas por eleitores.

Dessa forma, o índice de satisfação se coaduna com o cenário apresentado na análise de contexto: fechamento do cadastro eleitoral, campanha de incentivo ao cadastro biométrico, em conjunto com a limitação das Zonas Eleitorais, seja em espaço físico ou em número de servidores e kits biométricos, levando à insatisfação do público externo com o atendimento.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Acredita-se que nos próximos 6 meses o índice de satisfação se mantenha estável, podendo sofrer alguma variação, levando a uma pequena melhora no desempenho do indicador, tendo em vista que o número de atendimentos de eleitores tende a diminuir neste período, se comparado ao período próximo ao fechamento do cadastro eleitoral.

Entretanto, a votação com biometria, apesar de trazer mais segurança ao processo eleitoral, tende a deixar o processo de votação mais lento, podendo gerar filas como as das eleições de 2022. Eventuais filas, aliadas a denúncias e outras situações que podem ocorrer num evento de tal magnitude como as eleições, podem impactar na satisfação do usuário.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

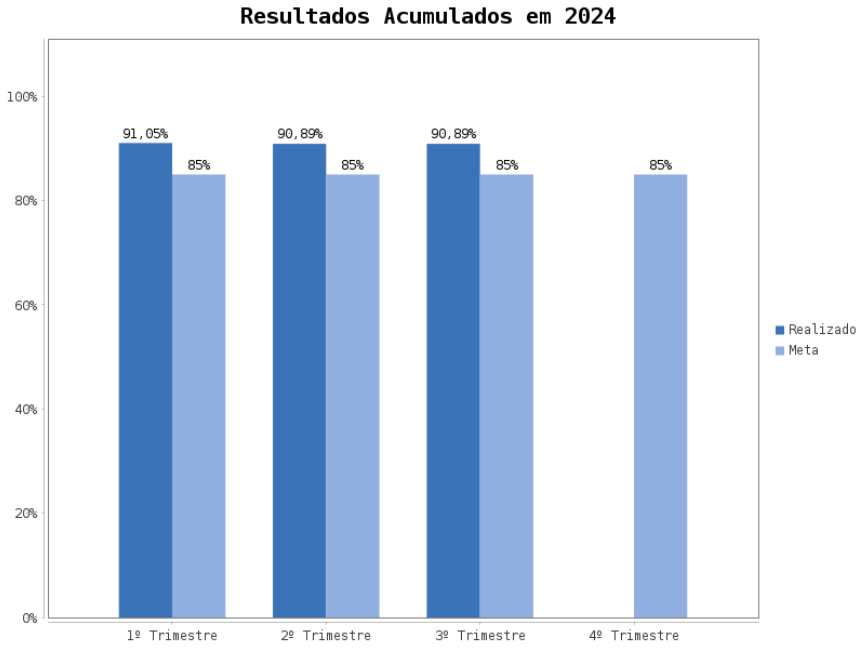
A Ouvidoria elaborou relatório de sugestões com adoção de medidas para o fechamento do cadastro eleitoral, com o intuito de mitigar os problemas identificados neste ano de 2024, conforme disposto no SEI. 2024.0.000021748-8 .

Riscos associados ao objetivo

Risco de impacto na imagem do Tribunal junto à sociedade e aumento da insatisfação do público externo.

IE 03 - Taxa de satisfação do público externo com os canais de comunicação

Ótimo **Desempenho do Período: 106,92%**



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: OUVE.

Análise de contexto

Com a proximidade do 1o turno das eleições 2024, a maior parte das demandas recebidas pela Ouvidoria se concentraram em dúvidas, denúncias e reclamações sobre mesários, alistamento eleitoral e biometria.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

No úlOmo trimestre, a Ouvidoria efetuou 1433 atendimentos através do sistema próprio, Facebook e Instagram do TRE/RJ. Dos 1433 atendimentos realizados, 896 foram recebidos pelo sistema Ouvidoria, sendo 385 dúvidas, 288 denúncias , 107 reclamações e 62 Pedidos de Informação.

As reclamações mais frequentes estavam relacionadas aos seguintes assuntos:

Assunto QuanOdade

Mesários voluntário 14

Mesário-dispensa 11

Mesários 7

Já as dúvidas mais frequentes foram:

Assunto QuanOdade

Mesários voluntário 73

Mesários 27

Mesário --dispensa 25

Mesário convocado 10

Local de Votação 16

Biometria 15

A Central de Atendimento Telefônico recebeu 5.143 ligações, sendo 1566 ligações abandonadas. Atribui-se tal quanOtaOvo ao contrato da Central de Atendimento Telefônico - CAT que retornou apenas em 23/09/2024. Antes desse período o atendimento foi realizado pelas servidoras da Ouvidoria. Sendo assim, a quanOdade de ligações abandonadas se deve ao fato da impossibilidade da unidade em suprir

toda a demanda recebida, principalmente com a proximidade do pleito. Importante ressaltar que o atendimento da CAT conta com 13 atendentes, enquanto a Ouvidoria realizou o atendimento telefônico com 2 servidoras e alguns servidores da CAE-sede, em concomitância com as aOvidades do setor.

O número de avaliações dos serviços prestados pela Ouvidoria aumentou significaOvamente se comparado ao 3o trimestre de 2022, mesmo sendo período eleitoral de eleições municipais. No entanto, o nível de saOsfação permaneceu com média saOsfatória.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

O atendimento online conOnua sendo um desafio na comunicação com o cliente externo, devido aos seguintes moOvos:

- A carta de convocação enviada pelo ConvocaE aos mesários não informava os contatos nem a Zona Eleitoral responsável pela convocação. Sendo assim, muito mesários entraram em contato com a Ouvidoria buscando informações e até consultando sobre a veracidade da informação;
- O treinamento dos mesários também foi um assunto bastante recorrente, tendo em vista que muitos não conseguiram finalizar o curso pelo aplicaOvo, em virtude do elevado número de acessos próximo ao pleito.

Por fim, destacamos que as demandas relacionadas a coleta biométrica gera muitas dúvidas e reclamações por parte do eleitorado. Algumas dúvidas se devem sobre a obrigatoriedade de ter a biometria cadastrada para votar e outras sobre o cadastramento biométrico para aumentar de nível no gov.br, principalmente no período do fechamento do cadastro eleitoral.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Com o objeOvo de melhorar a prestação do serviço, e consequentemente a imagem do Tribunal perante a sociedade, sugerimos que seja informado na carta convocatória dos mesários os contatos de e-mail, telefone e endereço das Zonas Eleitorais, para melhor orientar os mesários sobre o canal adequado para obter as informações sobre treinamento, local de trabalho, dentre outras.

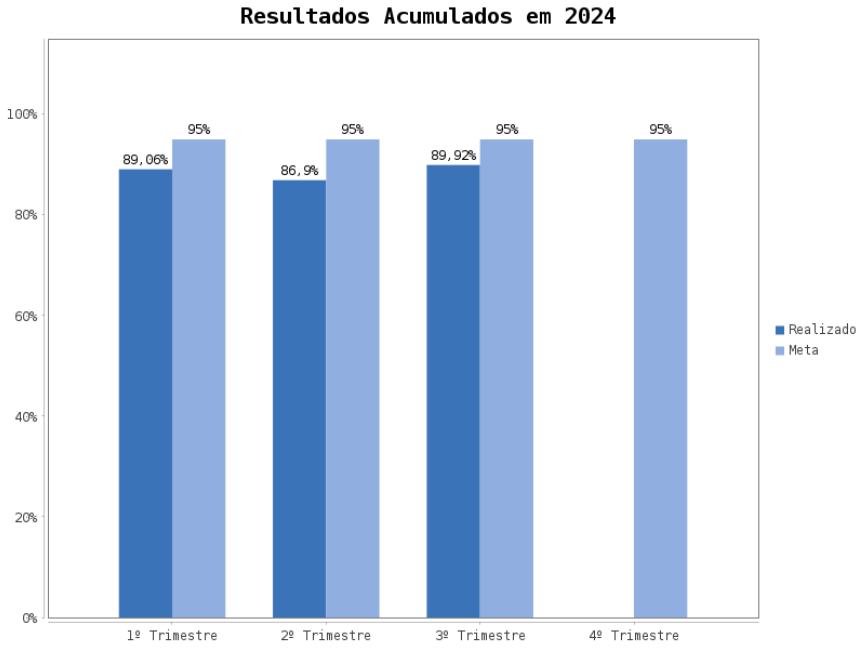
Sugerimos também que seja reforçado aos mesários sobre a possibilidade de realizar o treinamento no portal EAD do TSE, tendo em vista que muitos estavam tentando acesso apenas pelo aplicaOvo.

Riscos associados ao objetivo

Risco de imagem do Tribunal junto à sociedade

IE 04 - Taxa de Atendimento no Prazo das Demandas Recebidas da Ouvidoria

Ótimo **Desempenho do Período: 94,65%**



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: OUVE.

Análise de contexto

As demandas da Ouvidoria são tratadas pelo setor dentro do prazo estabelecido e enviadas para as unidades responsáveis pela informação quando necessário. Dessa forma, o cumprimento do prazo depende não só da Ouvidoria, mas também do setor responsável pela informação.

Importante destacar que nos meses de julho, agosto e setembro, o volume de trabalho aumenta consideravelmente devido ao pleito, impossibilitando que algumas respostas sejam atendidas dentro do prazo.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

De acordo com a variável RDP (Reclamações e Denúncias no Período), a Ouvidoria recebeu 395 reclamações e denúncias, das quais 14 não foram atendidas dentro do prazo estipulado. Cada unidade tem um prazo de 3 dias para responder à Ouvidoria e a Ouvidoria, por sua vez, tem 8 dias para encaminhar a resposta final ao solicitante. O atraso no envio da resposta pelas unidades responsáveis pela informação afeta o prazo final da Ouvidoria.

Segue abaixo tabela com as unidades que ultrapassaram o prazo de 3 dias para encaminharem resposta á Ouvidoria. Importante destacar que quantidade de ocorrências atrasadas por cada unidade foi de 1 ou 2 ocorrências.

21ª ZE - Reclamação - 8 dias -

184ª ZE - Reclamação - 6 dias

195ª ZE - Reclamação - 5 dias

GABPRE - Reclamação - 5 dias

186ª ZE - Denúncia - 5 dias

156 ª ZE - Reclamação - 4 dias

155ª ZE - Reclamação - 4 dias

254ª ZE - Reclamação - 4 dias

Em relação aos 62 pedidos de informação com base na Lei de Acesso à Informação, apenas 1 não foi atendido dentro do prazo, conforme aponta a variável PIP (Pedido de Informação no Período).

Das 8 demandas recebidas de acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados, todos foram atendido tempestivamente, conforme apontam as variáveis PLGPDP (Pedidos de LGPD no Período) e ATBLGPDP(Atendimentos Tempestivos com base na LGPD no Período).

Importante ressaltar que o terceiro trimestre de ano eleitoral apresenta um grande volume de trabalho para as unidades e poucas perderam o prazo para responder as ocorrências recebidas.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Através da ferramenta de medição do Tempo de Resposta das Unidades ATRDP (Atendimento Tempestivos à Reclamações e Denúncias no período), a Ouvidoria consegue identificar os setores onde há descumprimento dos prazos. Isso permitirá identificar a longo prazo se há recorrência no descumprimento dos prazos por parte de algumas unidades, para que seja possível buscar uma solução conjunta com os setores que apresentarem dificuldades.

Em análise aos dados “Tempo Médio de Resposta Unidades”, no período de 2022 (data da implementação desta ferramenta) até 30/09/2024, observou-se recorrência de atraso das respostas nas seguintes unidades:

139ªZE - Reclamação - 12,78 dias - Total de 9 ocorrências

225ª ZE - Reclamação - 10,75 dias - Total de 8 ocorrências

GABSTI - Reclamação - 8,23 dias - Total de 13 ocorrências

025ª ZE - Reclamação - 7,00 dias - Total de 10 ocorrências

179ª ZE - Reclamação - 6,38 dias - Total de 8 ocorrências

009ª ze - Reclamação - 5,65 dias - Total de 20 ocorrências

104ª ZE - Reclamação - 5,50 dias - Total de 8 ocorrências

242ª ZE - Reclamação - 5,00 dias - Total de 16 ocorrências

204 ze - Reclamação - 4,87 dias - Total de15 ocorrências

Tendo em vista que a ferramenta foi implementada em 2022, serão realizadas futuras análises para verificar se a recorrência no atraso do envio de resposta tende a se repetir nas unidades supracitadas apenas no período eleitoral ou se a recorrência persiste em todos os períodos.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

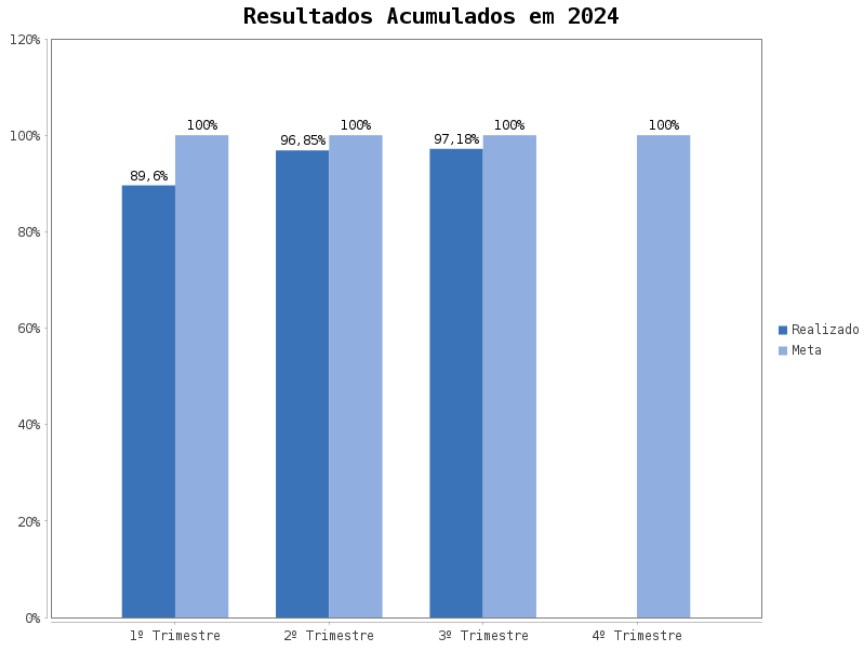
Nos próximos trimestres, será analisado se há recorrência no atraso das respostas pelas unidades demandadas, a fim de identificar as causas do descumprimento constante dos prazos e buscar soluções conjuntas com os setores que enfrentarem dificuldades.

Riscos associados ao objetivo

Insatisfação do usuário devido ao não cumprimento dos prazos e piora na imagem do tribunal.

OE 03 - Aprimorar a gestão do processo eleitoral

Ótimo **Desempenho do Período: 97,18%**



Responsável: DG.

Análise de contextoFechado pela SEDEST

Ações realizadas no último período e resultados obtidosFechado pela SEDEST

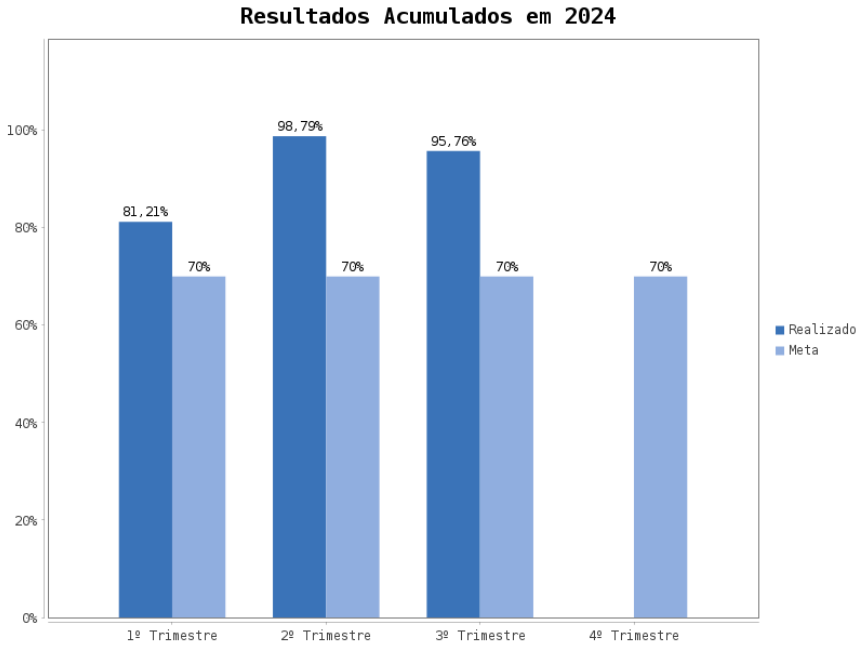
Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)Fechado pela SEDEST

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadasFechado pela SEDEST

Riscos associados ao objetivoFechado pela SEDEST

IE 07 - Taxa de zonas eleitorais com padrão mínimo de eficiência

Ótimo **Desempenho do Período: 136,80%**



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SVPCRE.

Análise de contexto

O desempenho processual das zonas eleitorais no terceiro trimestre não foi tão bom se comparado com o segundo trimestre deste ano. Das 165 Zonas eleitorais, 160 alcançaram a situação satisfatória (acima de 70%) e 5 ficaram em situação de atenção (entre 50% e 70%).

Em uma análise mais detalhada de cada eixo, temos:

1) Eixo Eficiência Processos Judiciais - desempenho de 77,64% no final do 3º trimestre.

Dentro deste eixo, temos 5 variáveis, as quais apresentaram os respectivos resultados:

- Redução da Taxa de congestionamento: 56,79%
- Redução Processos Parados + 30 dias: 96,66%
- Redução Processos Conclusos + 30 dias: 100%
- Redução Baixas sem Decisão: 94,33%
- Índice de Atendimento à Demanda: 62,94%

2) Eixo Eficiência Procedimentos Administrativos Eleitorais - desempenho de 89,91% no final do 3º trimestre.

Os processos analisados neste eixo são exclusivos da Justiça Eleitoral e não são considerados para o Prêmio CNJ de Qualidade, mas também desempenham importância no âmbito processual, uma vez que tratam de assuntos administrativos diretamente ligados a eleições e direitos políticos, por exemplo.

3) Eixo Eficiência Metas Nacionais - desempenho de 97,55% no final do 3º trimestre.

Importante destacar que a fonte de dados que subsidia este eixo é o sistema Atena, o qual ainda não está configurado para a medição das metas nacionais conforme o glossário de 2024. Há soluções viáveis, que estão sendo analisadas, para contornar este problema.

Por fim, tivemos a média de 88,91% de eficiência (acima de 70%) das Zonas Eleitorais no período de 01 de julho a 30 de setembro.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

As ações continuam sendo em torno do monitoramento dos cartórios eleitorais acerca de tramitação processual, assim como de auxílio e orientações referentes às dúvidas sobre autuação e processamento no PJe.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

As zonas Eleitorais estiveram em pleno envolvimento com os preparativos das eleições municipais, com atividades como escolha e preparação de locais de votação, análise e processamento de todos os registros de candidatura, preparação de urna, orientações a mesários e outras. Com isso, os novos processos judiciais e aqueles que já faziam parte do acervo ficaram, temporariamente, em segundo plano no grau de prioridades. Isto pode, também, impactar nos resultados dos demais indicadores (índice de atendimento à demanda e taxa de congestionamento líquida).

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

A Assessoria de Monitoramento realiza continuamente uma análise criteriosa das zonas eleitorais com os piores desempenhos processuais. A ação se estenderá por todo o ano com o intuito de contribuir para a melhoria do desempenho da eficiência das zonas eleitorais.

Outrossim, diante da indisponibilidade de dados consistentes para o acompanhamento das Metas Nacionais, há a possibilidade de criação de um painel BI no Metabase para fazer este acompanhamento e a análise necessária para melhorar o desempenho das Metas 1, 2 e 4.

Obs.: Metas Nacionais CNJ:

Meta 1 (Julgar mais processos que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente);

Meta 2 (Julgar processos mais antigos);

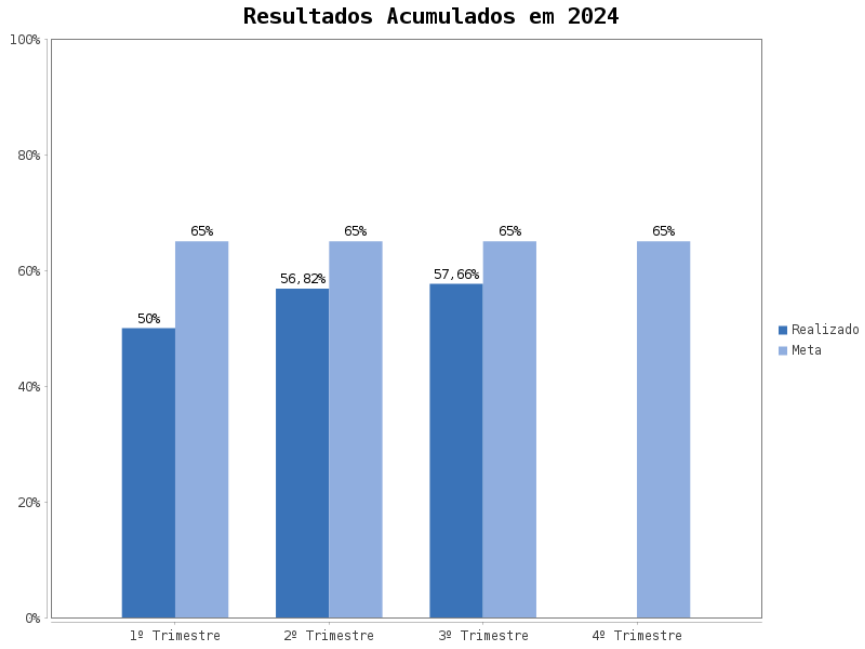
Meta 4 (Priorizar o julgamento dos processos relativos a crimes contra a Administração Pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais).

Riscos associados ao objetivo

Diminuir o percentual de Zonas Eleitorais com padrão mínimo de eficiência.

IE 11 - Taxa de aderência ao PIE

Ótimo **Desempenho do Período: 88,71%**



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: ASPLEL.

Análise de contexto

Trata-se de análise trimestral do Indicador Estratégico IE 11 – " TAXA DE ADERÊNCIA AO PIE ", referente aos eventos ocorridos nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2024.

O indicador estratégico IE 11 - Taxa de Aderência ao PIE integra o Objetivo Estratégico OE-03 (Aprimorar a Gestão do Processo Eleitoral), do Plano Estratégico 2021-2026, e é composto por variáveis que mensuram as “Entregas” previstas no Plano Integrado das Eleições concluídas nos prazos planejados.

No Trimestre em análise, o desempenho do indicador foi considerado “ótimo” (verde), alcançando o percentual de 88,71% do grau de cumprimento da meta, estipulada em 65% para o ano de 2024.

Em relação ao 2º Trimestre de 2024, verifica-se que o Indicador apresentou pequena melhora no seu desempenho. No Trimestre passado ele apresentou 87,41% de grau de cumprimento da meta, sendo seu desempenho também considerado “ótimo”.

Das 93 (noventa e três) “Entregas” previstas para serem executadas no período, 54 (cinquenta e quatro) foram concluídas no prazo planejado.

Com a aprovação do PIE 2024, iniciou-se também o ciclo de monitoramento do Plano Integrado das Eleições, o qual está sendo executado da seguinte forma, conforme autorizado no despacho de id 3414519 (SEI 2023.0.000041867-3):

1 - Semanalmente, ou quinzenalmente, a critério da Administração, a CPLAN/ASPLEL subsidia a Diretoria-Geral com as informações atualizadas sobre o andamento das Entregas/Tarefas previstas no PIE 2024 que deveriam ter-se iniciado, mas não foram iniciadas, assim como aquelas mais críticas que se encontram em atraso, ou em risco de atraso;

2 - A Diretoria-Geral, em reuniões semanais ou quinzenais, a seu critério, informa aos gestores das Macrounidades do TRE-RJ sobre os "status" das Entregas/Tarefas de responsabilidade das unidades que lhes são subordinadas mais críticas que se encontram em atraso ou em risco de atraso;

3- O gestor da Macrounidade, nas reuniões de gestão das Eleições, apresenta as justificativas pertinentes sobre o atraso ou risco de atraso na execução dessas atividades, indicando as possíveis ações que poderão/deverão ser adotadas no âmbito da sua unidade, ou do TRE-RJ para sanar a situação;

4- As Macrounidades deverão monitorar o andamento das Entregas/Tarefas das unidades que lhes são subordinadas e cuidar para que o sistema PIE seja atualizado, de forma a assegurar que os relatórios gerados pelo sistema estejam com informações fidedignas para subsidiar a Diretoria-Geral nas reuniões de Gestão das Eleições 2024;

5- Eventualmente, a Diretoria-Geral solicita, por intermédio do processo SEI de monitoramento do PIE, as informações que entender pertinentes serem registradas nos autos;

6 - Após cada reunião de Gestão das Eleições, a ASPLEL registra no referido processo as principais informações e deliberações ocorridas no encontro, submetendo-o, mensalmente, à ciência da Diretoria-Geral;

7 - As solicitações de cancelamento e alterações de prazo (Realizados no âmbito do próprio sistema PIE), assim como as solicitações de alteração de tarefas, e/ou responsáveis, previstos no PIE 2024, são submetidos pela CPLAN à apreciação da Diretora-Geral, após formalização dos pedidos, pelas unidades responsáveis, nos autos de monitoramento;

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

No trimestre em análise, a fim de mitigar os riscos relacionados à possível atraso na execução de Tarefas previstas no Plano, ocorreram as seguintes ações relacionadas ao PIE 2024:

1 - Realização de 2 (duas) reuniões de Gestão das Eleições, conduzidas pela Diretoria-Geral, com apoio da CPLAN/ASPLEL e participação dos Gestores das Macrounidades do TRE-RJ, Assistentes de Planejamento e Coordenadores/servidores por eles convidados para participar do encontro;

2 - Utilização do Painel em Power BI, criado pela ASPLEL, para subsidiar as referidas reuniões;

3 - Utilização do Painel BI criado pela STI, com a finalidade de auxiliar no acompanhamento mensal das tarefas do PIE e na extração de estatísticas para análise de dados pelas unidades interessadas e, principalmente, pela Administração Superior;

4 - Contato com os Assistentes de Planejamento e Assistentes das Coordenadorias por telefone e pelo “Space - Monitoramento PIE 2024“ alertando às unidades para a tempestiva alimentação do sistema PIE;

5 - Utilização pelas unidades responsáveis da funcionalidade implementada no sistema PIE para solicitar alterações de prazos de Tarefas pelo próprio Sistema (Tal como ocorre nos pedidos de cancelamento), agilizando a tramitação, e apreciação desses pedidos pela Diretoria-Geral (até então essas solicitações deveriam ser realizados via processo SEI);

6 - Utilização, pelas unidades responsáveis, da “Agenda do PIE”, cujo acesso é feito através do “Calendário de Eventos do TRE-RJ”, ferramenta que permite a gestão mais eficiente das Tarefas previstas no Plano que lhes compete executar.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Em relação ao desempenho do indicador no próximo trimestre, em consulta realizada hoje no painel em Power BI, elaborado pela ASPLEL, das 283 (duzentas e oitenta e três) Tarefas previstas para finalizarem até dezembro de 2024, 6,2% já foram concluídas com atraso.

Desta forma, com esta perspectiva para o próximo trimestre, o indicador apresente uma performance bem próxima do desempenho apresentado no 3º Trimestre.

Ressalta-se que o bom desempenho do IE-11 depende do cumprimento no prazo das Tarefas pelas unidades responsáveis, assim como a atualização do Sistema PIE com as informações sobre a execução dessas Tarefas.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Com o objetivo de buscar a melhora do desempenho do indicador, a Asplel permanecerá em contato constante com todas as unidades responsáveis pelas atividades do PIE 2024, através dos(as) Gestores(as), seus(suas) assistentes de planejamento e assistentes das Coordenadorias, a fim de que sejam informados e registrados no sistema PIE, tempestivamente, os andamentos e necessidades de cancelamento e alteração de prazos de tarefas/entregas.

Registre-se também sobre a necessidade de se manter a periodicidade da realização das reuniões de Gestão das Eleições pela Diretoria-Geral, com vistas ao acompanhamento, pela Alta Administração e pelos gestores das Macrounidades do TRE-RJ, do andamento das entregas e tarefas de responsabilidade das unidades que lhes são subordinadas, de forma a permitir intervenções em tempo hábil a assegurar que sejam estas executadas no prazo planejado;

É imprescindível também que as unidades utilizem efetivamente as ferramentas que foram colocadas à sua disposição (Agenda do PIE, Painel BI, Solicitações de cancelamento e alterações de prazo via sistema PIE) para as auxiliarem na gestão da execução das Tarefas de sua responsabilidade.

Riscos associados ao objetivo

Seguem alguns riscos que podem contribuir para o baixo desempenho do indicador:

1 – Atraso na execução das tarefas previstas no plano ou na atualização dos seus status no sistema PIE, considerando o aumento da carga de trabalho nas unidades a medida que as Eleições se avizinham;

2 – Dimensionamento equivocado dos prazos previstos para início e fim das tarefas e entregas do PIE 2024;

3 - Pedidos de adequação de prazos, ou cancelamento de entregas, não realizados em tempo hábil pela unidade responsável;

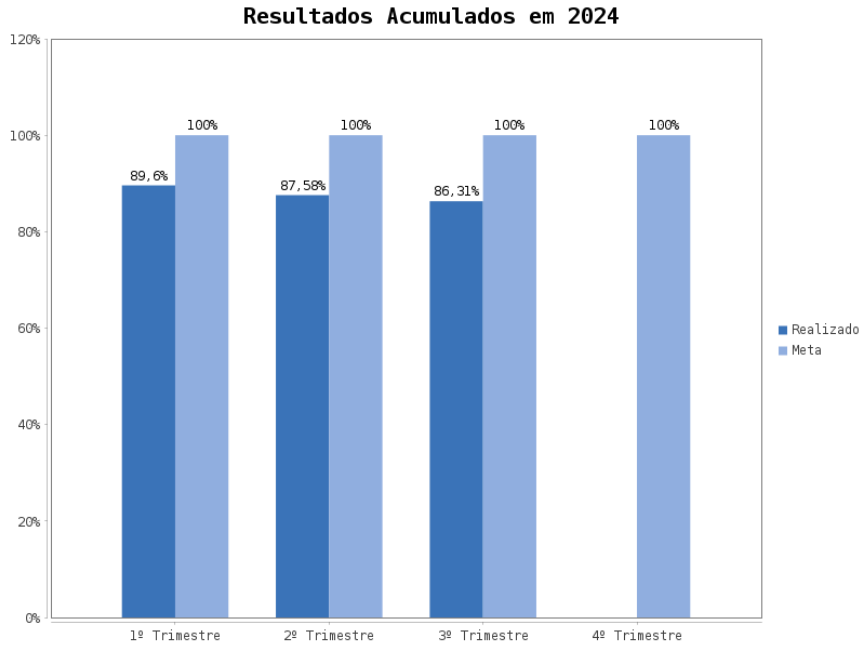
3 - Dificuldade de manutenção da periodicidade, minimamente quinzenal, das Reuniões de Gestão das Eleições;

4 - Adoção de novas diretrizes pela Alta Administração, impactando as unidades do Tribunal com ações que não estavam planejadas para serem executadas no ano eleitoral;

5 – Alterações significativas na legislação eleitoral ou nos normativos e/ou na estrutura deste TRE-RJ, que de alguma forma possam impactar o trabalhos relacionados às eleições municipais;

OE 04 - Garantir agilidade e efetividade na prestação jurisdicional

Ótimo **Desempenho do Período: 86,31%**



Responsável: SGPR.

Análise de contextoFechado pela Sedest

Ações realizadas no último período e resultados obtidosFechado pela Sedest

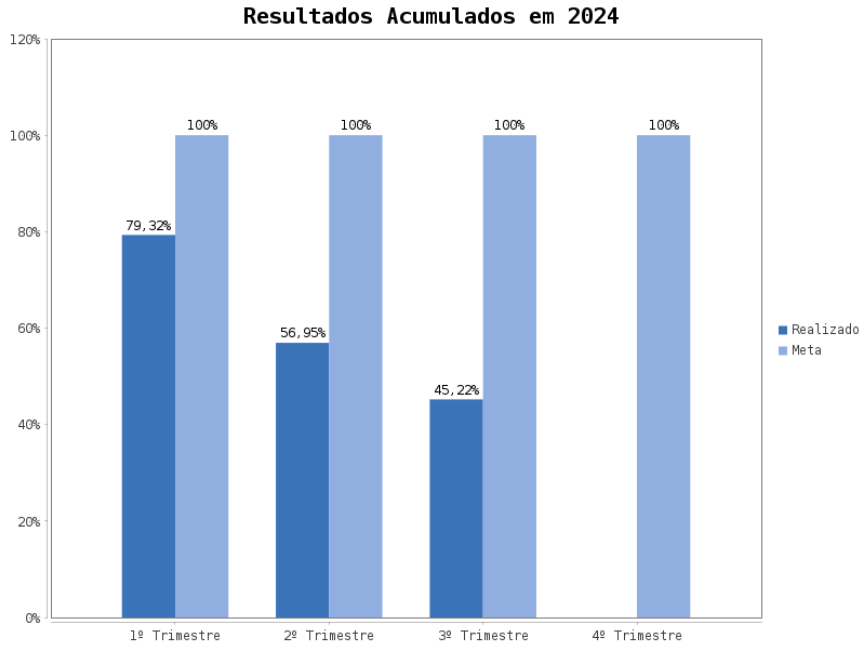
Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)Fechado pela Sedest

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadasFechado pela Sedest

Riscos associados ao objetivoFechado pela Sedest

IE 13 - Taxa de atendimento à demanda – 1º grau

Insatisfatório **Desempenho do Período: 45,22%**



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SVPCRE.

Análise de contexto

Este indicador verifica se a unidade judiciária foi capaz de baixar processos na mesma quantidade que houve de ingresso de casos. O ideal é que o percentual de 100% seja atingido e mantido para evitar o acúmulo de casos pendentes. O IAD é um indicador do CNJ, também cobrado no Prêmio CNJ de Qualidade.

Em análise aos ingressos e baixas processuais referentes ao 3º trimestre de 2024, temos os seguintes dados:

- Casos Novos: Julho - 3098 / Agosto - 17977 / Setembro - 18653

- Processos baixados: Julho - 972 / Agosto - 3329 / Setembro - 13203

No final do 2º trimestre, tínhamos 1.785 processos pendentes de julgamento e baixa, dentre estes, 360 pendentes somente de baixa. Já no final do 3º trimestre, estávamos com 20.506 processos pendentes de julgamento e baixa, dentre estes, 3.413 pendentes somente de baixa. Vale destacar que dos processos de Registro de Candidatura, julgados em sua totalidade, ainda há um monte que será baixado e arquivado pelas zonas eleitorais. Este montante pendente de baixa totaliza em 2.753 processos.

As classes processuais que possuem os maiores quantitativos pendentes são: Prestação de Contas Anuais, com 972 processos, dentre estes, 709 ingressaram em 2024; Requerimento de Regularização de Omissão de Prestação de Contas Anual e Eleitorais, com 1.300 processos, quase o mesmo acervo do 2º trimestre; Representação, com 445 processos, Representação, com 445 processos, dentre estes, 419 ingressaram em 2024 e Prestação de Contas Eleitorais, aproximadamente 17.500, sendo que 17.445 ingressaram em setembro 2024.

Devido ao grande volume de processos de Prestação de Contas Eleitorais ingressados no final do 3º trimestre, diante da pequena quantidade de baixa processual, o desempenho deste indicador ficou muito aquém do esperado, tento alcançado apenas 45,22% da meta, resultado ainda menor que no 2º trimestre, com 56,95%. Vale lembrar que a meta deste indicador é de 100%.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

As principais ações realizadas foram:

1) Plano de Ação com Técnicos do TCM: O objetivo principal é fornecer suporte às Zonas Eleitorais classificadas como críticas. O escopo da ação consiste na elaboração de pareceres técnicos exclusivamente de processos da classe Prestação de Contas Anuais. Os resultados foram positivos, com 40,1% dos referidos processos julgados, até o momento, pela ZE 26, que recebeu auxílio

dos técnicos do TCM. Com isso, houve a redução de 46% no acervo de Prestação de Contas desta Zona Eleitoral em apenas 44 dias úteis, o que é excelente.

2) Projeto LAB26: Projeto inovador visando à melhoria da gestão cartorária com atendimentos e orientações dedicados, visitas in loco, visitas do chefe de cartório à Sede para intercâmbio de experiências. O resultado foi positivo, apresentando uma redução de 41% no acervo processual da Zona Eleitoral.

3) Ação de acompanhamento dos processos de Registro de Candidatura: Houve o acompanhamento diário do processamento desses processos nos núcleos de apoio e nas Zonas Eleitorais com a atribuição de Registro de Candidatura. Esta iniciativa pôde prever gargalos em cartórios onde ainda havia muitos processos pendentes e, assim, solucionar a questão com disponibilização de servidores para auxiliar no processamento.

4) Projeto Integração Corregedoria: Parceria entre a AMVPCRE e as demais Coordenadorias da VPCRE visando ao impulsionamento processual, que tem proporcionado resultados positivos.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Além do acervo de processos de Prestação de Contas Anuais (972 pendentes) e Requerimento de Regularização de Omissão de Prestação de Contas Anual e Eleitorais (1.300 pendentes), tivemos a entrada de um grande quantitativo de processos de Prestação de Contas Eleitorais (17.445) devido à sazonalidade da Justiça Eleitoral e por ser ano eleitoral.

No entanto, considerando que 2025 não será ano eleitoral, as Zonas Eleitorais poderão concentrar seus esforços na análise processual, debruçando-se no processamento dos feitos, julgamento e baixa dos processos judiciais.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

A criação do painel BI no Metabase para análise gerencial e acompanhamento mais meticuloso de todos os processos pendentes nas Metas CNJ 1 (Julgar mais processos que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente), 2 (Julgar processos mais antigos) e 4 (Priorizar o julgamento dos processos relativos a crimes contra a Administração Pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais) contribuir para melhorar o desempenho de vários indicadores diretamente ligados à gestão e celeridade processual. Com este painel, a VPCRE poderá auxiliar as Zonas Eleitorais, indicando, especificamente, quais processos estão impactando cada meta nacional.

Além disso, tendo em vista o resultado positivo da ação com os técnicos do TCM no auxílio das Prestações de Contas Anuais em Zonas Eleitorais críticas, propõe-se que a parceria com os técnicos do TCM estenda-se com o objetivo de auxiliar na análise dos processos de Prestação de Contas Eleitorais, os quais já apresentam grande volume, aproximadamente 17.500 ingressados até setembro de 2024.

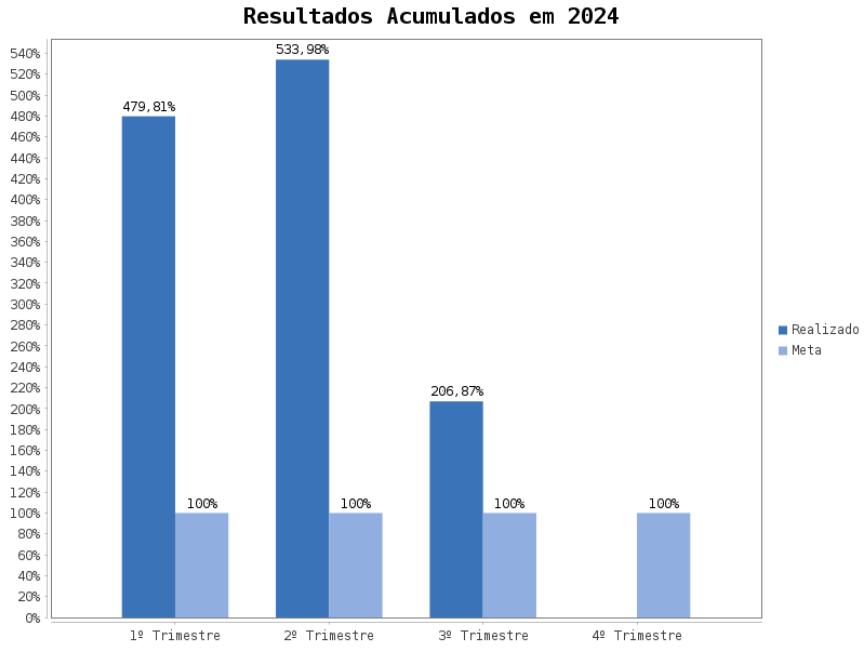
Por fim, será feito novo levantamento processual com a finalidade de identificar processos que se encontram prontos para o julgamento ou a baixa definitiva. Com isso, será feita uma ação com as Zonas Eleitorais, orientando-as nesta gestão processual e, assim, diminuir o acervo pendente.

Riscos associados ao objetivo

Não cumprimento do Índice de Atendimento à Demanda. Aumento do acervo processual. Falta de celeridade processual.

IE 14 - Taxa de atendimento à demanda – 2º grau

Ótimo **Desempenho do Período: 206,87%**



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SJD.

Análise de contexto

Nos termos delineados pelo glossário de indicadores do CNJ, o índice de Atendimento à Demanda (IAD) "indica a capacidade do Poder Judiciário em dar vazão em, pelo menos, o mesmo número de processos ingressados, situação em que o indicador atinge o valor igual ou superior a 100%."

Na presente análise, portanto, são somados os casos de conhecimento e de execução que ingressaram no âmbito do 2º grau de jurisdição ao longo do 3º trimestre do corrente ano, contrapondo-se tal número com o quantitativo de processos de mesma natureza que foram baixados nesse interregno.

Observa-se que o período em análise corresponde à fase de efetiva aproximação dos dias de realização do 1º turno das eleições municipais de 2024, marcado ainda pelo momento subsequente à recente mudança de endereço para a nova sede do Tribunal.

Do total de 853 casos novos autuados no período, foi constatado o ingresso significativo de recursos eleitorais (630 novas autuações), tendo por processos originários, em sua maioria, os requerimentos de registro de candidatura (357 REl em RCand registrados).

Outras classes processuais autuadas nesse período também exerceram impacto nesse indicador, como os mandados de segurança cíveis (64 casos novos), os requerimentos de regularização de prestação de contas (RROPCEs e RROPCOs, somando 47 casos novos) e as prestações de contas em si (PCEs e PC-PPs, equivalentes a 32 novos processos autuados no trimestre).

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Foi realizado o monitoramento constante dos processos em trâmite no âmbito do 2º grau pela SJD e, a partir de controles elaborados em painéis BI e dashboards no sistema Metabase, foi possível estabelecer a organização de ordens de prioridade na apreciação de processos/recursos pela Corte, traçando-se orientações específicas voltadas à melhoria do indicador e à manutenção do índice em patamares superiores a 100% do atendimento à demanda jurisdicional, almejando-se, assim, o atingimento das meta nacionais n.º 1 estabelecida pelo CNJ para o ano de 2024.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

No último trimestre de 2024 será imperiosa a dedicação das unidades da SJD envolvidas no processamento e julgamento de recursos ou processos originários inseridos nas Metas Nacionais do CNJ, sugerindo-se foco e esforço institucional para que tais feitos judiciais sejam julgados ainda no curso do corrente ano, isto é, dentro da margem de corte fixada pelo CNJ (31/12/2024).

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

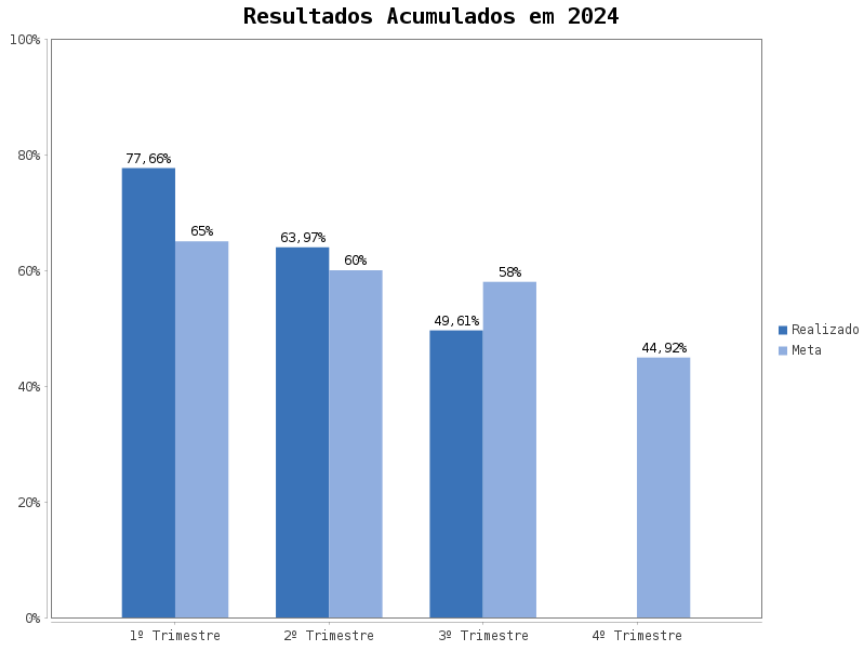
A ampliação e assimilação da cultura de monitoramento, controle e planejamento de ações, de forma horizontalizada e com acesso difuso à mineração de dados, contemplando as deferentes unidades que compõem a Secretaria Judiciária e as assessorias de gabinetes dos Desembargadores Eleitorais, pode servir de importante ferramenta para manutenção do indicador em patamar considerado "ótimo". Demais disto, as automações de diversas etapas do processamento judicial na SJD (algumas já implementadas, como o lançamento das certidões de "Apto para julgamento" e de "trânsito em julgado"; ou mesmo das novas modalidades em vias de implantação).

Riscos associados ao objetivo

O ingresso de número elevado de recursos relativos às eleições municipais de 2024 no período que se aproxima do recesso forense pode causar impacto no indicador, uma vez que não haverá tempo hábil para o processamento e julgamento dos processos dentro do período de corte para medição da meta nacional 1 do CNJ, que se encerra em 31/12/2024, notadamente pelo reduzido número de dias úteis nos meses de novembro e dezembro deste ano.

IE 15 - Taxa de congestionamento líquida de feitos judiciais – 1º grau

Ótimo **Desempenho do Período: 114,47%**



Polaridade: Quanto menor melhor. Responsável: SVPCRE.

Análise de contexto

Este indicador analisa o percentual de processos que permanecem pendentes de baixa ao final do período-base em relação ao total de processos que tramitou em um ano. São excluídos do cômputo os suspensos, sobrestados ou em arquivo provisório. A taxa de congestionamento é um indicador do CNJ, também cobrado no Prêmio CNJ de Qualidade.

Em análise aos ingressos e baixas processuais referentes ao 3º trimestre de 2024, temos os seguintes dados:

- Casos Novos: Julho - 3098 / Agosto - 17977 / Setembro - 18653

- Processos baixados: Julho - 972 / Agosto - 3329 / Setembro - 13203

No final do 2º trimestre, tínhamos 1.785 processos pendentes de julgamento e baixa, dentre estes, 360 pendentes somente de baixa. Já no final do 3º trimestre, estávamos com 20.506 processos pendentes de julgamento e baixa, dentre estes, 3.413 pendentes somente de baixa. Vale destacar que dos processos de Registro de Candidatura, julgados em sua totalidade, ainda há um monte que será baixado e arquivado pelas zonas eleitorais. Este montante pendente de baixa totaliza em 2.753 processos.

As classes processuais que possuem os maiores quantitativos pendentes são: Prestação de Contas Anuais, com 972 processos, dentre estes, 709 ingressaram em 2024; Requerimento de Regularização de Omissão de Prestação de Contas Anual e Eleitorais, com 1.300 processos, quase o mesmo acervo do 2º trimestre; Representação, com 445 processos, Representação, com 445 processos, dentre estes, 419 ingressaram em 2024 e Prestação de Contas Eleitorais, com aproximadamente 17.500, sendo que 17.445 ingressaram em setembro 2024.

O grande volume de processos de Registro de Candidatura ingressados no 3º trimestre (aproximadamente 20.000 processos) e baixados no mesmo período (aproximadamente 14.700) contribuiu no alcance da meta deste indicador. A meta é de 58% e tivemos o resultado de 49,61%, tendo o alcance da meta em 114,47%. Vale lembrar que a medição deste indicador é “quanto menor, melhor”. Então quanto menor for o resultado, melhor será o alcance da meta.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

As principais ações realizadas foram:

1) Plano de Ação com Técnicos do TCM: O objetivo principal é fornecer suporte às Zonas Eleitorais classificadas como críticas. O escopo da ação consiste na elaboração de pareceres técnicos exclusivamente de processos da classe Prestação de Contas Anuais. Os resultados foram positivos, com 40,1% dos referidos processos julgados, até o momento, pela ZE 26, que recebeu auxílio

dos técnicos do TCM. Com isso, houve a redução de 46% no acervo de Prestação de Contas desta Zona Eleitoral em apenas 44 dias úteis, o que é excelente.

2) Projeto LAB26: Projeto inovador visando à melhoria da gestão cartorária com atendimentos e orientações dedicados, visitas in loco, visitas do chefe de cartório à Sede para intercâmbio de experiências. O resultado foi positivo, apresentando uma redução de 41% no acervo processual da Zona Eleitoral.

3) Ação de acompanhamento dos processos de Registro de Candidatura: Houve o acompanhamento diário do processamento desses processos nos núcleos de apoio e nas Zonas Eleitorais com a atribuição de Registro de Candidatura. Esta iniciativa pôde prever gargalos em cartórios onde ainda havia muitos processos pendentes e, assim, solucionar a questão com disponibilização de servidores para auxiliar no processamento.

4) Projeto Integração Corregedoria: Parceria entre a AMVPCRE e as demais Coordenadorias da VPCRE visando ao impulsionamento processual, que tem proporcionado resultados positivos.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Além do acervo de processos de Prestação de Contas Anuais (972 pendentes) e Requerimento de Regularização de Omissão de Prestação de Contas Anual e Eleitorais (1.300 pendentes), temos a entrada de um grande volume de processos de Prestação de Contas Eleitorais (17.445) devido à sazonalidade da Justiça Eleitoral e por ser ano eleitoral.

No entanto, considerando que 2025 não será ano eleitoral, as Zonas Eleitorais poderão concentrar seus esforços na análise processual, debruçando-se no processamento dos feitos, julgamento e baixa dos processos judiciais.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

A criação do painel BI no Metabase para análise gerencial e acompanhamento mais meticuloso de todos os processos pendentes nas Metas CNJ 1 (Julgar mais processos que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente), 2 (Julgar processos mais antigos) e 4 (Priorizar o julgamento dos processos relativos a crimes contra a Administração Pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais) contribuir para melhorar o desempenho de vários indicadores diretamente ligados à gestão e celeridade processual. Com este painel, a VPCRE poderá auxiliar as Zonas Eleitorais, indicando, especificamente, quais processos estão impactando cada meta nacional.

Além disso, tendo em vista o resultado positivo da ação com os técnicos do TCM no auxílio das Prestações de Contas Anuais em Zonas Eleitorais críticas, propõe-se que a parceria com os técnicos do TCM estenda-se com o objetivo de auxiliar na análise dos processos de Prestação de Contas Eleitorais, os quais já apresentam grande volume, aproximadamente 17.500 ingressados até setembro de 2024.

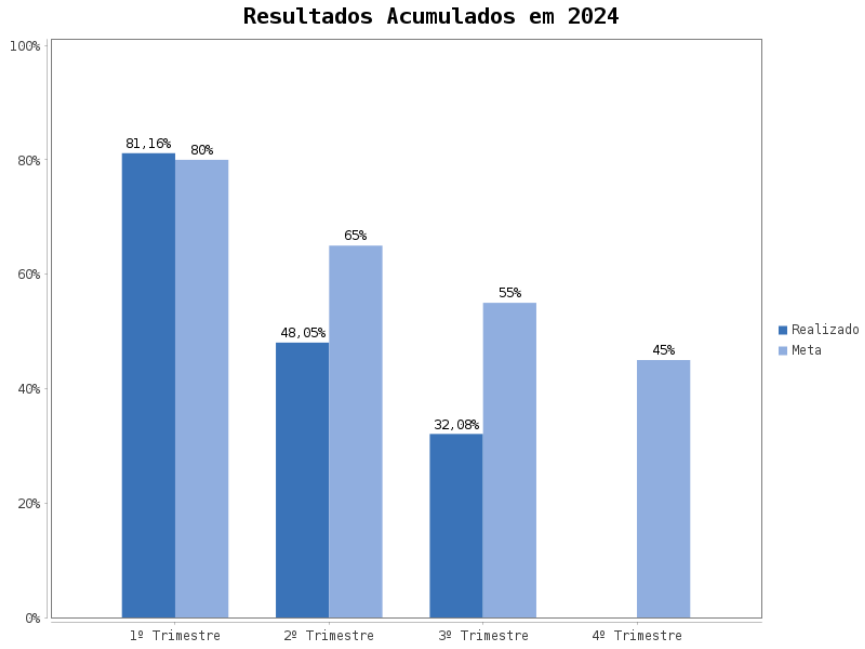
Por fim, será feito novo levantamento processual com a finalidade de identificar processos que se encontram prontos para o julgamento ou a baixa definitiva. Com isso, será feita uma ação com as Zonas Eleitorais, orientando-as nesta gestão processual e, assim, diminuir o acervo pendente.

Riscos associados ao objetivo

Aumento do acervo processual. Falta de celeridade processual.

IE 16 - Taxa de congestionamento líquida de feitos judiciais - 2º grau

Ótimo **Desempenho do Período: 141,67%**



Polaridade: Quanto menor melhor. Responsável: SJD.

Análise de contexto

Fechado pela Sedest

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Fechado pela Sedest

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Fechado pela Sedest

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

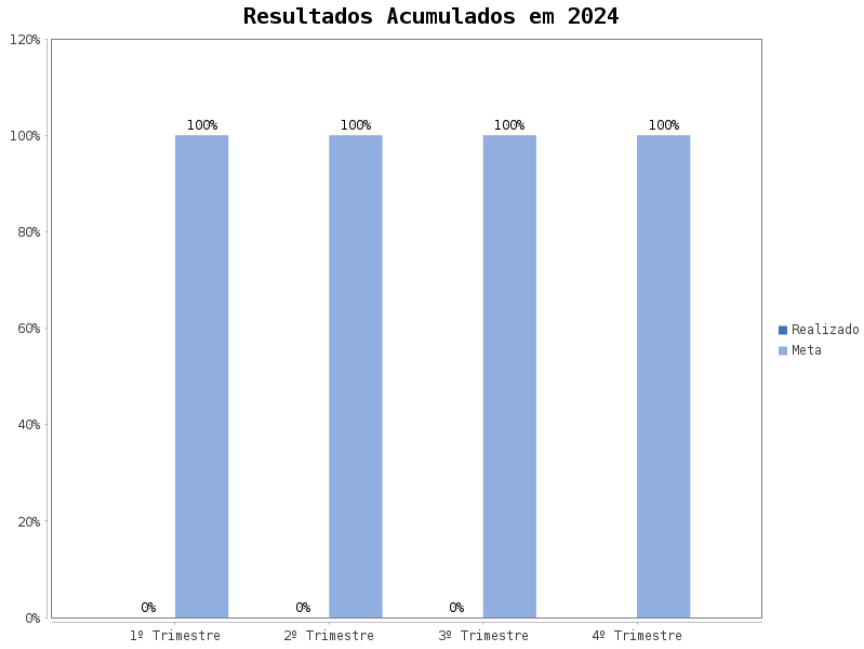
Fechado pela Sedest

Riscos associados ao objetivo

Fechado pela Sedest

OE 05 - Combater os ilícitos eleitorais

Não realizado **Desempenho do Período: 0,00%**



Responsável: SGPR.

Análise de contextoAnálise dispensada, Fechamento pela SEDEST.

Ações realizadas no último período e resultados obtidosAnálise dispensada, Fechamento pela SEDEST.

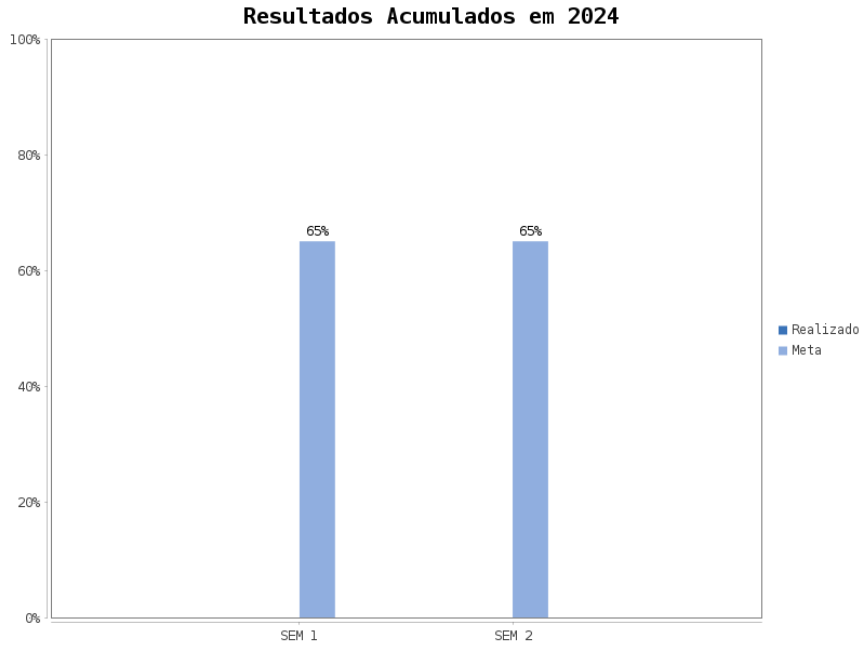
Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)Análise dispensada, Fechamento pela SEDEST.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadasAnálise dispensada, Fechamento pela SEDEST.

Riscos associados ao objetivoAnálise dispensada, Fechamento pela SEDEST.

IE 18A - Taxa de julgamento no tempo médio razoável - 2º Grau

Não realizado **Desempenho do Período:**



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: ASJUPR.

Análise de contexto

Fechado pela SEDEST

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Fechado pela SEDEST

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Fechado pela SEDEST

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

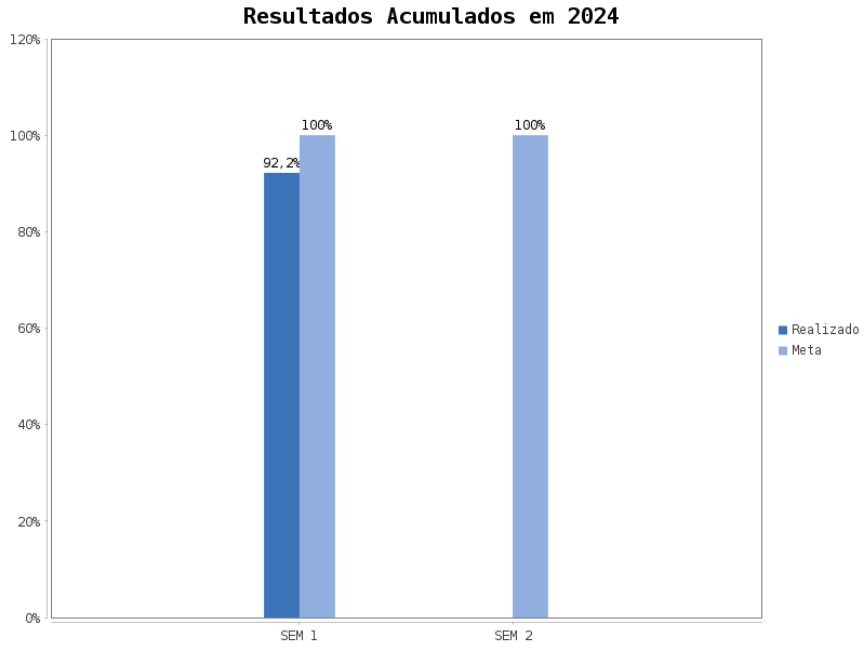
Fechado pela SEDEST

Riscos associados ao objetivo

Fechado pela SEDEST

OE 06 - Promover a educação eleitoral e a participação cidadã

Ótimo **Desempenho do Período: 92,20%**



Responsável: EJE.

Análise de contextoFechado pela Sedest

Ações realizadas no último período e resultados obtidosFechado pela Sedest

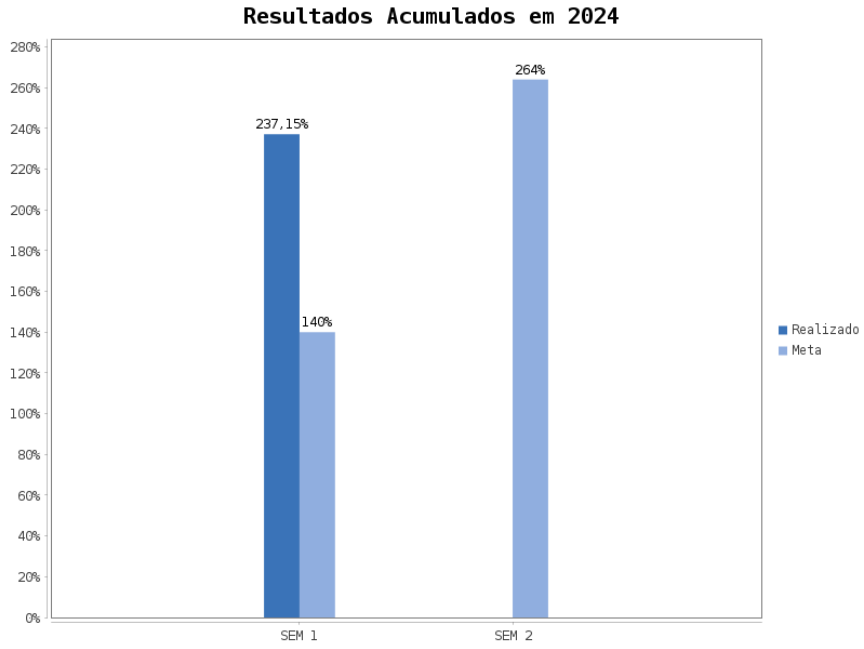
Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)Fechado pela Sedest

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadasFechado pela Sedest

Riscos associados ao objetivoFechado pela Sedest

IE 19 - Taxa de estudantes atendidos em ações socioeducativas

Ótimo **Desempenho do Período: 169,39%**



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: EJE.

Análise de contexto

No primeiro semestre do exercício de 2024 houve uma diminuição do número total de alunos alcançados pelos programas de ações socioeducativas da Escola Judiciária Eleitoral do TRE-RJ, em relação ao semestre anterior, porém um aumento quando comparado ao mesmo período no ano passado. Tais números foram influenciados pela convocação de magistrados, por meio do Aviso GP nº 20/2024, para conduzirem as palestras presenciais do "TRE Vai à Escola" e também pela realização de seis ações do projeto "#PartiuVotar". Somados, ambos os projetos foram responsáveis por aproximadamente 84% do total dos estudantes atendidos no período.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Foram realizadas, no total, 89 ações socioeducativas por parte e/ou com apoio desta EJE, no formato presencial, totalizando cerca de 7.047 alunos alcançados no primeiro semestre,a saber:

6 ações de iniciativa estratégica, denominadas #PartiuVotar, 4 no município de Petrópolis, entre os dias 9 e 12 de abril, atingindo um total de 866 estudantes, bem como 2 no município de Varre-Sai, nos dias 24 e 25 de abril, alcançando 531 estudantes. No que tange ao atendimento dos jovens para tirar a primeira via do título de eleitor, conseguimos emitir em torno de 646 novos títulos eleitorais.Programa "Eleitor do Futuro" - alcançou cerca de 721 estudantes fluminenses nos meses de abril a junho; ao todo foram realizadas 15 ações direcionadas a estudantes dos ensinos Fundamental e Médio;Programa "TRE Vai à Escola" - alcançou cerca de 5.469 estudantes fluminenses nos meses de julho a dezembro; ao todo foram realizadas 73 ações;Projeto "Visitas ao TRE" - em 1 ação realizada na sede do TRE/RJ no mês de abril, alcançou cerca de 50 estudantes do ensino médio.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

A tendência é que os números apresentem decréscimo no próximo semestre, tendo em vista o direcionamento de esforços do Tribunal como um todo para as Eleições Municipais de 2024. Além disso, por conta do aumento considerável das atribuições dos cartórios e acúmulo de demandas, o Aviso GP nº 20/2024 foi flexibilizado, permitindo que os cartórios façam as ações do TRE vai à Escola apenas após o pleito e dispensando de realizá-las as zonas que tenham atribuição de Prestação de Contas. Há entretanto, previsão de aumento da demanda pelas ações do Eleitor do Futuro.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Como proposta de melhoria de desempenho das ações no segundo semestre pretendemos promover:

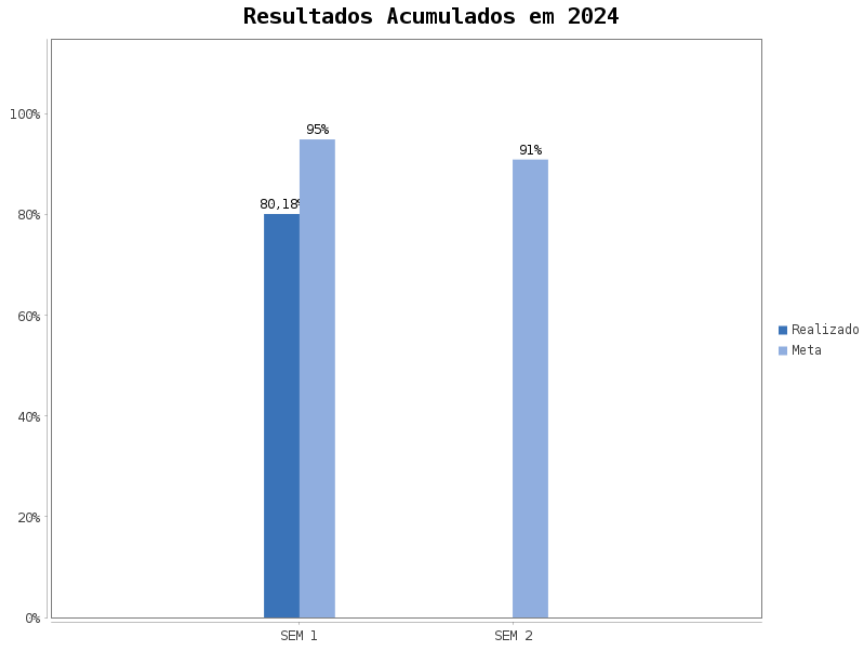
Um melhor planejamento das ações presenciais, de modo a serem diluídas mais proporcionalmente ao longo dos meses; Maior divulgação do Projeto "Visitas ao TRE"Divulgação do Programa TRE Vai à Escola para os magistrados, com palestra de sensibilização;Expectativa de transformação do Projeto #PartiuVotar em um Programa.

Riscos associados ao objetivo

Interrupção das atividades escolares em razão de greve na rede pública de ensino, diminuição do número de palestrantes voluntários e diminuição de número de juízes que atendam à convocação do Aviso GP nº 20/2024 por se tratar de ano eleitoral.

IE 20 - Taxa de atendimento a demanda de ações socioeducativas

Ótimo **Desempenho do Período: 84,40%**



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: EJE.

Análise de contexto

No primeiro semestre do exercício de 2024, a taxa de atendimento a demanda de ações socioeducativas manteve-se estável. As ações solicitadas são sempre atendidas pela Escola Judiciária, havendo cancelamento apenas a pedido das próprias instituições de ensino ou dos juízes eleitorais. A taxa de atendimento da demanda solicitada também é altamente influenciada pela disponibilidade do corpo de palestrantes voluntários.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Foram realizadas, no total, 89 ações socioeducativas por parte e/ou com apoio desta EJE, no formato presencial, totalizando cerca de 7.047 alunos alcançados no primeiro semestre,a saber:

6 ações de iniciativa estratégica, denominadas #PartiuVotar, 4 no município de Petrópolis, entre os dias 9 e 12 de abril, atingindo um total de 866 estudantes, bem como 2 no município de Varre-Sai, nos dias 24 e 25 de abril, alcançando 531 estudantes. No que tange ao atendimento dos jovens para tirar a primeira via do título de eleitor, conseguimos emitir em torno de 646 novos títulos eleitorais.Programa "Eleitor do Futuro" - alcançou cerca de 721 estudantes fluminenses nos meses de abril a junho; ao todo foram realizadas 15 ações direcionadas a estudantes dos ensinos Fundamental e Médio;Programa "TRE Vai à Escola" - alcançou cerca de 5.469 estudantes fluminenses nos meses de julho a dezembro; ao todo foram realizadas 73 ações;Projeto "Visitas ao TRE" - em 1 ação realizada na sede do TRE/RJ no mês de abril, alcançou cerca de 50 estudantes do ensino médio.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Há a posibilidade de que os números apresentem decréscimo no próximo semestre, tendo em vista que o Aviso GP nº 20/2024 foi flexibilizado, permitindo que os cartórios façam as ações do TRE vai à Escola apenas após o pleito e dispensando de realizá-las as zonas que tenham atribuição de Prestação de Contas. Há portanto a possibilidade de cancelamento pelos juízes eleitorais de ações já previamente agendadas. Tendo em vista que a maior parte das ações socioeducativas são ministradas por um corpo de palestrantes voluntários, muitos deles, servidores de cartórios eleitorais, há também a possibilidade de indisponibilidade dos mesmos devido ao acúmulo de tarefas pro conta da organização das Eleições Municipais de 2024.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Como proposta de melhoria de desempenho das ações no segundo semestre pretendemos promover:

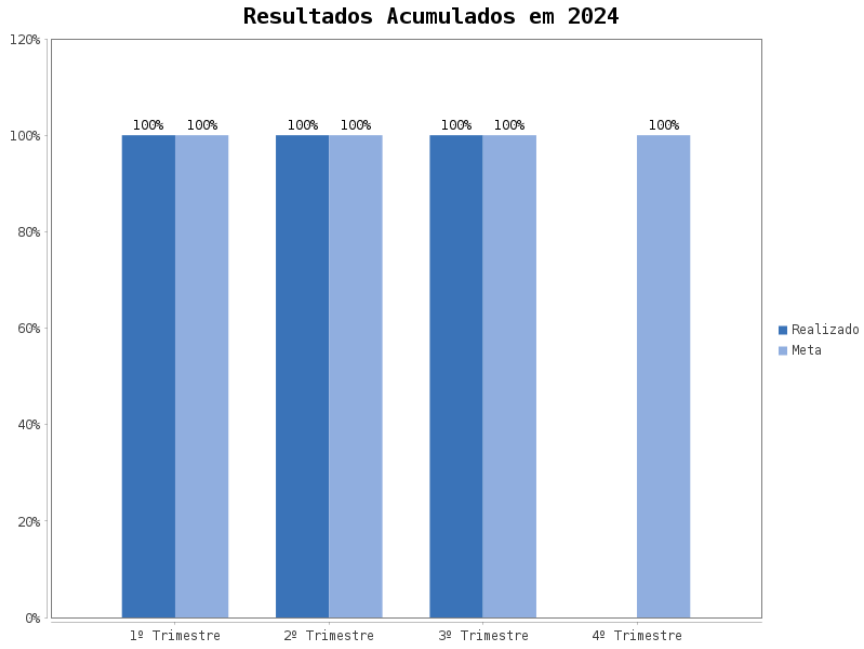
Maior incentivo ao corpo de palestrantes voluntáriosMelhoria no agendamento das ações de forma a adequar as datas à disponilidade dos palestrantes e das escolas

Riscos associados ao objetivo

Indisponibilidade dos palestrantes voluntários e dos juízes eleitorais

OE 07 - Aprimorar a gestão da comunicação e do relacionamento institucional

Ótimo **Desempenho do Período: 100,00%**



Responsável: COSOC.

Análise de contextoAnálise dispensada, Fechamento pela SEDEST.

Ações realizadas no último período e resultados obtidosAnálise dispensada, Fechamento pela SEDEST.

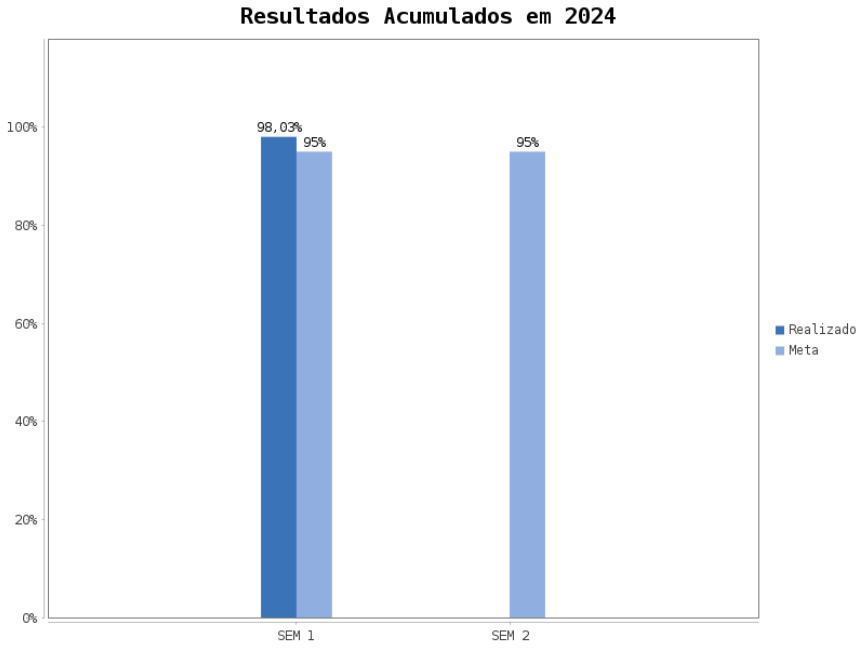
Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)Análise dispensada, Fechamento pela SEDEST.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadasAnálise dispensada, Fechamento pela SEDEST.

Riscos associados ao objetivoAnálise dispensada, Fechamento pela SEDEST.

IE 21 - Taxa de inserções positivas na imprensa

Ótimo **Desempenho do Período: 103,19%**



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SECJOR.

Análise de contexto

No primeiro semestre de 2024, essa taxa apresentou ótimo desempenho, com 98,03%, acima da meta prevista de 95%. A meta foi alcançada em todos os seis meses, obtendo um desempenho geral de 103,19%.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

As ações principais são a publicação das notas jornalísticas no site, o envio das mesmas para o mailing (lista de email da imprensa), assim como a resposta, sempre que possível dentro do prazo sugerido, das demandas de imprensa. Com essas ações disponibilizamos conteúdo de interesse público e prestamos o esclarecimento aos jornalistas, o que contribui para a publicação de matérias nos veículos de imprensa.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

A tendência é que a taxa continue se apresentando de forma satisfatória ou ótima. Nos próximos seis meses deve haver um aumento de notícias sobre o Tribunal, tendo em vista o período eleitoral, com mais eventos envolvendo o Tribunal, e, por mais que suba o número de matérias negativas, a quantidade de matérias positivas também cresce bastante, acarretando na estabilidade da taxa.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

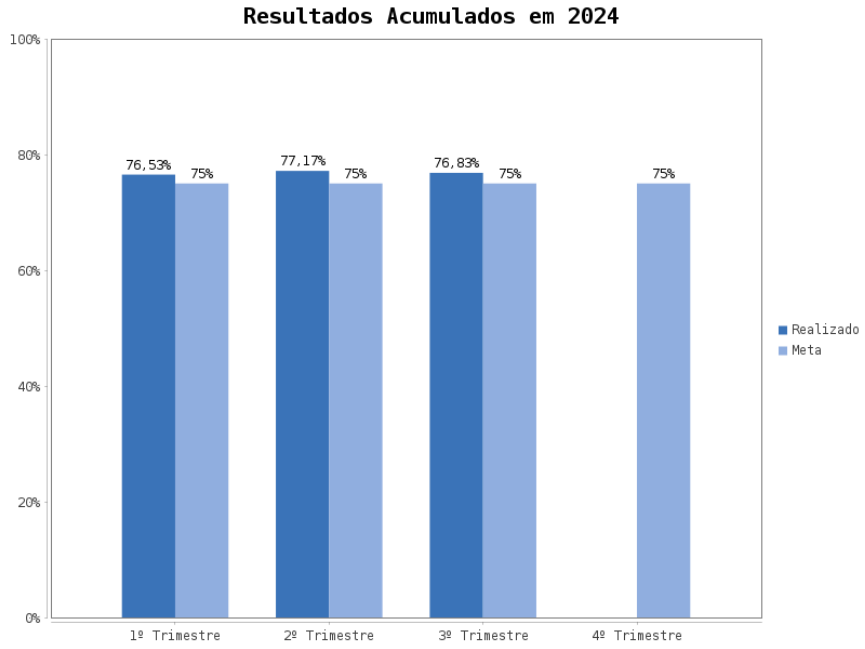
Não há nenhuma proposta prevista tendo em vista que a taxa apresenta percentual bem próximo dos 100%.

Riscos associados ao objetivo

É importante que a Administração sempre trabalhe com planejamento e gerenciamento de riscos para evitar crises, que costumam ter repercussão negativa na imprensa, maculando a imagem da instituição.

IE 23 - Taxa de resposta à imprensa no prazo

Ótimo **Desempenho do Período: 102,44%**



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SECJOR.

Análise de contexto

No terceiro trimestre de 2024, a taxa das demandas de jornalistas respondidas dentro do prazo teve registro de 76,57%, acima, portanto, da meta de 75%, estabelecida para o período. O percentual de alcance da meta acumulado no ano está em 76,83%, o que é considerado ótimo em termos de desempenho.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Nesse período, no qual há um aumento considerado de solicitações de imprensa, que chegaram a um total de 264, adotamos, sempre que possível, a iniciativa de solicitar a extensão do prazo para a resposta. Essa medida, no entanto, é analisada caso a caso, quando o deadline (prazo) está muito apertado e/ou sabemos que será possível passar a informação solicitada mas não dentro do prazo estabelecido.

Os demais protocolos do setor, como manutenção da caixa do correio eletrônico sempre aberta durante o horário de expediente e monitoramento constante das mensagens, foram mantidos.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

A tendência é que o volume de demandas no quarto trimestre deste ano eleitoral, diminua tendo em vista que o segundo turno será realizado em apenas dois municípios e que nenhuma época é tão intensa de solicitações como os meses de agosto e setembro dos anos pares.

Há três razões principais para o não cumprimento do prazo do jornalista, que são a solicitações que chegam fora do horário de expediente, as demandas que são encaminhadas para o setor técnico competente, sem retorno dentro do prazo estabelecido p pelo jornalista e o volume de trabalho, quando não foi possível para a equipe da unidade analisar a demanda por estar envolvido em outras tarefas, como coberturas de eventos e produção de notas.

Em setembro, 20 (37%) demandas jornalísticas foram encaminhadas para o setor técnico sem resposta dentro do prazo, 10 (18,5%) foram recebidas fora do horário de expediente, e 11 (20,4%) não puderam ser apreciadas no prazo tendo em vista o volume de trabalho.

Em agosto, esses números foram, respectivamente, 14 (34,1%), 10 (24,4%) e 6 (14,6%), e em julho, 7 (53,8%), 1 (7,7%) e 3 (23,1%). Os números percentuais dizem respeito ao total de solicitações não respondidas dentro do prazo e não ao total de pedidos recebidos.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

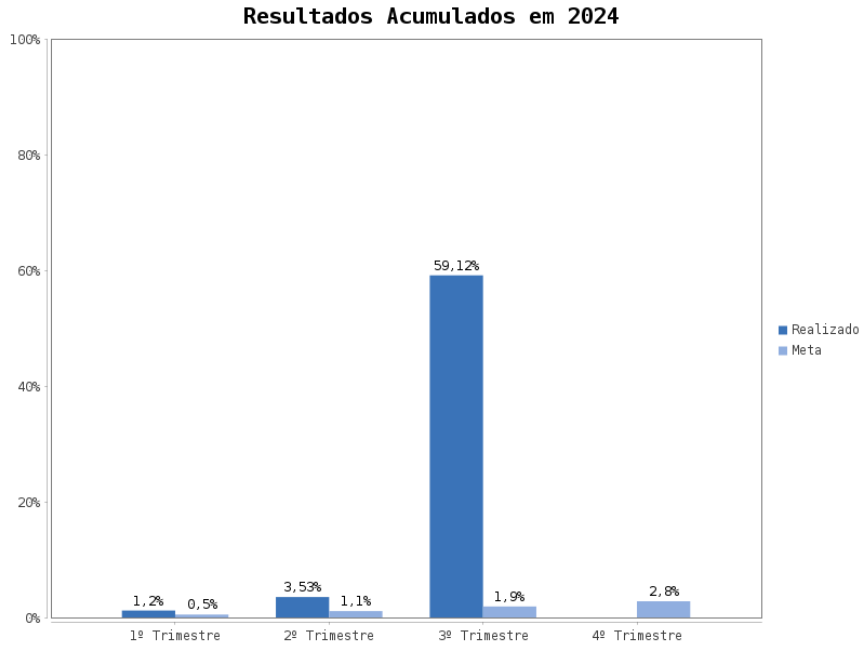
Não há, no momento, nenhuma proposta de melhoria, além da solicitação de criação da ferramenta de inteligência artificial para resposta automática, que já fora informada em análises anteriores, e a abertura de PSI para a unidade, que também já foi iniciada.

Riscos associados ao objetivo

É fundamental que tenhamos mais estrutura de pessoal para que possamos obter um padrão rotineiro e seguro de atendimento aos jornalistas dentro do prazo, o que não possuímos atualmente tendo em vista a carência de servidoras(es).

IE 24 - Taxa de alcance das mídias sociais

Ótimo **Desempenho do Período: 3.111,80%**



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SECAMP.

Análise de contexto

As ações realizadas neste 3º trimestre inserem-se num contexto em que o interesse do público pelo tema das eleições aumenta de forma muito significativa, por englobar o período que precede as eleições.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Nestas eleições, a Secamp concebeu uma estratégia específica para a rede social Tik Tok, com postagens diárias com linguagem jovem e divertida e uso de memes e tendências ("trends"). A iniciativa mostrou-se extremamente bem-sucedida, tendo sido responsável pelo alcance de mais de 7 milhões de pessoas no referido período, tudo de forma totalmente orgânica (gratuita). Além disso, nas redes sociais Instagram e Facebook, pela primeira conseguimos orçamento para o impulsionamento de algumas postagens estratégicas para o Tribunal, o que também contribuiu para um bom desempenho de nossos perfis nessas plataformas. Com tais iniciativas, obtivemos grande alcance nas mídias sociais, superando amplamente a meta prevista para o indicador neste período.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

A tendência é de queda nos índices, uma vez que, após as eleições, o interesse do público sobre o tema diminui bastante, não sendo possível manter o mesmo desempenho do período eleitoral (que foi altíssimo). Contudo, acreditamos que, por meio de ações criativas, parcerias e outras iniciativas conseguiremos manter um desempenho bastante interessante e certamente acima das metas propostas.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Buscar parcerias para realização de collabs no Instagram

Promover postagens por meio de impulsionamento (posts pagos)

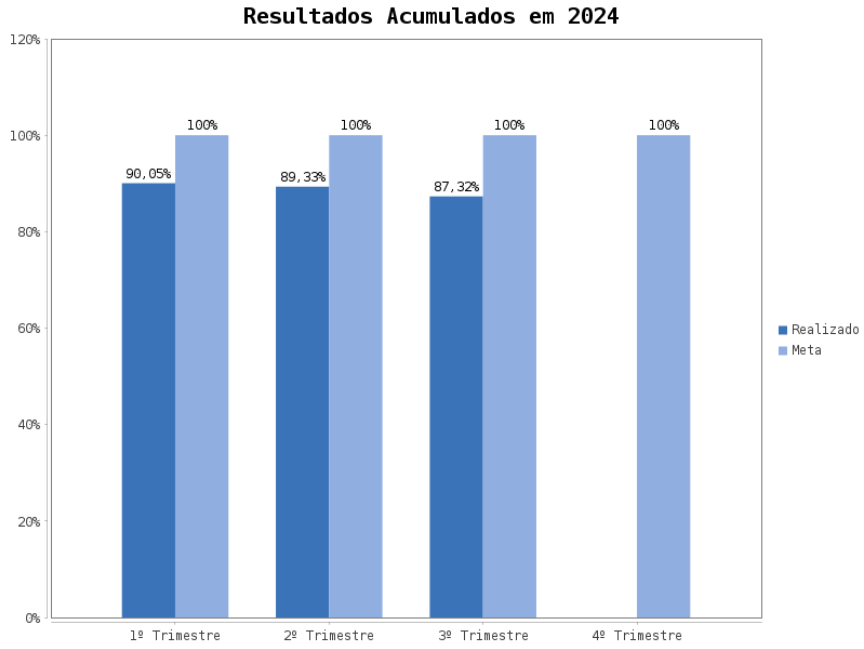
Identificação de posts/temas que obtiveram bom alcance junto ao público, de modo a nortear a elaboração/publicação de posts no futuro.

Riscos associados ao objetivo

Queda no interesse do público pelas mídias sociais.

OE 08 - Aprimorar a gestão administrativa e a governança institucional

Ótimo **Desempenho do Período: 87,32%**



Responsável: SGPR.

Análise de contextoAnálise dispensada, Fechamento pela SEDEST.

Ações realizadas no último período e resultados obtidosAnálise dispensada, Fechamento pela SEDEST.

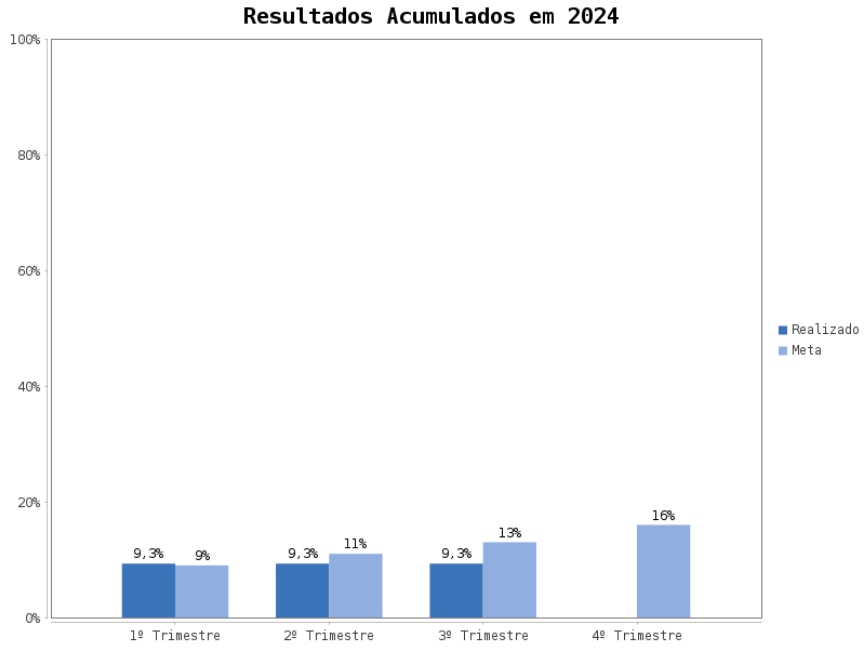
Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)Análise dispensada, Fechamento pela SEDEST.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadasAnálise dispensada, Fechamento pela SEDEST.

Riscos associados ao objetivoAnálise dispensada, Fechamento pela SEDEST.

IE 28A - Taxa de processos com riscos geridos

Satisfatório **Desempenho do Período: 71,56%**



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: ASGERI.

Análise de contexto

No último trimestre foram iniciados os trabalhos para a implantação da gestão de riscos de assédio e discriminação, que se encontra em fase de desenvolvimento. Uma vez que ainda não foi concluída, permanecem os mesmos 4 (quatro) processos de segundo nível com a gestão de riscos implementada: 1) Gerir contratações; 2) Gerir ativos de Tecnologia da Informação e Comunicação; 3) Gerir operações de TI; 4) Gerir desenvolvimento e implantação de soluções de TI.

O monitoramento dos riscos de contratações e de TIC continua sendo executado pelos respectivos gestores e reportados periodicamente nas reuniões dos Comitês de Governança de Contratações e de TIC, na apresentação dos respectivos relatórios e na divulgação das informações no Portal de Riscos.

Conforme registrado nos trimestres anteriores, além da implantação da gestão de riscos de assédio e discriminação, a ampliação da gestão de riscos no Tribunal está direcionada, no exercício de 2024, à implantação do Programa de Integridade do TRE-RJ. Isto significa dizer que mais processos serão alcançados pela gestão de riscos de acordo com a avaliação do contexto de integridade da instituição e das prioridades definidas pelo programa - atividades ainda em curso na execução do projeto.

De acordo com o esperado, no último período, houve dificuldade na disponibilidade das pessoas envolvidas na implantação da gestão de riscos de assédio e no desenvolvimento do projeto de implantação do Programa de Integridade do TRE-RJ, em razão do envolvimento com as atividades voltadas para a realização do pleito eleitoral. Com isso, houve um pouco de atraso nos cronogramas planejados, o que pode impactar no resultado do indicador ao final do exercício.

Ao final do mês de setembro foi publicada a Resolução TRE-RJ n° 1.348/2024, que aprovou a revisão da Política de Gestão de Riscos, onde foram traçadas diretrizes para a implantação da gestão de Riscos no TRE-RJ.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

No último período, as principais ações realizadas foram:

1. Início do processo de implantação da gestão de riscos de assédio e discriminação;

2. Continuidade do projeto de implantação do Programa de Integridade do TRE-RJ.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Considerando o atraso no cronograma previsto para a implantação da gestão de riscos de assédio e discriminação, a expectativa é de que ocorra um pequeno avanço no desempenho do indicador apenas no primeiro trimestre de 2025.

Maior evolução, no entanto, só poderá ser observada a partir da implementação da gestão de riscos no âmbito do projeto de implantação do Programa de Integridade do TRE-RJ, cuja previsão é apenas para o próximo exercício.

Assim, há uma tendência de piora do desempenho do indicador nos próximos ciclos, o que poderá impactar no desempenho do objetivo a ele relacionado.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

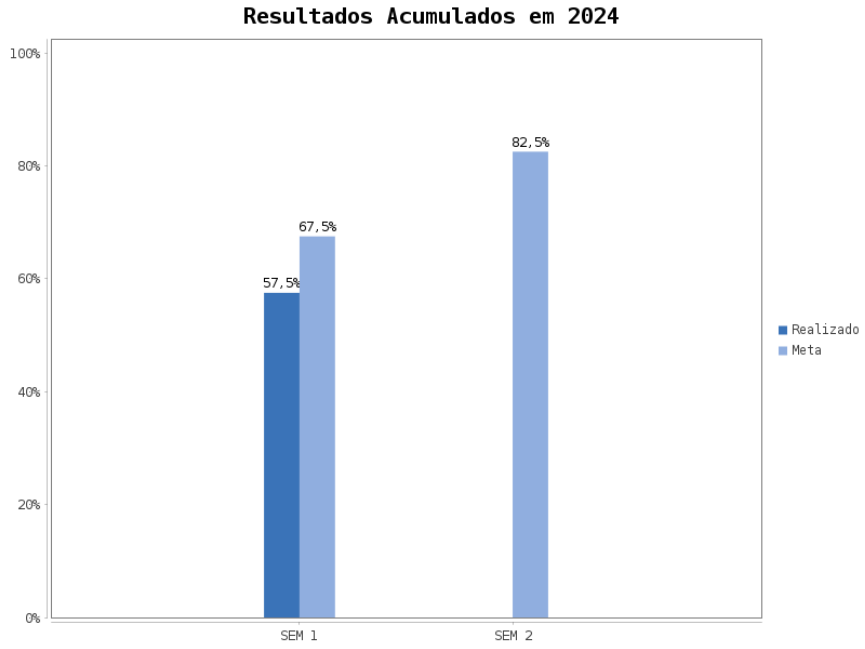
Priorizar o desenvolvimento do projeto de implantação do Programa de Integridade do TRE-RJ;Definir novas estratégias para a ampliação da gestão de riscos no TRE-RJ, de acordo com o previsto no art. 29 da Resolução TRE-RJ nº 1.348/2024.

Riscos associados ao objetivo

Mudanças na Arquitetura de Processos, que diminuam ou aumentem o quantitativo de processos de segundo nível;Alteração dos gestores dos processos que possuem gestão de riscos implementada;Descontinuidade ou suspensão do projeto de implantação do Programa de Integridade do TRE-RJ;Indisponibilidade das unidades envolvidas na implementação da gestão de riscos de assédio e discriminação e dos processos a serem priorizados.

IE 29 - Taxa de aprimoramento da gestão de riscos e controles internos

Ótimo **Desempenho do Período: 85,19%**



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: ASGERI.

Análise de contexto

O indicador busca demonstrar o aprimoramento da gestão de riscos no TRE-RJ a partir da avaliação da adoção de práticas a ela vinculadas. Atualmente, a gestão de riscos no Tribunal está regulamentada pela Política de Gerenciamento de Riscos do TRE-RJ (Resolução nº 1.101/2019) e a metodologia adotada para sua aplicação encontra-se prevista no Manual de Gerenciamento de Riscos, aprovado pelo Ato GP nº 462/2019.

A Assessoria de Gerenciamento de Riscos e Controle Interno – ASGERI é a unidade responsável pela estruturação das atividades relacionadas a gestão de riscos do Tribunal e as práticas contempladas no indicador direcionam as ações necessárias a essa estruturação.

Ao longo do tempo, a unidade vem aperfeiçoando instrumentos e padrões de forma a facilitar a adoção de práticas de gestão de riscos na instituição, em busca de introduzi-la na cultura da gestão organizacional. O resultado desse esforço, porém, ocorre de forma paulatina, conforme as áreas adotem as abordagens de riscos propostas e a instituição impulsione sua implementação em temas críticos.

No último período o desempenho do indicador sofreu uma ligeira melhora devido à consistência na atualização periódica das informações dos riscos monitorados no Portal de Riscos.

Com relação aos riscos considerados críticos, na 1ª reunião do Comitê de Gestão de Riscos de 2024, ficou estabelecido que os riscos estratégicos passariam a ser denominados riscos institucionais, em virtude de estarem mais voltados para o negócio do que para a estratégia, e que passariam a compor o rol de riscos críticos, até que mais riscos de outras temáticas se classifiquem como críticos.

Permanece o entendimento de que o atual direcionamento dado pela alta gestão de priorização da implantação do Programa de Integridade do TRE-RJ exigirá o envolvimento de diversas áreas e o aperfeiçoamento da comunicação e governança da gestão de riscos, o que poderá contribuir para a melhoria do nível de aderência em alguns quesitos avaliados, como a utilização das informações resultantes do processo de gestão de riscos na tomada de decisão, o monitoramento e a avaliação da gestão de riscos pela alta instância de governança e a divulgação e atualização dos planos de gerenciamento de riscos.

Por outro lado, alguns quesitos tendem a não ser impulsionados, como o plano de continuidade e a estruturação do ciclo de aprimoramento da gestão de riscos.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

No último período, as principais ações realizadas foram:

Início do projeto de implantação do Programa de Integridade do TRE-RJ;Estruturação do relatório de gestão de riscos de TI e de contratações para reporte aos comitês de governança e à ASGERI.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Uma vez que os próximos meses serão dedicados a atividades de estruturação do Programa de Integridade, há expectativa de que não ocorram avanços na gestão de riscos que melhorem o resultado do indicador, o que impactará de forma negativa no desempenho do objetivo.

Há, porém, uma forte expectativa de que a estruturação do programa auxilie na aculturação da gestão de riscos dentro do Tribunal nos anos vindouros.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

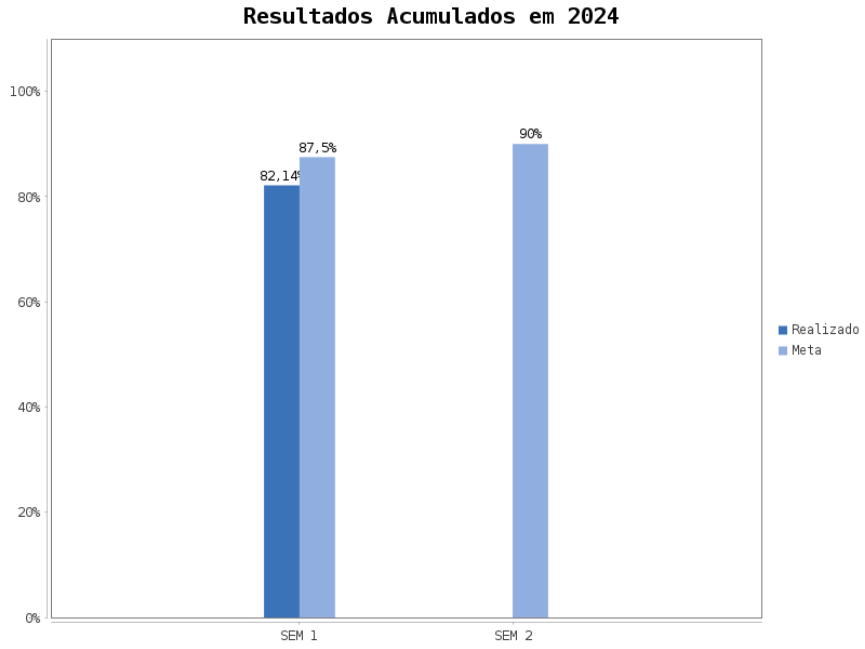
Priorizar o desenvolvimento do projeto de implantação do Programa de Integridade do TRE-RJ;Manter a pauta fixa, nas reuniões dos Comitês de Governança da Tecnologia da Informação e de Governança de Contratações, envolvendo o reporte dos riscos de TI e de contratações, respectivamente;Aperfeiçoar a estrutura e atribuições da Assessoria de Gerenciamento de Riscos e Controle Interno.

Riscos associados ao objetivo

Indisponibilidade de recursos que atrasem ou impeçam a ampliação da implantação do gerenciamento de riscos na organização;Prioridades estabelecidas pela alta administração que atrasem ou impeçam a implementação das ações planejadas para impulsionamento da gestão de riscos na organização;Resistência por parte dos gestores para adoção das práticas de gestão de riscos;Mudanças nas equipes de apoio à gestão que acarretem a perda do conhecimento técnico necessário à gestão de riscos na respectiva área.

IE 33 - Índice de gestão e governança das contratações

Ótimo **Desempenho do Período: 93,87%**



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SAD.

Análise de contexto

A análise do indicador usou como base o último questionário oficial do IGovCONTRAT, disponibilizado pelo TCU em 2021. O questionário foi respondido pela SAD, com posterior ratificação pelo CGovCON, em dezembro de 2023, cujo resultado foi usado exclusivamente para subsidiar este indicador estratégico. A próxima medição passará a considerar as respostas ao indicador iESGo 2024 - Environmental, Social and Governance, que substituirá oficialmente o IGovCONTRAT.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Observa-se uma evolução significativa no percentual de itens do questionário que foram alcançados de 2021 para 2023, indicando que as medidas adotadas foram efetivas. Como ações realizadas, pode-se citar: capacitação de gestores e demais servidores em gestão de riscos das contratações; avanços na estrutura e no acompanhamento do Plano de Contratações Anual; organização do processo de trabalho para planejamento das contratações, seleção de fornecedores e gestão dos contratos; adoção de práticas sustentáveis nas contratações, entre outros.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Os desafios se concentram no desenvolvimento da capacidade dos colaboradores da área de contratações, na definição de perfis profissionais desejados para atuar na área, bem como na definição de critérios objetivos para avaliação de desempenho e transmissão de informações, além da necessidade de elaborar mecanismos para atrair e reter os colaboradores na área de contratações.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

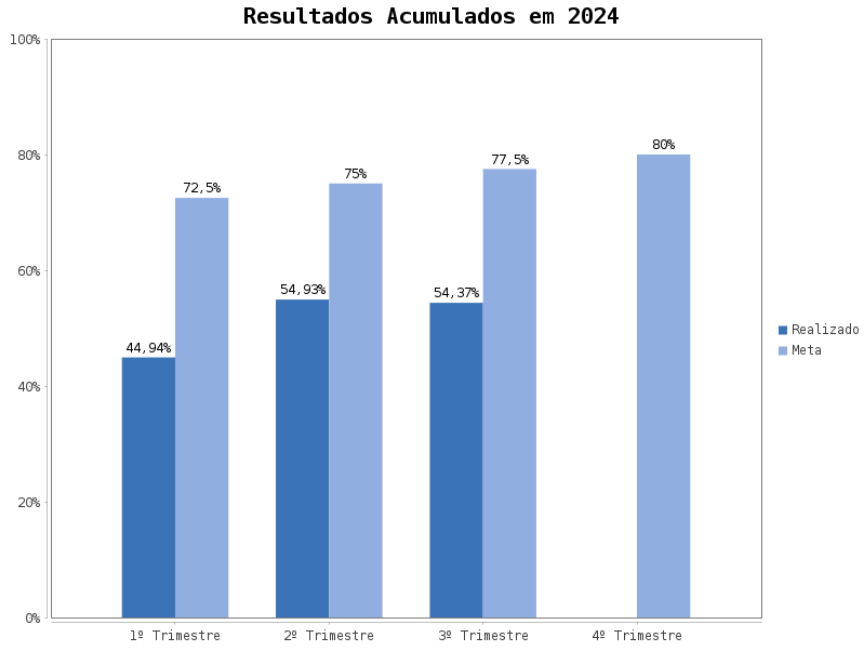
Envolvimento da alta Administração na definição de diretrizes para seleção de colaboradores com perfil profissional adequado e mecanismos de retenção destes na área.

Riscos associados ao objetivo

A falta de colaboradores com perfil de atuação na área de contratações e a difícil retenção dos colaboradores na área geram o risco de atraso ou inexecução das contratações, podendo impactar atividades essenciais do Tribunal.

IE 34A - Taxa de aderência das contratações ao Plano de Contratações Anual (PCA)

Satisfatório **Desempenho do Período: 70,16%**



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SAD.

Análise de contexto

O Plano de Contratações Anual (PCA) relacionava 134 novas contratações e 39 prorrogações contratuais para o ano de 2024, sendo 25 contratações planejadas para serem concluídas durante o 3º trimestre de 2024. Até o momento, 85 foram concluídas, 28 estão em andamento, 3 ainda não foram iniciadas e 58 foram canceladas, afetando os indicadores do processo. Os atrasos decorrem, principalmente, da etapa de planejamento da contratação (mais especificamente, na elaboração do termo de referência da contratação), sob responsabilidade das unidades demandantes, impactando, por conseguinte, as demais etapas. Além disso, foram iniciadas 52 contratações não planejadas, para atender a demandas extraplano, afetando, também, o processo administrativo das contratações.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Apesar dos atrasos, o indicador apresentou resultado superior ao histórico para o período de medição, sendo o resultado influenciado por algumas ações mais concretas de acompanhamento das contratações, como reuniões presenciais com gestores para explicar a importância da aderência das contratações aos prazos previstos no PCA e o seu correto registro na planilha.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

A tendência é de melhora no indicador, devido a cada vez maior familiaridade com o PCA pelas unidades demandantes, o que influencia no cumprimento dos prazos previstos para as contratações e no correto preenchimento da planilha.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

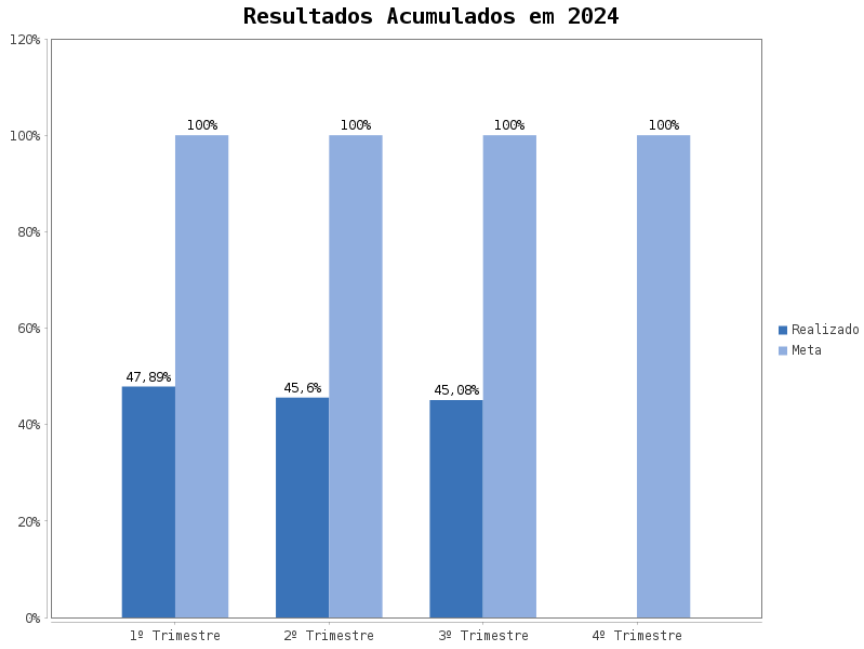
Ações de conscientização para aderir aos prazos inicialmente planejados e para o correto preenchimento da planilha, através de contatos contínuos com as unidades demandantes.

Riscos associados ao objetivo

Não conclusão das contratações no período, impactando o objeto da contratação e o orçamento do ano corrente.

OE 09 - Promover a gestão de informações de forma padronizada, segura e transparente

Insatisfatório **Desempenho do Período: 45,08%**



Responsável: SAD.

Análise de contextoAnálise dispensada, Fechamento pela SEDEST.

Ações realizadas no último período e resultados obtidosAnálise dispensada, Fechamento pela SEDEST.

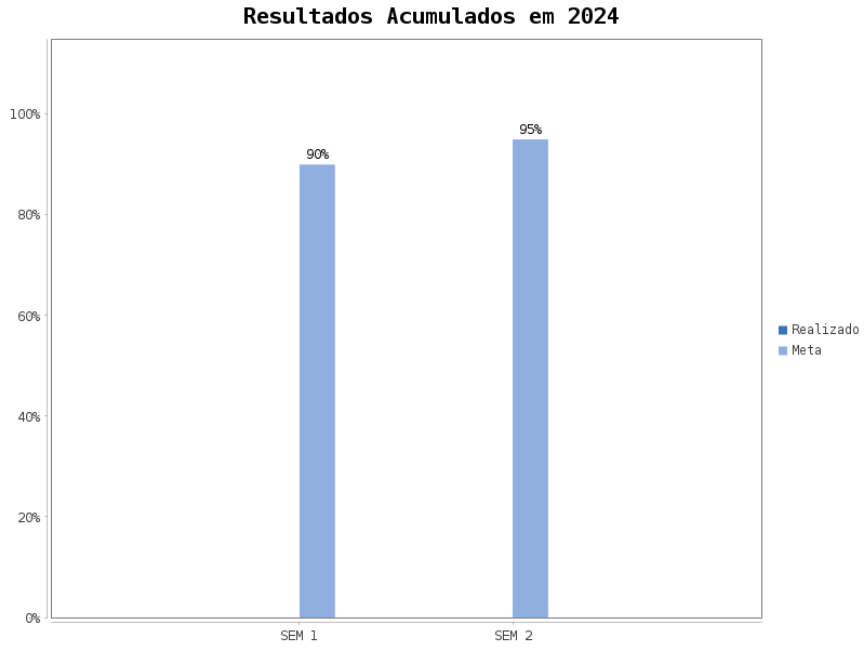
Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)Análise dispensada, Fechamento pela SEDEST.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadasAnálise dispensada, Fechamento pela SEDEST.

Riscos associados ao objetivoAnálise dispensada, Fechamento pela SEDEST.

IE 35 - Taxa de ativos de informação avaliados quanto à existência de dados pessoais - LGPD

Não realizado **Desempenho do Período:**



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SECGIM.

Análise de contexto

No segundo semestre de 2022, foi contratada a ferramenta informatizada para realização do levantamento e avaliação dos ativos de informação quanto à LGPD, conforme processo 2020.0.000054284-7. O período experimental de uso da ferramenta e respectivos ajustes do sistema Astrum Pro foi concluído em setembro de 2023, tendo o sistema recebido aceite da equipe de contratação. Após, foi identificada a necessidade de novos procedimentos e ajustes pela SEGDOC para geração dos Instrumentos de Gestão Documental (ajustes nos metadados importados para o banco de dados), tendo sido os procedimentos de ajustes concluídos no mês de dezembro de 2023, durante o recesso. A ferramenta foi testada novamente pela equipe da SEGDOC em ambiente de produção e os instrumentos de Gestão Documental conferidos. A parametrização dos metadados da LGPD no ambiente de homologação para realização de testes e projeto piloto, teve início em junho de 2024 e encontra-se em andamento. Espera-se que a nova etapa de parametrização da ferramenta e de capacitação para realização do projeto piloto sejam concluídas no segundo semestre de 2024. O início da coleta de dados começará após autorização da DG, visto que estamos em período eleitoral.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

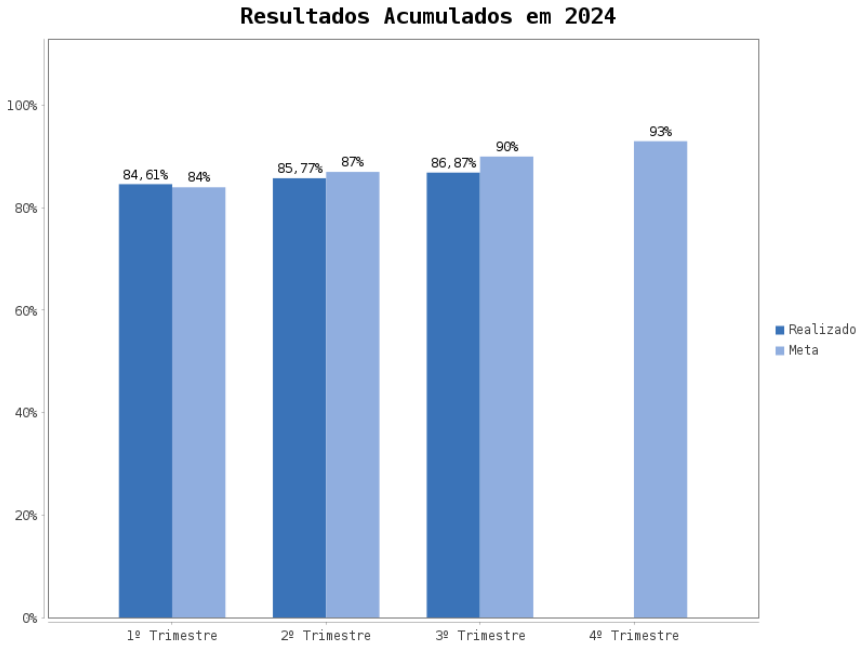
Riscos associados ao objetivo

Identifica-se nesse momento os riscos associados com as ações para parametrização dos novos metadados do Inventário de Dados da LGPD, circunstância que pode gerar novos e significativos problemas e necessidade de novos ajustes na ferramenta, visto que foram incluídos 54 conjuntos de metadados e novas listas de valores padrão. O comportamento dos metadados também está sendo ajustado, o que demanda muito testes e ajustes. Em razão dos diversos desafios enfrentados para configurar e ajustar a ferramenta, será necessário inclusive avaliar a estabilidade do sistema e a possibilidade de utilização da ferramenta para realização do Inventário de Dados Pessoais em projeto piloto, conforme registrado pela equipe de contratação da ferramenta.

Identificam-se ainda riscos associados com o período eleitoral, pois outras ações podem ser priorizadas, como o deslocamento de servidores para atividades extraordinárias inerentes ao pleito, trazendo dificuldades para conclusão da parametrização da ferramenta e preenchimento dos dados pelos gestores das unidades.

IE 36 - Taxa de assentamentos funcionais de servidores ativos e inativos digitalizados

Ótimo **Desempenho do Período: 96,52%**



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SEPREX.

Análise de contexto

AVANÇO NA DIGITALIZAÇÃO DO MONTANTE DE 20 METROS LINEARES DE PASTAS DE PENSIONISTAS ORIUNDAS DA SECINP. ATÉ A ELABORAÇÃO DO PRESENTE RELATÓRIO, NO TRIMESTRE ANALISADO, FORAM DIGITALIZADOS ENTRE 3 E 4 METROS LINEARES DE PASTAS DE PENSIONISTAS. O PROGRESSO SEGUIU LENTO EM FACE DA FRAGILIDADE DA DOCUMENTAÇÃO TRABALHADA QUE SE MANTÉM PRESENTE. OS TRABALHO DE RESTAURAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO TRABALHADA, PELOS ARQUIVISTAS, TORNARAM-SE ROTINEIROS. MANTIDOS OS PROCEDIMENTOS DE CONFERÊNCIA REALIZADOS POR ARQUIVISTAS COM O OBJETIVO DE GARANTIR IMAGENS MAIS NITIDAS. AS VISITAS EFETUADAS PELA CHEFE DA SECINP FORAM ROTINEIRAS, TENDO EM VISTAS DÚVIDAS LEVANTADAS PELA EQUIPE DE ARQUIVISTAS.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

NO PERÍODO EM ANÁLISE FOI REALIZADA APENAS A DIGITALIZAÇÃO DAS PASTAS DE PENSIONISTAS ENVIADAS PELA SECINP. O PROGRESSO FOI LENTO TENDO EM VISTA A FRAGILIDADE DA DOCUMENTAÇÃO TRABALHADA. UM FATOR ADICIONAL QUE COLABOROU PARA A MOROSIDADE NO AVANÇO FOI O INÍCIO DOS PERÍODOS DE FÉRIAS DOS OPERADORES DE SCANNERS E ARQUIVISTAS (OS SUBSTITUTOS APRESENTADOS PELA CONTRATADA PARA COBERTURA DOS POSTOS DE TRABALHO NECESSITARAM DE TREINAMENTO PARA DESEMPENHAR AS ATIVIDADES DA SEÇÃO).

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

PARA O PRÓXIMO PERÍODO, COM O FIM DOS PERÍODOS DE FÉRIAS DE OPERADORES DE SCANNER E ARQUIVISTAS, A TENDÊNCIA É DE RETOMADA DO RITMO DE TRABALHO DE DIGITALIZAÇÃO E AVANÇO LENTO E CONSTANTE EM DIREÇÃO AO TOPO DA META.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

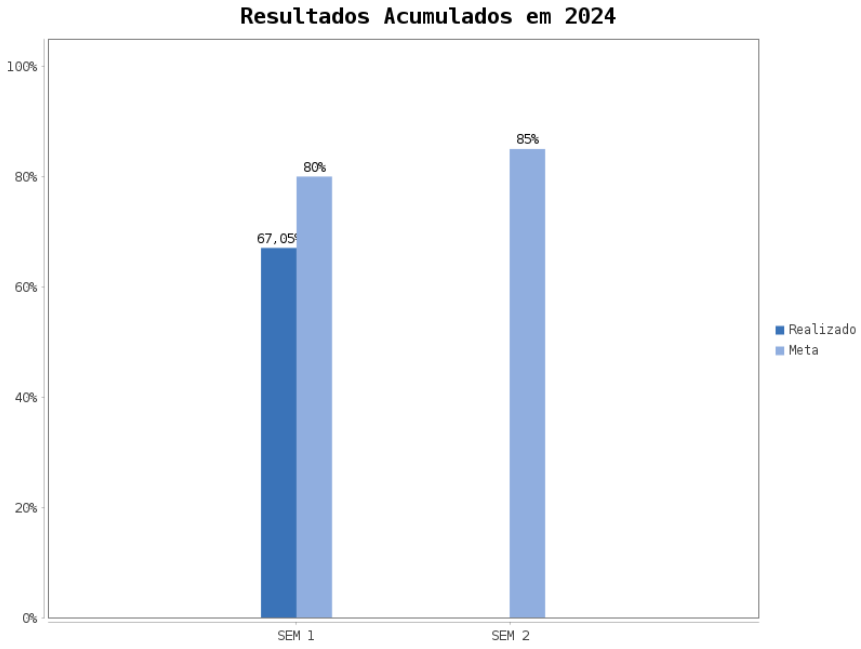
AQUISIÇÃO DE SCANERS MODERNOS PARA SUBSTITUIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS ATUAIS QUE JÁ APRESENTAM SINAIS DE DESGASTE. REGISTRE-SE QUE O PROCESSO SEI 2024.0.000010609-0, PARA AQUISIÇÃO DE NOVOS SCANNERS, ENCONTRA-SE NA FASE DE ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFÊNCIA. SERÁ APRESENTADA À ADMINISTRAÇÃO PROPOSTA PARA AUMENTAR A EQUIPE DE DIGITALIZADORES DE 3 PARA 4 POSTOS DE TRABALHO.

Riscos associados ao objetivo

MANTEM-SE COMO PRINCIPAL RISCO ASSOCIADO AO OBJETIVO APOSSIBILIDADE DE CESSÃO DE OPERADORES DE SCANER PARA OUTRAS UNIDADES DA SEDE DO TRE/RJ. SEGUE SENDO DIGNO DE MENÇÃO A POSSIBILIDADE DE QUEBRA DE UM DOS SCANERS A QUAL SE ESPERA ELIMINAR COM A AQUISIÇÃO DE NOVOS EQUIPAMENTOS.

IE 37 - Índice de aprimoramento do processo administrativo eletrônico

Ótimo **Desempenho do Período: 83,81%**



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SEGDOC.

Análise de contexto

Trata-se de fase de trabalho em curso, que envolveu anteriormente sensibilização e preparação para início de mudança de cultura em relação à identificação de tipos documentais (aqui, caracterizados no sistema SEI! como tipos de documentos e de processos), agora aplicados de forma prática, no sistema SEI!, à produção desses tipos de documentos e de processos nesse sistema eletrônico, estruturados a partir das Bases de Conhecimento, orientando todos os usuários internos do TRE (servidores e magistrados) quanto à estruturação de fluxo processual 'ideal' para a produção de processos administrativos digitais no SEI! (sistema oficial diretamente ligado à implantação do Processo Administrativo Eletrônico neste Tribunal).

A continuidade da medição desse indicador no presente ano tem como objetivo subsidiar, de forma mais precisa, a percepção da SEGDOC (Unidade Gestora do SEI! no TRE/RJ) quanto à adequada utilização de milhares de tipos documentais reconhecidos pelas próprias Unidades do Tribunal quanto à especificidade de seus objetivos de produção para apoio às suas atividades cotidianas de natureza administrativa, permitindo aferir o grau de maturidade em relação ao uso estruturado do SEI! no Tribunal, como ferramenta associada à adoção do Processo Administrativo Eletrônico neste Tribunal, bem como para orientar melhorias no fluxo de trabalho materializado a partir das Bases de Conhecimento.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Para seleção dos processos críticos objeto da medição do indicador estratégico, utilizou-se, neste semestre, o critério relacionado aos 20% de tipos de processos no SEI!, para as competências Pessoas e Infraestrutura, no 1º semestre/2024). Primeiramente, foram priorizados os tipos processuais analisados em 2022 e 2023, com indicação desfavorável e após, de forma subsidiária, utilizou-se a quantidade dos tipos de processos críticos selecionados pela SEGDOC, adotando-se porcentagem específica de processos de cada tipo processual a ser analisado pela SEGDOC, mediante estratos específicos por quantidade. Para a análise, adotou-se como critério de análise para cada tipo de processo crítico selecionado o início da data de implantação da 1ª versão da Base de Conhecimento deste tipo processual no SEI! (ou seja, 14/01/2019 - data da implantação geral do SEI! no Tribunal - ou data posterior) ou o final da data de análise dos tipos processuais em desconformidade com a Base de Conhecimento analisados em 2022 e 2023, das supracitadas competências.

A partir dessa medição, adotou-se no primeiro semestre de 2024, para continuidade do trabalho iniciado no semestre anterior pela SEGDOC (trabalho novo no Tribunal, ainda em fase de amadurecimento), os tipos processuais ligados às competências Pessoas e Infraestrutura.

O resultado quanto à implantação das Bases de Conhecimento no SEI! pode ser considerado excelente, posto que se possui cerca de 95% das Bases com tipos processuais ativos neste sistema já implantadas no SEI!. Por outro lado, houve resultado ruim quanto à análise do uso das Bases de Conhecimento realizadas, em torno de 40%, um pouco abaixo do esperado para o momento (dado já haver mais de cinco anos da implantação geral do SEI neste Tribunal), tendo impacto decisivo no desempenho geral do IE37 para o 1º semestre/2024.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Percebeu-se, em relação às Bases de Conhecimento, um trabalho que já vem com indícios de maior consolidação de implantação no Tribunal, vez que a SEGDOC percebe haver uma internalização crescente do uso das Bases de Conhecimento pelos usuários internos do Tribunal a partir de suas atividades cotidianas de suporte ao SEI!, como medida de eficácia da produção de processos administrativos digitais no SEI!.

Quanto à análise do uso da Base de Conhecimento no SEI!, observou-se ainda haver uma adesão relativamente baixa ao uso adequado de Bases de Conhecimento, o que possivelmente pode ser associada, além da necessidade de maior consolidação de cultura organizacional quanto à produção estruturada de documentos e processos administrativos digitais no Tribunal, talvez possa estar também associada, além da necessidade de atendimento a demandas urgentes (cultura de "apagamento de incêndios"), também a eventuais dificuldades no uso simultâneo de outros sistemas eletrônicos para outras atividades cotidianas das unidades, sem o mesmo grau de detalhamento do SEI! e em uma nova realidade com o uso massivo de sistemas eletrônicos, o que pode ter tido algum impacto na observação do uso adequado das Bases de Conhecimento no SEI!.

Pelo observado na SEGDOC, indica-se a possibilidade de haver no mínimo estabilidade ou, ao menos, uma leve melhora do desempenho do indicador à medida que cria-se maior consciência no Tribunal em relação à importância do uso adequado das Bases de Conhecimento pelas Unidades, especialmente nos grupos de Unidades que passaram novamente pelo ciclo de análise do uso das Bases de Conhecimento, em 2024.

Pretende-se observar melhor essas tendências nas próximas análises do indicador estratégico IE37.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Quanto à análise do uso das Bases de Conhecimento, pretende-se em princípio continuar com a estratégia atualmente adotada, da sensibilização já verificada e, sempre que verificada a necessidade, de roteiro reforçando a sensibilização dos impactos quanto ao uso adequado das Bases de Conhecimento no SEI! para as Unidades Gestoras do processo e, como normalmente a maioria dos processos implantados no SEI! são transversais, podem atingir potencialmente as demais unidades operadoras desses processos com eventuais inconformidades verificadas no uso prático das Bases de Conhecimento no SEI!.

Vislumbra-se a possibilidade de ação (ações) de comunicação a ser(em) realizada(s) junto à COSOC para o ano de 2025 (ou, também, como parte de um Plano de Comunicação Social), reforçando a importância e os impactos futuros para a adequada utilização das Bases de Conhecimento implantadas no SEI!. Tal percepção existe inclusive porque, dentre a estratégia de sensibilização comunicada pela SEGDOC especialmente nos casos de desconformidade no uso de Bases de Conhecimento, encontra-se a menção a impactos futuros nos trabalhos de preservação digital (RDC-Arq), com indicação de priorização pela Administração do Tribunal no formato de projeto estratégico. Ademais, também vislumbra-se a importância de maior conscientização quanto ao tratamento e proteção de informações e dados pessoais, inclusive, aqueles produzidos no SEI!, tendo em vista a proximidade de início da realização de trabalhos ligados à identificação e tratamento de dados pessoais, a partir de projeto estratégico (Inventário de Dados/LGPD).

Riscos associados ao objetivo

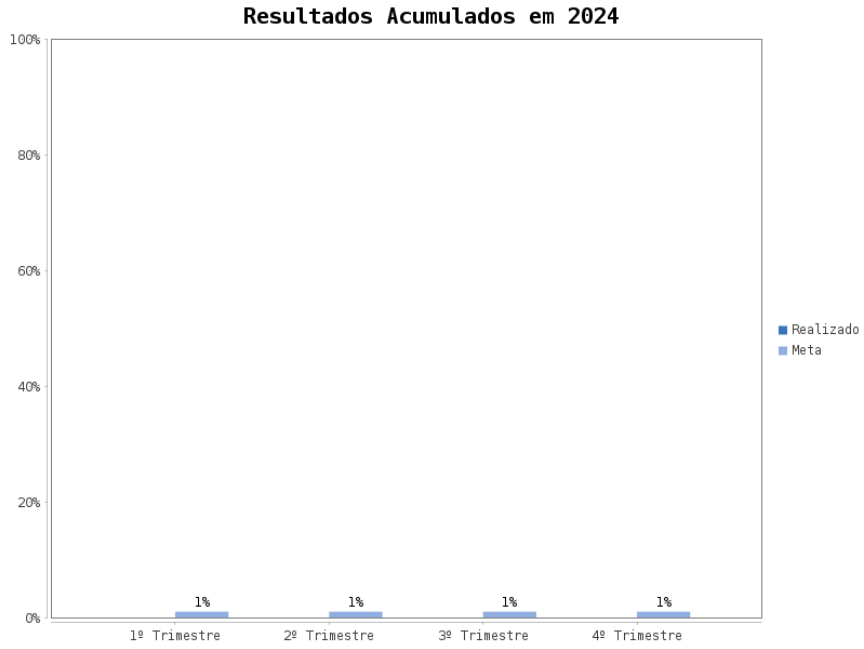
Produção e pesquisa inadequadas por tipos de documentos produzidos no SEI!, quando há uso inadequado dos tipos de documentos e processos já implantados no SEI! e estruturados através do uso de Bases de Conhecimento (isso, quando as Bases de Conhecimento estão efetivamente implantadas no SEI!, o que ainda apresenta desafios especialmente envolvendo algumas Unidades da SGP, embora essa situação venha melhorando progressivamente, inclusive, dentro do último período).

O uso inadequado e, também, a própria ausência de Bases de Conhecimento no SEI! tem impacto sobre trabalhos correlatos à gestão documental, a exemplo de parcela significativa de trabalho posterior de preservação digital a ser melhor estruturado neste Tribunal (neste momento, em fase inicial de projeto estratégico neste Tribunal), visto que a produção e tramitação de processos e documentos necessariamente antecedem à preservação destes, inclusive em meio digital, bem como

possível classificação e tratamento de informação com grau de sigilo nos respectivos documentos e processos, nos termos da LAI (Lei de Acesso à Informação), LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados) e outras legislações específicas.

IE 38 - Índice de serviços críticos com gestão de risco de segurança da informação

Não realizado **Desempenho do Período:**



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: ASINFO.

Análise de contexto

A respeito da medição do indicador estratégico IE 38 - Índice de serviços críticos com gestão de risco de segurança da informação, comunico que ainda não há índices disponíveis. A criação do índice depende do estabelecimento, pela alta gestão, dos serviços considerados críticos para o negócio, seguido da análise, pela STI, de quais ativos de TI suportam esses serviços.

Paralelamente, é preciso criar um sistema de gestão de riscos de segurança da informação e incorporá-lo ao sistema de gestão de riscos institucional, o que demandará esforços conjuntos da área de segurança da informação e gestão de riscos. As primeiras etapas desses esforços já foram concluídas com a realização da capacitação "Gestão de Segurança da Informação " e a publicação da "Instrução Normativa DG n.º 01/2024", que versa sobre a gestão de riscos de Segurança da Informação no âmbito do TRE-RJ (SEI 2022.0.000056080-5).Foi aventada na1ª reunião do CGERI de 2024 a possibilidade de alteração do indicador, valendo-se do framework de segurança da informação CIS Controls, que vem sendo implementado nos regionais pelo TSE.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

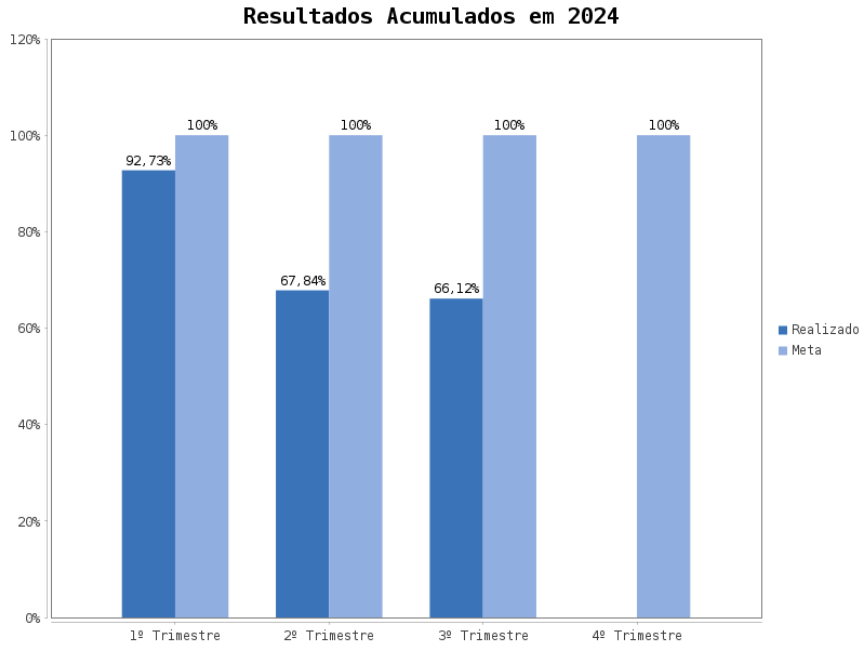
.

Riscos associados ao objetivo

.

OE 10 - Aprimorar a gestão de pessoas na era da transformação

Satisfatório	**Desempenho do Período: 66,12%**



Responsável: SGP.

Análise de contextoAnálise dispensada, Fechamento pela SEDEST.

Ações realizadas no último período e resultados obtidosAnálise dispensada, Fechamento pela SEDEST.

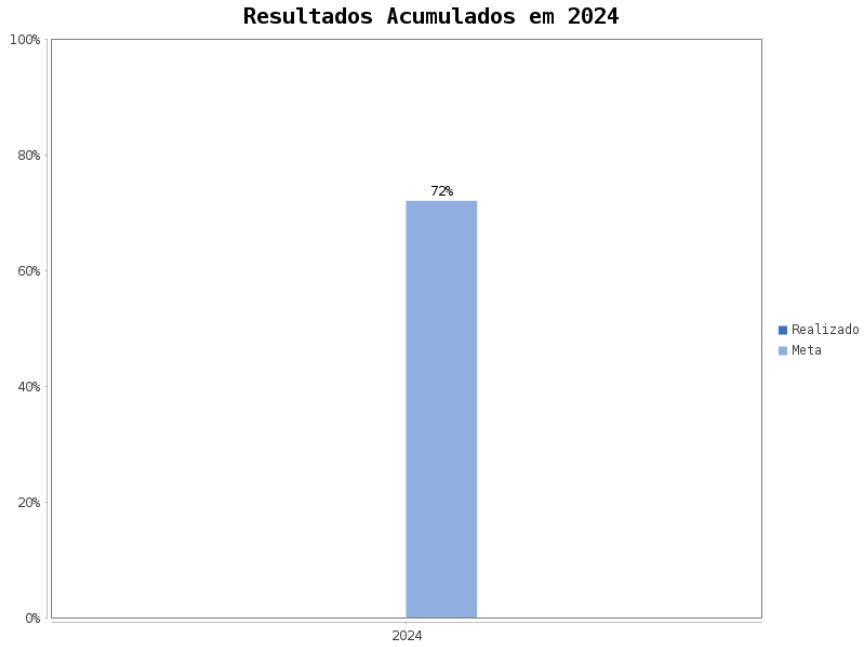
Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)Análise dispensada, Fechamento pela SEDEST.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadasAnálise dispensada, Fechamento pela SEDEST.

Riscos associados ao objetivoAnálise dispensada, Fechamento pela SEDEST.

IE 40 - Índice de satisfação com o clima organizacional

Não realizado **Desempenho do Período:**



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: CSINT.

Análise de contexto

A pesquisa do clima estava prevista para ser realizada até o segundo trimestre de 2024. Todavia, a pesquisa de clima não deve ser realizada após eventos marcantes, como foi o fechamento do cadastro eleitoral, sob risco de:

- respostas emocionalmente carregadas: as emoções dos servidores podem estar à flor da pele, resultando em respostas que refletem mais o estado emocional momentâneo do que a percepção real e ponderada do clima organizacional

- baixa participação: os servidores podem estar desmotivados ou céticos sobre a eficácia da pesquisa, levando a uma baixa taxa de participação. Isso pode resultar em dados que não são representativos do clima geral da organização.

- percepções negativas exacerbadas: a pesquisa pode destacar percepções negativas de forma desproporcional, o que pode complicar a interpretação dos dados e a tomada de decisões;

- desalinhamento das ações corretivas: respostas baseadas em emoções momentâneas podem levar a ações corretivas que não abordam as causas subjacentes dos problemas organizacionais, dificultando a implementação de soluções eficazes a longo prazo.

Tais riscos podem gerar erros estatísticos associados a viés de recência, viés de resposta e viés de estado emocional.

A despeito de a pesquisa de clima estar prevista para realização anual, diante do fato apresentado que implicou na não realização da pesquisa neste ano, talvez seja o caso de reavaliar a pertinência de manter a pesquisa em frequência anual, retornando à situação anterior, quando a pesquisa era realizada bianualmente.

As vantagens de se aplicar a pesquisa bianualmente são:

- tempo para implementar ações: proporciona tempo suficiente para a implementação de ações corretivas e a observação de seus efeitos antes da próxima pesquisa;

- redução de sobrecarga: minimiza a sensação de sobrecarga entre os servidores, evitando a fadiga de pesquisa e garantindo que as respostas sejam mais cuidadosas e refletidas;

- relevância de mudanças: em organizações onde as mudanças não ocorrem com muita frequência, a pesquisa bienal pode ser suficiente para captar as tendências e evoluções no clima organizacional.

A fim de mitigar o risco de perder conectividade com problemas emergentes e o não tratamento de problemas importantes, dada a realização da pesquisa a cada dois anos, há outras ferramentas de feedback mais frequentes que podem ser

utilizadas, tais como pulse surveys curtas, reuniões de feedback, ou canais de comunicação abertos, para monitorar o clima de forma contínua.

As vantagens das pesquisas de pulse são: monitoramento contínuo; aumento do engajamento e da confiança no processo de melhoria contínua; ações corretivas mais imediatas para problemas pontuais; mais flexibilidade e foco do questionários, pois as pesquisas de pulses são mais curtas e focadas em áreas específicas.

Enfim, as pesquisas de pulse devem complementar, e não substituir, as pesquisas bienais de clima organizacional. As pesquisas bienais podem fornecer uma visão mais abrangente e detalhada do clima organizacional, enquanto as pesquisas de pulse ajudam a monitorar e ajustar continuamente as condições do ambiente de trabalho. A combinação das duas abordagens pode proporcionar uma visão holística e dinâmica do clima organizacional, promovendo um ambiente de trabalho mais saudável e produtivo.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Foram definidos planos de melhorias com base no resultado da última pesquisa do clima, em 2023. Os planos ainda estão sendo avaliados pelas áreas e aguardam implementação.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

A tendência é de piora de desempenho do objetivo, justamente pela decisão de não realização da pesquisa. A despeito disso, a decisão foi tomada para preservação da pesquisa, que, em tais condições, fica sujeita a maior descredibilidade por parte dos servidores.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Medidas Imediatas:

- Implementação de Ações Corretivas: Revisar e começar a implementar imediatamente os planos corretivos baseados na pesquisa de 2023.

- Priorizar ações que possam ter impacto visível e rápido para os funcionários.

Algumas considerações importantes na aplicação de medidas corretivas com base na pesquisa de 2023, dado o lapso temporal:

- Avaliar se os problemas identificados na pesquisa de 2023 ainda são pertinentes e relevantes. Embora o contexto tenha mudado, muitos dos problemas subjacentes podem ainda estar presentes e afetando o clima organizacional;

- Priorizar os problemas que têm maior impacto negativo no clima organizacional e que podem ser resolvidos de maneira mais eficaz;

- Considerar realizar uma análise adicional ou uma pesquisa de pulse para obter informações mais recentes e complementares e ajustar os planos corretivos com base nas informações mais recentes.

- Comunicar claramente aos funcionários que a organização está ciente dos problemas identificados na pesquisa anterior e está comprometida em tomar medidas corretivas;

- Garantir que as ações sejam visíveis e tangíveis para os servidores, para que eles percebam a mudança e o compromisso da administração;

- Estabelecer mecanismos de monitoramento contínuo para avaliar a eficácia das ações corretivas;

- Manter uma comunicação aberta e transparente com os servidores sobre os resultados da pesquisa de 2023, as ações que estão sendo tomadas e os progressos alcançados.

Medidas a Médio Prazo:

- Revisão da Frequência da Pesquisa: Considerar retomar a frequência bienal ou adotar pesquisas de pulse para monitoramento contínuo e menos intrusivo do clima organizacional.

- Transparência e Comunicação: Implementar um plano de comunicação para manter os servidores informados sobre as ações tomadas e os progressos realizados.

- Cultura Organizacional: Promover uma cultura organizacional mais inclusiva e colaborativa, com foco na valorização e bem-estar dos funcionários.

Riscos associados ao objetivo

Perda de Credibilidade: Se as ações corretivas não forem implementadas de maneira eficaz e transparente, a credibilidade do processo de pesquisa e da administração pode ser irreversivelmente danificada.

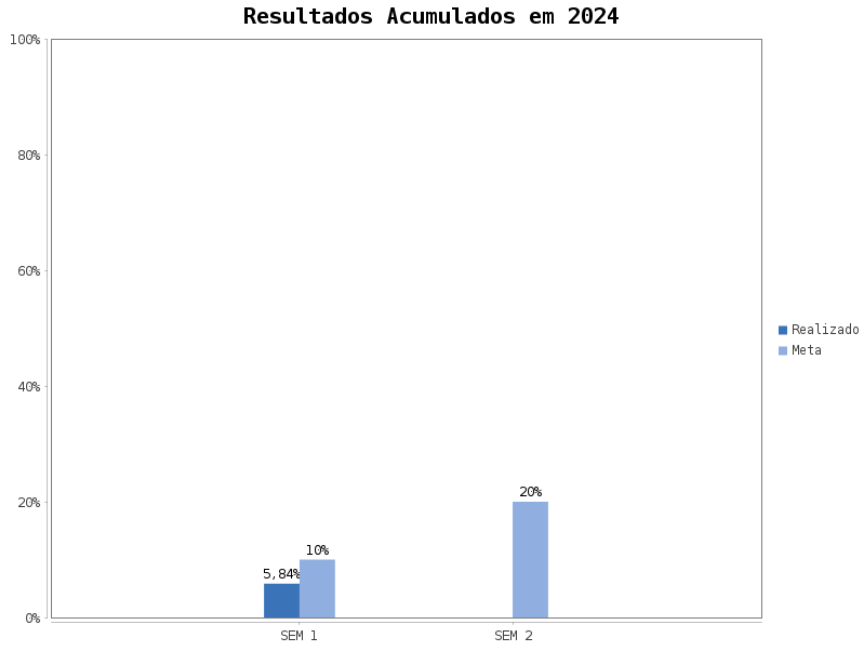
Desmotivação dos servidores: A falta de ações visíveis pode levar a uma maior desmotivação e aumento da rotatividade de pessoal.

Resistência à Mudança: Pode haver resistência por parte da alta administração e de alguns funcionários em adotar novas práticas e processos.

Impacto Negativo no Clima Organizacional: Impactar negativamente a produtividade, a moral e a satisfação dos funcionários, dificultando a recuperação do clima organizacional.

IE 41 - Taxa de realização de Exames Periódicos de Saúde (EPS)

Satisfatório **Desempenho do Período: 58,37%**



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SEATES.

Análise de contexto

Fechado pela Sedest

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Fechado pela Sedest

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Fechado pela Sedest

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

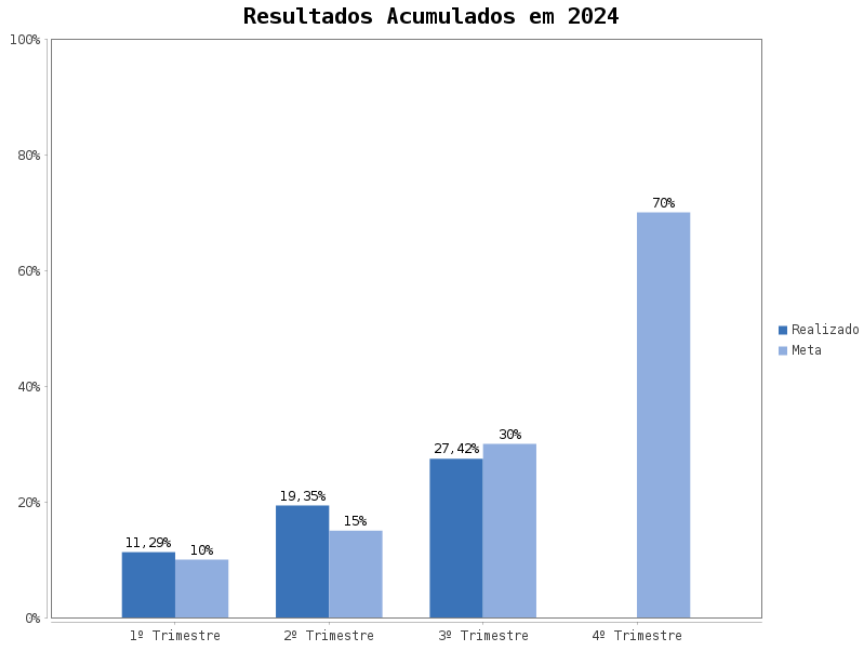
Fechado pela Sedest

Riscos associados ao objetivo

Fechado pela Sedest

IE 42 - Taxa de aderência ao PAC

Ótimo **Desempenho do Período: 91,40%**



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: CDESC.

Análise de contexto

Considerando a realização as Eleições Municipais e ficou determinado no Processo SEI nº 2023.0.000011122-5, que houvesse Racionalização das capacitações em ano eleitoral, no PAC 2024 e que as capacitações obrigatórias, bem como as contratações de cursos internos, ficassem restritas ao 1º trimestre.

No entanto, existem capacitações de TI que, por conta do calendário das empresas, foram realizado, conforme abaixo:

1-Curso Prático de Reg. Candidatura - PAC

2-Disciplined Agile Scrum Master® (DASM) + Disciplined Agile Senior Scrum Master® (DASSM) - PAC

3 -MD-100T00-A-Windows-10 - PAC

4 — - AUD1 - Ênfase em Órgãos Públicos (IIA Brasil)

Report Novo

Extra-PAC

1 — 4- Product IA

2 — Palestra do LIODS/Fest LAB (extra pac)

3 — XXVII Congresso Brasileiro de Ouvidores

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

1-Curso Prático de Reg. Candidatura - PAC

2-Disciplined Agile Scrum Master® (DASM) + Disciplined Agile Senior Scrum Master® (DASSM) - PAC

3 -MD-100T00-A-Windows-10 - PAC

4 — - AUD1 - Ênfase em Órgãos Públicos (IIA Brasil)

Report Novo

Extra-PAC

1 — 4- Product IA

2 — Palestra do LIODS/Fest LAB (extra pac)

3 — XXVII Congresso Brasileiro de Ouvidores

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Com a determinação para racionalização dos cursos em ano eleitoral, pode haver redução nos pedidos de contratações de cursos o que pode acarretar o não atingimento da meta.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

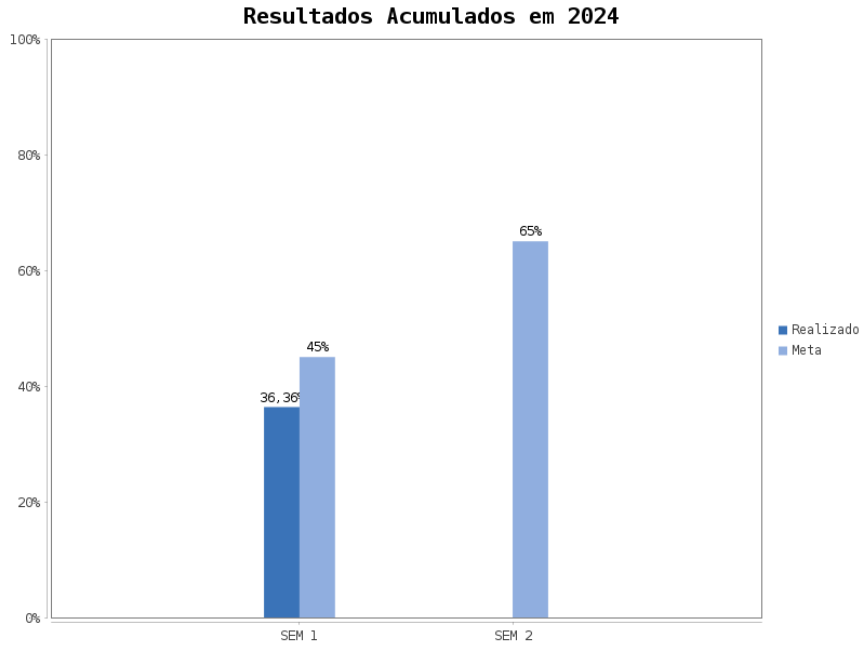
A SEDCOR fará acompanhamento da execução do PAC, orientando as unidades sobre as possíveis contratações que poderão ser realizadas.

Riscos associados ao objetivo

A realização das Eleições Municipais de 2024 poderá prejudicar a execução dos cursos previstos no PAC.

IE 43 - Taxa de unidades avaliadas por competência

Ótimo **Desempenho do Período: 80,81%**



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: CDESC.

Análise de contexto

O servidor Marcos Xavier tem compartilhado conhecimentos com a servidora Fernanda (SEGEDE), para que futuramente a GPC fique sendo gerenciada pela SEGEDE.

Considerando que 2024 se trata de ano eleitoral, ficou acordado com a administração superior que somente será realizada o levantamento das competências e a avaliação da Secretaria de Auditoria Interna e que em 2025, será realizado em todo o TRE/RJ.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Preparação do sistema para a realização da avaliação da 347 (Resolução CNJ nº 347 — Competências das unidades responsáveis pela gestão e fiscalização de contratos) e revisão das competências da STI

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

1. TI: no NDEC (NÚCLEO DE DEFESA CIBERNÉTICA) e ASATEC (ASATEC - ASSESSORIA DE APOIO TÉCNICO E MODERNIZAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO)

2. Assessoria de Contas Eleitorais e Partidárias da Secretaria Geral da Presidência - ASCEPA

3. Secretaria de Auditoria Interna

4. Resolução CNJ nº 347 — Competências das unidades responsáveis pela gestão e fiscalização de contratos

Por se tratar de ano eleitoral, as supracitadas unidades deverão envidar esforços para cumprimento do cronograma a ser elaborado, que será validado por cada unidade.

Para fins do cálculo do Indicador IE-43, apenas a implantação da GPC/OC na SAU contará como unidade realizada. As demais não contarão, considerando a ficha do indicador.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

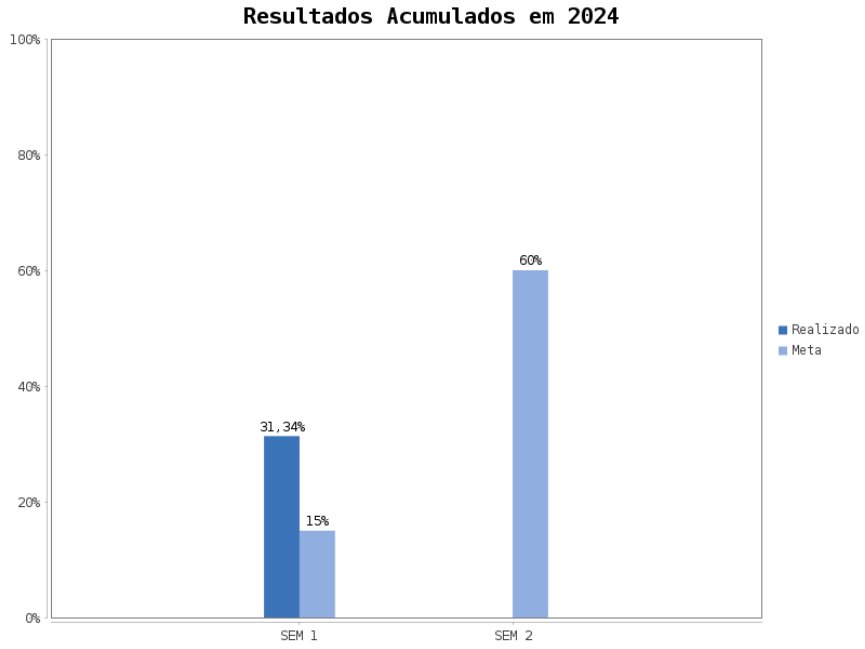
Preparar o sistema coyote, bem como, preparar a sensibilização para realização do levantamento e avaliação das competências em todo Tribunal em 2025.

Riscos associados ao objetivo

Realização das Eleições 2024, que poderá comprometer o engajamento das unidades que participarão da implantação da GPC.

IE 44 - Taxa de servidores capacitados

Ótimo **Desempenho do Período: 208,91%**



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: CDESC.

Análise de contexto

Apesar da restrição para disponibilização de cursos em ano eleitoral (2023.0.000013918-9), 408 servidores foram capacitados no 1º semestre de 2024.

Por meio do processo supramencionado, houve determinação para redução de cursos em 2024, considerando a realização das Eleições de 2024. Além da redução do número de cursos, foi determinado, também, que a realização dos treinamentos ficassem concentradas no 1º trimestre do ano.

Importante destacar, que este indicador mede a quantidade de servidores treinados sem repetição.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Foram realizados vários cursos na modalidade a distância, o que possibilita que um maior número de servidores possam participar, principalmente aqueles lotados em zonas eleitorais do interior.

Ademais, por se tratar de ano eleitoral, foram disponibilizados cursos relacionados ao processo eleitoral.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

A redução de oferta de cursos implicará a redução do número de participantes treinados, sem repetição.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

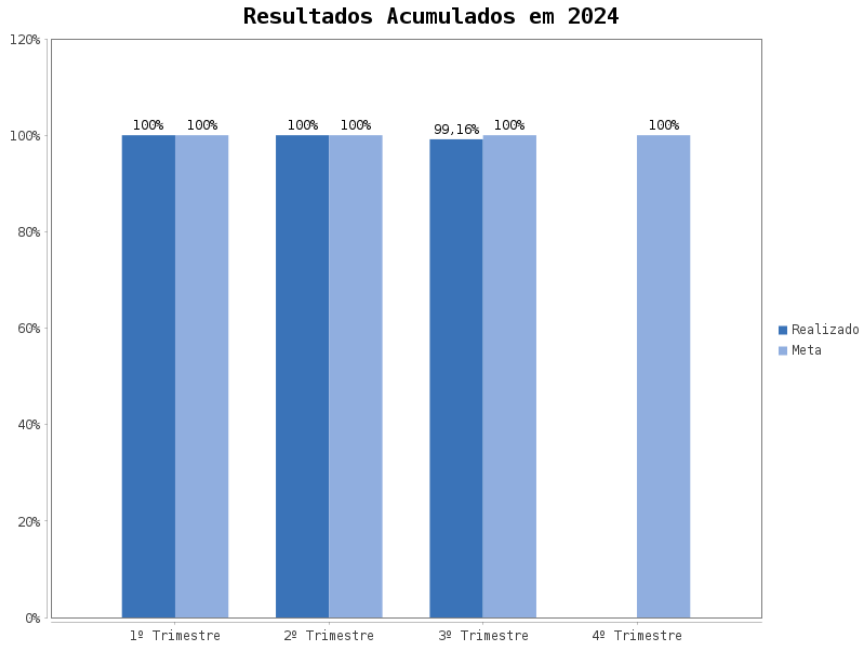
Disponibilização de cursos na modalidade a distância, após as eleições, como forma de alcance do maior número de servidores.

Riscos associados ao objetivo

A realização das Eleições Municipais de 2024 poderá prejudicar a execução dos cursos previstos no PAC.

OE 11 - Aprimorar a gestão orçamentária e financeira

Ótimo **Desempenho do Período: 99,16%**



Responsável: SOF.

Análise de contextoAnálise dispensada, em face do desempenho.

Ações realizadas no último período e resultados obtidosAnálise dispensada, em face do desempenho.

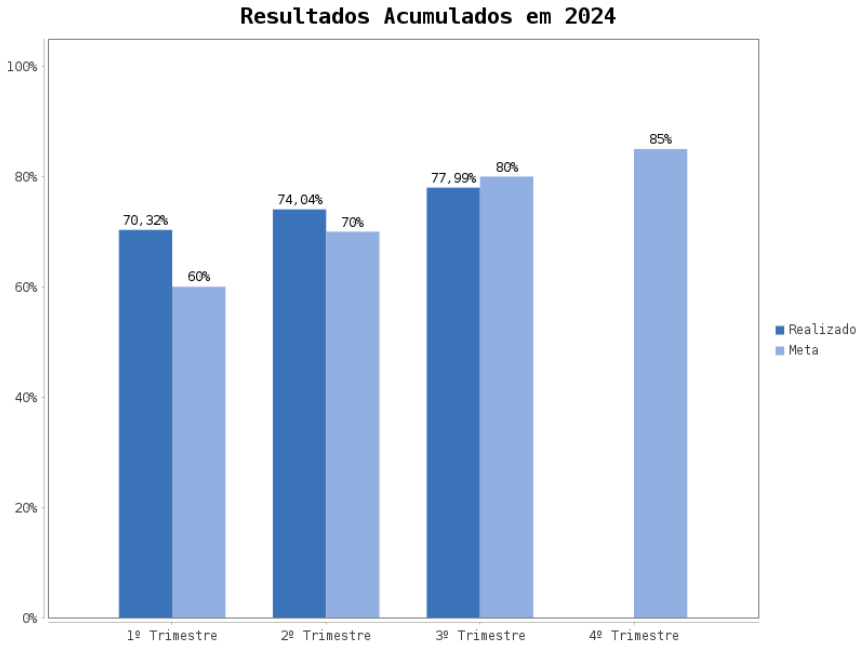
Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)Análise dispensada, em face do desempenho.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadasAnálise dispensada, em face do desempenho.

Riscos associados ao objetivoAnálise dispensada, em face do desempenho.

IE 46 - Taxa da Execução Planejada de Orçamento de Despesas Discricionárias

Ótimo **Desempenho do Período: 97,49%**



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SEORÇA.

Análise de contexto

A execução planejada do orçamento de despesas discricionárias no terceiro trimestre registrou uma taxa de 77,99%, ou seja, 97,49% da meta inicialmente proposta, obtendo um ótimo desempenho. Constata-se uma evolução no desempenho do indicador , quando comparado com o terceiro trimestre do exercício de 2023, em que este registrou uma taxa de 72,05%.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Na terceira fase de créditos adicionais foi solicitado ao TSE: i) remanejamento ente GNDs de custeio para investimento requerendo suplementação de R$ 649.842,00 (seiscentos e quarenta e nove mil, oitocentos e quarenta e dois reais), com oferecimento de fonte compensatória, ambos na ação orçamentária 20GP – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa, para atender aquisição de novos microcomputadores e notebooks; ii) remanejamento entre POs, requerendo suplementação de R$ 228.241,00 (duzentos e vinte e oito mil, duzentos e quarenta e um reais) no PO 0002 – Capacitação de Recursos Humanos (custeio) e cancelamento de R$ 168.241,00 (cento e sessenta e oito mil, duzentos e quarenta e um reais) no PO 0001 – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa e R$ 60.000,00 (sessenta mil reais) no PO EJE0 – Capacitação da Escola Judiciária Eleitoral (ambos custeio), para atender necessidade de pagamento de diárias referentes ao curso de Prestação de Contas para servidores dos Cartórios Eleitorais; III) requerendo suplementação de R$ 963.475,00 (novecentos e sessenta e três mil, quatrocentos e setenta e cinco reais) no PO 0001 – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa (investimentos) na Ação orçamentária 20GP – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa, e cancelamento do mesmo valor na Ação orçamentária 219Z – Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União, para aquisição de novos microcomputadores e notebooks; iv) pedido de crédito especial para suplementação de R$ 2.176.902,00 (dois milhões, cento e setenta e seis mil, novecentos e dois reais) no PO 0001 – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa (investimentos) na AO 20GP e cancelamento do mesmo valor na AO 219Z, para aquisição de novos microcomputadores e notebooks . Foram atendidos os créditos solicitados, com exceção do crédito especial que será mediante aprovação pelo Congresso Nacional.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Promover a continuidade no aprimoramento da execução do orçamento planejado, mediante ações alternativas em conjunto com as unidades gestoras, impulsionando seus resultados.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

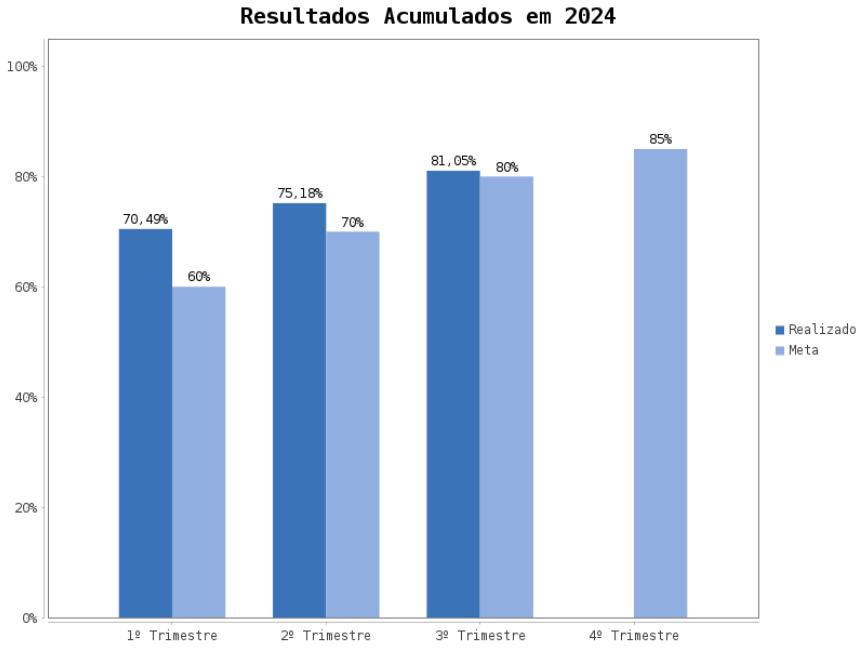
Constante acompanhamento da qualidade das informações disponibilizadas aos Gestores, no intuito de propiciar melhor análise e tomada de decisão.

Riscos associados ao objetivo

Há de se ressaltar que ações e despesas não planejadas e/ou orçadas em valores discrepantes, acarretarão em solicitações de créditos e/ou remanejamentos orçamentários que terão potencial prejuízo da aderência às despesas agregadas, traduzindo em desempenho insatisfatório do indicador.

IE 47 - Taxa de execução do orçamento de despesas discricionárias

Ótimo **Desempenho do Período: 101,31%**



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SEORÇA.

Análise de contexto

Dotação orçamentária disponibilizada integralmente no mês de janeiro. A execução orçamentária das despesas discricionárias no terceiro trimestre registrou uma taxa de 81,05%, ou seja, 101,31% da meta inicialmente proposta, obtendo um ótimo desempenho. Constata-se uma evolução no indicador estratégico, quando comparado com o terceiro trimestre do exercício de 2023, em que este registrou uma taxa de 73,66%.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Na terceira fase de créditos adicionais foi solicitado ao TSE: i) remanejamento ente GNDs de custeio para investimento requerendo suplementação de R$ 649.842,00 (seiscentos e quarenta e nove mil, oitocentos e quarenta e dois reais), com oferecimento de fonte compensatória, ambos na ação orçamentária 20GP – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa, para atender aquisição de novos microcomputadores e notebooks; ii) remanejamento entre POs, requerendo suplementação de R$ 228.241,00 (duzentos e vinte e oito mil, duzentos e quarenta e um reais) no PO 0002 – Capacitação de Recursos Humanos (custeio) e cancelamento de R$ 168.241,00 (cento e sessenta e oito mil, duzentos e quarenta e um reais) no PO 0001 – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa e R$ 60.000,00 (sessenta mil reais) no PO EJE0 – Capacitação da Escola Judiciária Eleitoral (ambos custeio), para atender necessidade de pagamento de diárias referentes ao curso de Prestação de Contas para servidores dos Cartórios Eleitorais; III) requerendo suplementação de R$ 963.475,00 (novecentos e sessenta e três mil, quatrocentos e setenta e cinco reais) no PO 0001 – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa (investimentos) na Ação orçamentária 20GP – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa, e cancelamento do mesmo valor na Ação orçamentária 219Z – Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União, para aquisição de novos microcomputadores e notebooks; iv) pedido de crédito especial para suplementação de R$ 2.176.902,00 (dois milhões, cento e setenta e seis mil, novecentos e dois reais) no PO 0001 – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa (investimentos) na AO 20GP e cancelamento do mesmo valor na AO 219Z, para aquisição de novos microcomputadores e notebooks . Foram atendidos os créditos solicitados, com exceção do crédito especial que será mediante aprovação pelo Congresso Nacional.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Promover a continuidade no aprimoramento da execução orçamentária mediante ações alternativas em conjunto com as unidades gestoras, impulsionando seus resultados.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

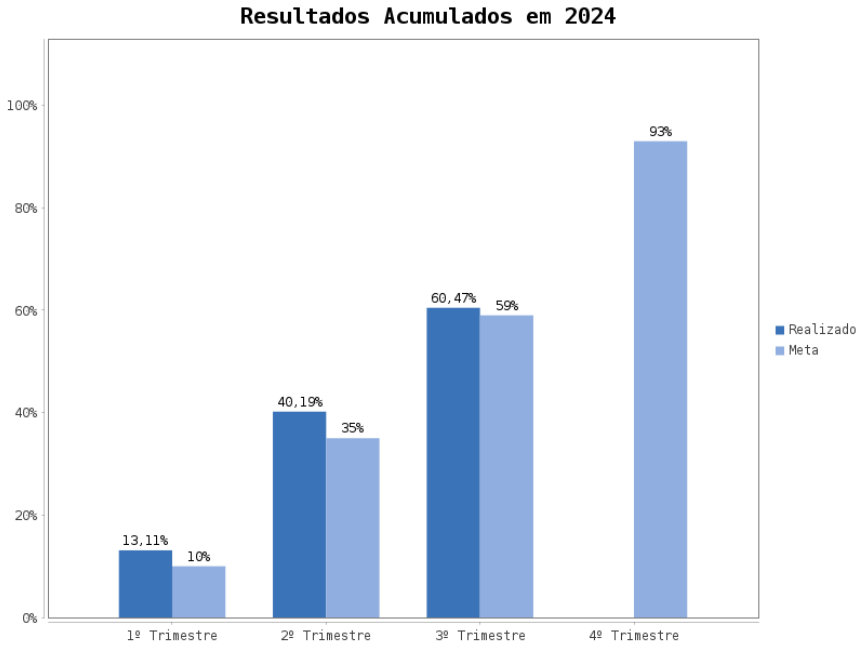
Constante acompanhamento da qualidade das informações disponibilizadas aos Gestores, no intuito de propiciar melhor análise e tomada de decisão.

Riscos associados ao objetivo

Planejamento e execução da despesa devem estar estritamente relacionados e em conformidade, caso contrário, corre-se o risco de perda de recursos orçamentários, que podem afetar significativamente o desempenho do indicador estratégico.

IE 49 - Taxa de pagamento de empenho

Ótimo **Desempenho do Período: 102,49%**



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SEPROG.

Análise de contexto

Os valores computados referem-se aos pagamentos (despesas correntes mais despesas de capital) acumulados até o terceiro trimestre de 2024, relativos ao orçamento ordinário do exercício, em comparação ao correspondente nível acumulado de despesas empenhadas no mesmo período.

O percentual apurado para o período correspondeu a 60,47%, indicando um desempenho ótimo frente uma meta estipulada de de 59%.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Após a implementação do Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos, cuja vigência deu-se a partir de 01/04/2022, notam-se resultados positivos nas rotinas dos pagamentos, em especial nos contratos continuados.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Espera-se, de forma geral, a estabilidade nos níveis periódicos de pagamentos, considerando as características próprias do ciclo orçamentário público.

Os principais desafios dizem respeito à capacidade de resposta/adaptação a possíveis mudanças de cenário econômico, bem como a verificação de possíveis gargalos na execução das despesas.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

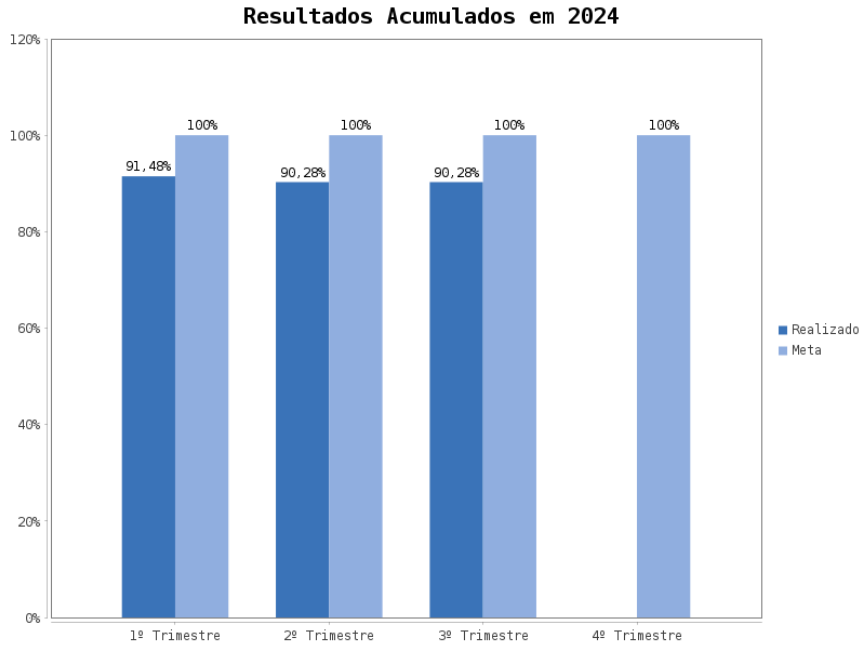
Acompanhamento dos níveis de execuções contratuais para otimizar o ciclo de pagamentos.

Riscos associados ao objetivo

Oscilações de ordem econômica e seus potenciais impactos na gestão orçamentário-financeira pública e o nível de execução das despesas de capital.

OE 12 - Promover a transformação digital

Ótimo **Desempenho do Período: 90,28%**



Responsável: STI.

Análise de contextoAnálise dispensada, Fechamento pela SEDEST.

Ações realizadas no último período e resultados obtidosAnálise dispensada, Fechamento pela SEDEST.

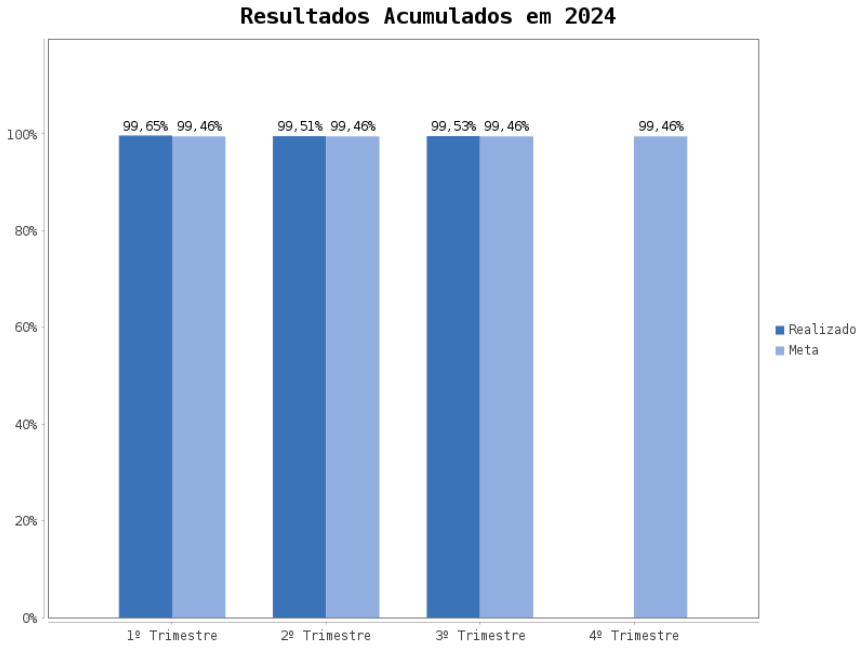
Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)Análise dispensada, Fechamento pela SEDEST.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadasAnálise dispensada, Fechamento pela SEDEST.

Riscos associados ao objetivoAnálise dispensada, Fechamento pela SEDEST.

IE 50 - Taxa de disponibilidade dos serviços essenciais de TIC

Ótimo **Desempenho do Período: 100,07%**



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: COINF.

Análise de contexto

O Objetivo Estratégico no geral manteve o desempenho ótimo no 3º trimestre.A variável relativa ao serviço de rede teve uma leve queda quando comparada com os períodos anteriores, ficando abaixo dos 99%. Reflexo das indisponibilidades pontuais de algumas zonas eleitorais, mas no geral a disponibilidade foi ótima.Nos serviços de rede foi monitorada a disponibilidade dos circuitos das unidades judiciárias da capital, interior, sede e núcleos administrativos.Nos serviços essenciais foi monitorada a disponibilidade do Google Workspace, SEI e Intranet.Nos sistemas críticos foram monitorados: Portal do Servidor, Agendamento Biometria, Ouvidoria, Solicitação de chamados pela Central de Serviços de TI, CONSEG, Balcão Virtual e Sigma-Web.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

A instalação e configuração da nova infraestrutura de redes nos prédios do NUAD e da Alfândega foi finalizada.A licitação do software Vmware Vsphere foi realizada em 24/setembro. A aquisição de equipamentos servidores para Banco de Dados foi concluída. O processo de renovação do contrato de VOIP foi concluído.Iniciado o processo de renovação emergencial dos serviços de Manutenção do Datacenter (2020.0.000022958-8).Iniciado o processo de renovação emergencial do Backbone (2024.0.000034004-2).

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Levando em consideração os últimos trimestres, a tendência de desempenho do indicador nos próximos 6 meses é de leve queda, tendo em vista a implantação da nova solução de backbone que abrange o serviço de comunicação entre a SEDE e as unidades administrativas e judiciárias . Essa implantação exigirá considerável parcela de recursos de processamento da nossa infraestrutura de TIC e de pessoal, podendo comprometer a curto e médio prazo o suporte, a disponibilidade e performance dos serviços. As principais demandas estão relacionadas à contratação e implantação da nova solução de backbone, Firewall e link de Internet. Será necessário priorizar e alocar pessoal de TIC para que essas atividades finalizem nos prazos desejados pela Administração.Dar continuidade às atividades de planejamento relativas à unificação de domínios (ZE's e SEDE).Iniciar o planejamento para a migração das regras do proxy para o Firewall.Finalizar a contratação do novo backbone secundário, cujo contrato finalizará em dezembro de 2024, que segue em andamento através do processo SEI nº 2023.0.000033549-2.Finalizar a contratação de novos equipamentos Firewall, cujo contrato finalizará em novembro de 2024, que segue em andamento através do

processo SEI nº 2024.0.000009795-4Finalizar a contratação de novos links de internet para a SEDE, cujo contrato finalizará em novembro de 2024, que segue em andamento através do processo SEI nº 2024.0.000002086-2.Dar continuidade ao planejamento da contratação da Manutenção do Data Center, que segue em andamento através do processo SEI nº 2024.0.000007855-0.Instalar os novos servidores de Banco de Dados e migrar os dados correspondentes.Receber as licenças e instalar nova versão do software Vmware Vsphere.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

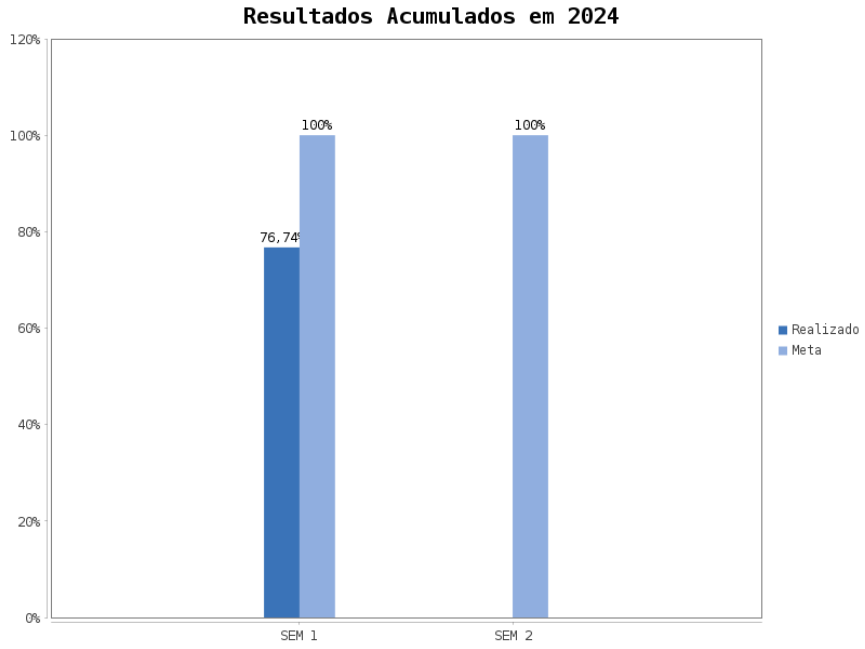
Infelizmente o pedido para viabilizar a recomposição do quadro de servidores da SEREDE através de conversão de cargos (SEI nº 2022.0.000045227-1) não foi deferido. A SEREDE continua com um quadro deficitário de servidores, levando-se em consideração a gama de atividades e contratos sob sua responsabilidade. O único caminho viável que se apresenta é o da terceirização, com a migração das atividades de suporte que atualmente são realizadas pela unidade.Apesar da quantidade de atividades críticas previstas para os próximos meses até o final do ano de 2024 ter diminuído, ainda pode ser considerada alta para o período. A mudança para a nova SEDE foi concluída, mas há previsão de mudanças internas na antiga SEDE e de cartórios, além dos processos de contratações críticas de infraestrutura como o Aquisição de Firewall, Links de Internet e Backbone secundário, seguidas das respectivas implantações e configurações. Precisaremos da compreensão e apoio da Administração para a devida priorização dessas atividades.

Riscos associados ao objetivo

Enquanto não conseguirmos finalizar a contratação dos equipamentos Firewall, o tribunal ficará exposto aos riscos inerentes à obsolescência de equipamentos e softwares.Enquanto não conseguirmos unificar os domínios (SEDE e ZE's), teremos dificuldades em implantar e disponibilizar serviços de segurança e políticas de domínio em nosso ambiente operacional, dificultando um controle mais ágil e eficiente das contas de usuário e contas de computador .Enquanto não atualizarmos os equipamentos servidores de Banco de Dados, estaremos sujeitos à indisponibilidades e perda de performance dos serviços e sistemas que contam com essa infraestrutura.Enquanto não finalizarmos a aquisição do Backbone secundário os cartórios permanecerão sem link backup.

IE 53 - Taxa de adequação dos equipamentos aos padrões

Satisfatório **Desempenho do Período: 76,74%**



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: COLOG.

Análise de contexto

Analisando o desempenho do indicador, verifica-se que houve uma queda no desempenho de 83,92% para 76,74%, alterando a sua classificação de “Ótimo” para “Satisfatório”. O atraso na realização da contratação dos serviços de impressão para as zonas eleitorais do interior foi a principal causa desta queda, já que estava prevista para ser finalizada no primeiro semestre.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Houve melhoria na variável MAZE em função da atualização dos micros de atendimento das zonas eleitorais realizada no primeiro semestre para o fechamento do cadastro. Novamente o principal resultado negativo foi não implementar os serviços de impressão nos cartórios do interior, como era esperado. Caso essa ação houvesse sido implementada, impulsionaria a variável IAZE.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

É crítico concluir a contratação de outsourcing de impressão para os cartórios do interior em julho e agosto de 2024, tendo em vista o início do período eleitoral e o crescente aumento das demandas nas zonas eleitorais.

Outro desafio a ser enfrentado será a demanda extraordinária de computadores e impressoras para ampliar a infraestrutura das zonas eleitorais e das unidades da Sede tendo em vista a requisição de servidores para o período eleitoral.

Diante destes desafios, a tendência é de melhora do indicador IE53 no 2º semestre de 2024.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Estão sendo adquiridos novos computadores que serão utilizados para continuar a atualização do parque de microcomputadores das unidades da Sede de forma cíclica e constante, mantendo sempre a adequação dos equipamentos às necessidades de cada unidade.

Riscos associados ao objetivo

– Não renovação ou descontinuidade dos contratos de outsourcing por problemas do fornecedor;

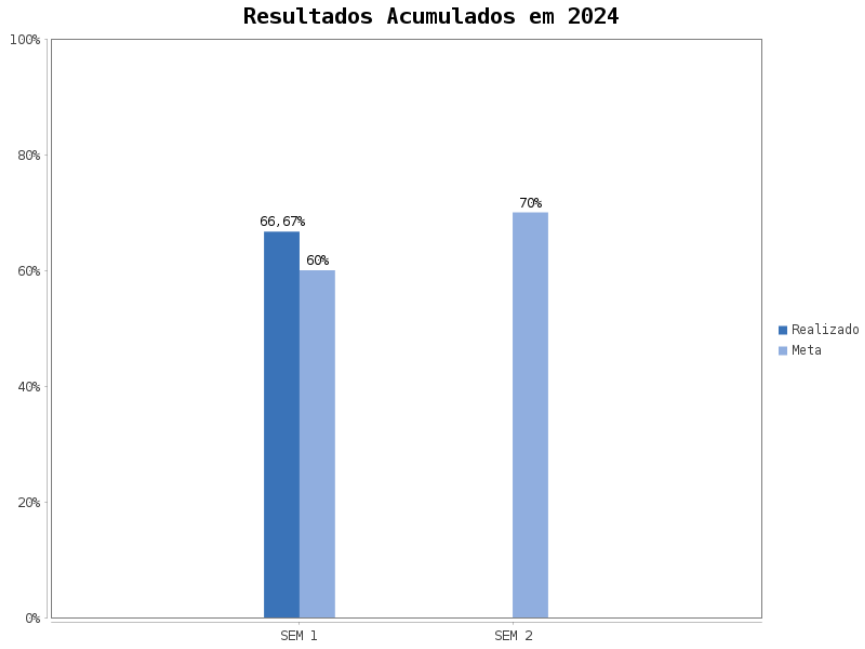
– Aumento de demanda por microcomputadores e impressoras relacionada ao período eleitoral;

– Impossibilidade de trocar computadores e impressoras em cartórios em função dos trabalhos em período eleitoral;

– Não implantação do outsourcing para as zonas eleitorais do interior por problemas do fornecedor;

IE 54 - Taxa de entrega de soluções de TI

Ótimo **Desempenho do Período: 111,11%**



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: CSCOR.

Análise de contexto

Observamos que no primeiro semestre de 2024 o indicador continuou mantendo um bom resultado, o que nos confirma que as ações tomadas estão mantendo os resultados desejados.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

No primeiro semestre de 2024 mantivemos o processo com metodologia ágil, compartilhamento de informações, integração e capacitação das equipes, isso manteve o bom resultado.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Observamos que apesar de termos superado a meta, vale perceber que no segundo trimestre o CGOVTIC priorizou 50% a menos de soluções, no total do semestre. Temos um passivo de 4 soluções priorizadas e não entregues (cerca de 34% do total). A médio e longo prazo isso pode se tornar um problema, uma vez que são as mesmas equipes estão entregando novas soluções, que precisam ser mantidas e sustentadas, assim a tendência é que a capacidade de entrega de novos produtos seja cada vez menor. Além disso, perdemos pessoas que não foram substituídas por outras. Esse é um ponto importante a ser visto e cuidado: recompor a força de trabalho especializado.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

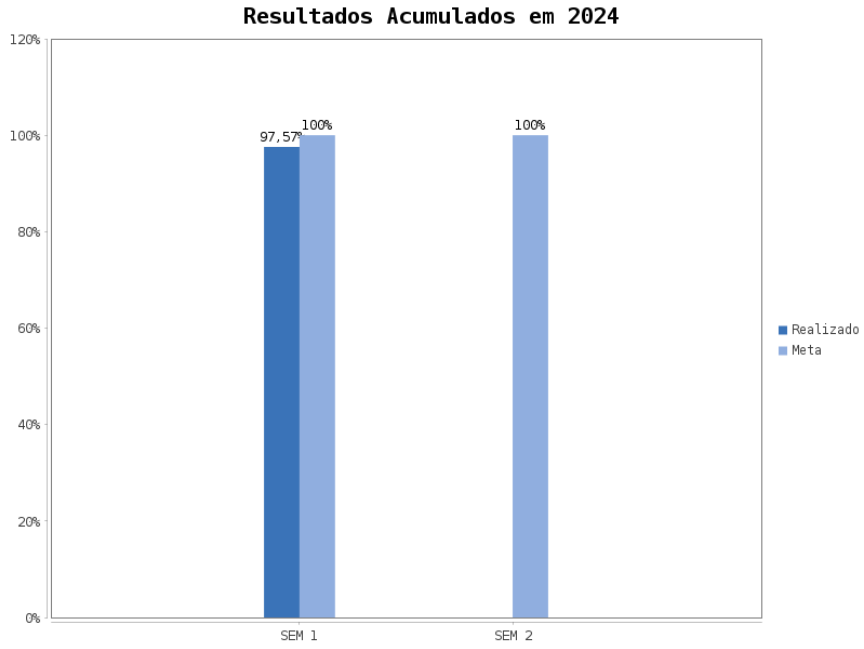
Manter a estratégia atual, com melhoria contínua e recomposição da força de trabalho.

Riscos associados ao objetivo

Perdemos profissionais para outras empresas e órgãos que oferecem trabalho na modalidade remota. Atualmente a grande maioria dos profissionais de TI trabalham de forma remota ou hibrida.

OE 13 - Aperfeiçoar a infraestrutura

Ótimo **Desempenho do Período: 97,57%**



Responsável: SSG.

Análise de contextoFechado pela Sedest

Ações realizadas no último período e resultados obtidosFechado pela Sedest

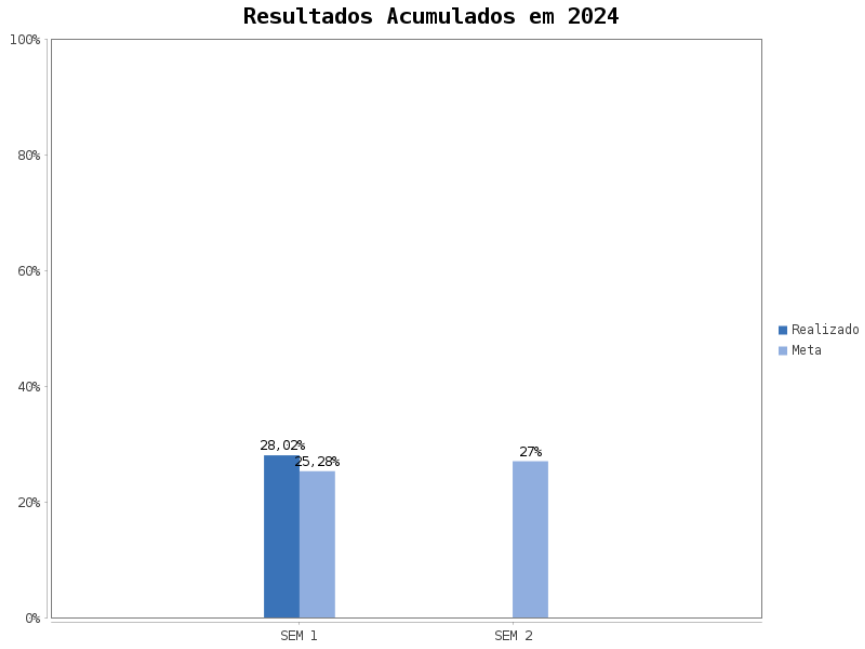
Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)Fechado pela Sedest

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadasFechado pela Sedest

Riscos associados ao objetivoFechado pela Sedest

IE 56A - Taxa de unidades com infraestrutura adequada

Ótimo **Desempenho do Período: 110,85%**



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: COENG.

Análise de contexto

O Indicador Estratégico 56 (IE 56) mede a taxa de unidades com infraestrutura adequada. São consideradas unidades com infraestrutura adequada aquelas que possuam concomitantemente suas instalações acessíveis e compatíveis com o trabalho e os serviços prestados. O IE 56A – "Taxa de unidades com instalações adequada" compõe o Objetivo Estratégico 13 (OE13) - Aperfeiçoar a infraestrutura, logo, o não atendimento deste indicador irá impactar diretamente aquele objetivo do TRE-RJ.

O IE 56A tem ligação direta com as determinações da Resolução nº 1198/2021 que Regulamenta os procedimentos de escolha e de ocupação de imóveis para sediar os órgãos da Justiça Eleitoral do Rio de Janeiro e que no seu artigo 4º prioriza a utilização de imóveis que comportem polos permanentes, além dos cartórios eleitorais.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Segundo os dados levantados, o indicador avaliado foi satisfatório com desempenho no 1º semestre de 2024 de 28,02%, acima da meta de 25,28% prevista para o período.

Neste 1º semestre de 2024 foram incorporadas ao indicador as unidades com infraestrutura adequada: 22ª Zona Eleitoral, em Irajá, 28ª Zona Eleitoral, em Paraíba do Sul, 29ª Zona Eleitoral, em Petrópolis, 49ª Zona Eleitoral, em Cachoeiras de Macacu, 50ª Zona Eleitoral, em Casimiro de Abreu, 106ª Zona Eleitoral, em Itaocara, 167ª Zona Eleitoral, na Pavuna, todas com base em vistorias técnicas conduzidas neste semestre pela ASSENG.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

A Resolução nº 1198/2021, que Regulamenta os procedimentos de escolha e de ocupação de imóveis para sediar os órgãos da Justiça Eleitoral do Rio de Janeiro estabelece uma rotina que se inicia pela determinação/solicitação para instalação da unidade. Nesta oportunidade, define-se o local para instalação levando-se em conta aspectos como os meios de acesso urbano ao cartório, compatibilidade com o uso e com o zoneamento urbano e a segurança do entorno. Na sequência, com escolha do imóvel e superado os critérios legais e de documentação, são observados critérios técnicos como a infraestrutura e a viabilidade de atendimento ao IE 56A.

Neste contexto, as instalações compatíveis com o trabalho e os serviços prestados se mostram o critério mais relevante, pois a sua inadequação demandaria obras de grande porte no imóvel. Desta forma, a regra é que a área total do imóvel, as

instalações elétricas e hidráulicas, a cobertura e a estrutura estejam em bom estado e sejam compatíveis com a instalação da unidade eleitoral. Em segundo plano temos o critério que cuida da acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida nos imóveis. A experiência mostra que os imóveis totalmente acessíveis normalmente estão concentrados em shoppings ou Fóruns novos. Nos demais imóveis raramente a acessibilidade estará integralmente contemplada, sendo necessárias adequações de pequeno e médio porte, de modo que a ocupação ou primeira locação é o momento oportuno para executar essas adequações de acessibilidade ou negociá-las com o proprietário.

A tendência nos próximos 6 meses é de melhora com a transferência das zonas eleitorais 191ª e 192ª Zonas Eleitorais, na Ilha do Governador, 93ª Zona Eleitoral, em Barra do Piraí, 139ª Zona Eleitoral, em Japeri, 104ª e 151ª Zonas Eleitorais, em Itaboraí e o polo permanente de Itaboraí.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

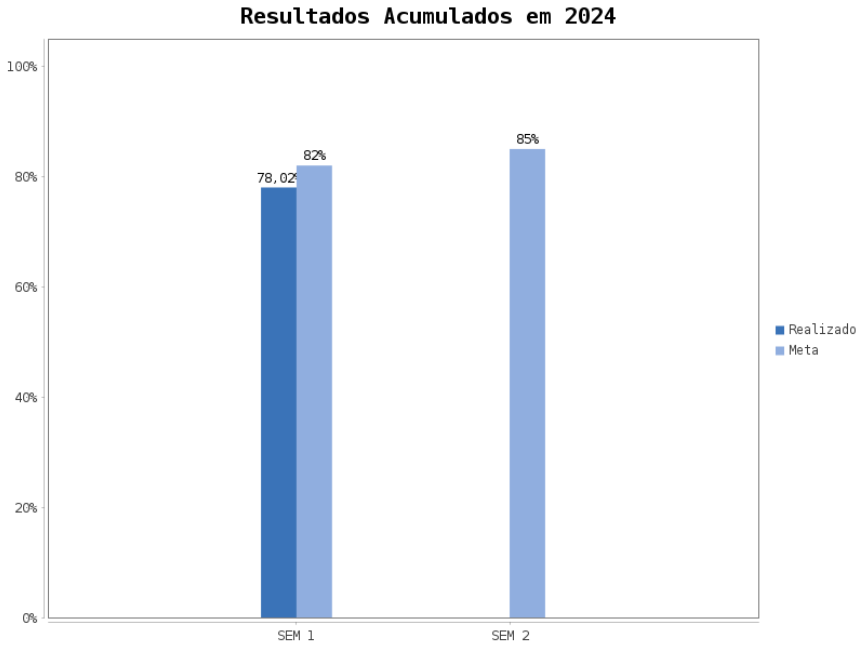
Em observância à Resolução CNJ nº 114, bem como a Resolução TRE-RJ nº 1198/2021, recomenda-se a padronização e concentração da estrutura imobiliária, com base em critérios técnicos e nos objetivos institucionais do TRE-RJ, bem como em observância ao artigo 4º da referida Resolução que recomenda priorizar a utilização de imóveis que comportem polos permanentes.

Riscos associados ao objetivo

Um dos grandes riscos associados ao objetivo é a precária infraestrutura existente, especialmente naqueles imóveis que não comportam adaptações. Além disso, a capilaridade e a falta de padronização da infraestrutura do TRE-RJ tornam as adequações complexas e, em alguns casos, inviáveis. Assim, o aprimoramento do IE 56 passa necessariamente pela transferência de algumas unidades para outros imóveis, observando-se os critérios de aceitação previstos no indicador.

IE 57 - Taxa de unidades com condições adequadas de segurança

Ótimo **Desempenho do Período: 95,15%**



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: POLJUD.

Análise de contexto

Após análise das variáveis PACAS, ZECAS, PPCAS e do indicador IE 57 do Sistema Gerir, foi verificado que não houve alteração substancial das condições de segurança em quaisquer das unidades às quais elas se referem, ao menos no que diz respeito ao primeiro semestre do corrente ano.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Como medida inerente à segurança institucional, foi realizado monitoramento sistemático das condições de segurança das distintas unidades do Tribunal, sendo possível destacar o apoio prestado aos cartórios por ocasião do fechamento de cadastro. Sintomática do êxito das ações realizadas é justamente a ausência de intercorrências no âmbito da segurança.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Consolidação da segurança institucional (em todos seus aspectos) na nova sede do Tribunal, incluindo-se a área adjacente. Não menos importante, faz-se necessário o suporte à realização do pleito eleitoral que se avizinha.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Prosseguir com o processo de aquisição de equipamentos de segurança, visando dotar o Tribunal de meios adequados para atingir seus objetivos.

Riscos associados ao objetivo

Ação de atores externos visando tumultuar o processo democrático e contigenciamento de recursos.